



**Universidade Católica do Salvador**

**Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação**

**Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social**

**FELIX SOUZA SANTOS**

**CRISE AGRÍCOLA NO RECÔNCAVO BAIANO**

**(1890-1910): Município de São Felipe/Bahia**

Salvador

2013



**FELIX SOUZA SANTOS**

**CRISE AGRÍCOLA NO RECÔNCAVO BAIANO**

**(1890-1910): Município de São Felipe/Bahia**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito final para obtenção do Grau de Mestre. Linha de pesquisa: Territorialidade, desenvolvimento social e meio ambiente.  
Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup>. Maria Helena Matui Ochi Flexor.

Salvador

2013



**TERMO DE APROVAÇÃO****FELIX SOUZA SANTOS****Crise agrícola no Recôncavo Baiano (1890-1910): Município de São Felipe/BA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.


Salvador, 18 de fevereiro de 2013.

Banca Examinadora:



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
Orientadora Maria Helena Ochi Flexor  
Doutora em História Social  
Universidade Católica do Salvador - UCSal

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
Cristina Maria Macêdo de Alencar  
Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
Universidade Católica do Salvador - UCSal



Prof. Dr.  
Vilma Maria do Nascimento  
Doutora em História  
Universidade Católica do Salvador - UCSal



Dedico este trabalho a três mulheres especiais: Estelita Villas-Boas de Souza Santos – minha mãe. Adilza dos Anjos da Conceição – minha mulher e, especialmente, a Maria Helena M. O. Flexor – minha orientadora que, com extrema dedicação profissional, guiou-me a cada momento nesta jornada acadêmica.

Agradeço, extensivamente, aos professores do Mestrado, com os quais tive a grata satisfação de compartilhar ideias e conhecimentos, especialmente a Professora Dr<sup>a</sup>. Cristina Maria Macêdo de Alencar, que muito contribui, particularmente, no que se refere aos aspectos teóricos deste trabalho.

Se, necessariamente, a produção e o consumo se integram de modo dialético na produção como totalidade, resulta que as crises originárias das barreiras estruturais à acumulação podem se manifestar tanto na produção quanto no consumo, e em qualquer uma das fases de circulação e da produção de valor.

David Harvey.

## RESUMO

Discute-se, essencialmente, aspectos referentes à crise agrícola, que se abateu sobre o território do Recôncavo da Baía de Todos os Santos, na primeira década do século XX. Para isto, privilegia-se a análise das relações sociais e econômicas da região e, discute-se o papel do Estado nessas relações. Entende-se o Estado como sendo a instância política e ideológica, ao mesmo tempo em que era o principal agente indutor das demandas do capital no território naquele momento. Entre o final do século XIX e o início do século XX, o Recôncavo da Baía de Todos os Santos foi marcado por um conjunto de transformações sociais, políticas e econômicas que afetaram, direta ou indiretamente, todo o conjunto das relações sociais, de produção e consumo, desse amplo espaço do território baiano. Resultou disso, como em outras partes do Brasil, uma conjuntura de crise na economia, que afetou a agricultura e que perdurou por toda primeira década do século XX, especialmente, durante o governo de José Marcelino de Souza, governador da Bahia no período de 1904 a 1908. Constatou-se que a noção de “crise agrícola” se aplicava, especialmente, aos setores envolvidos com a produção e exportação do açúcar. No caso específico de São Felipe, situado ao Sul desse mesmo Recôncavo, verificou-se uma estrutura econômica centrada em três produtos básicos: mandioca, café e cana. E a existência de trabalhadores na condição socioeconômica de agregado ou rendeiro. Notou-se que a produção, distribuição e consumo, se destinavam ao mercado local, abastecimento da cidade do Salvador e do Sertão. A partir de inventários, testamentos e partilhas de bens, fez-se um levantamento dos níveis sociais e econômicos dos habitantes de São Felipe, evidências de que a essa região de São Felipe, por possuir uma característica de economia de subsistência, a noção de crise agrícola não se aplica integralmente por ter cultura exclusivamente de subsistência e pequena distribuição ou troca com vilas ou municípios vizinhos. A partir dessas evidências, se propõe novas análises em outros municípios de economia subsistência dentro desse mesmo Recôncavo, no sentido de se entender a extensão da crise agrícola e averiguar a hipótese de que uma estrutura de economia, com essas características, seria menos afetada pelas constantes crises produzidas pela nova sociedade republicana capitalista.

**Palavras-chave:** Recôncavo Baiano, São Felipe, Governo José Marcelino, crise agrícola.

## ABSTRACT

It discusses mainly issues concerning agricultural crisis that befell the hollow tract of land of Bay of All Saints territory, in the first decade of the 20th century. For this, emphasis is placed on analysis of social and economic relations in the region and discusses the State role in these relationships. It is understood the State as political and ideological instance, while that was the main inducing agent of capital demands in the territory at that time. Between the late 19th century and early 20th century, the hollow tract of land of Bay of All Saints was marked by a set of social, political and economic issues that have affected, directly or indirectly, the whole set of social relations, of production and consumption, this broad area of Bahia territory. Resulted addition, a conjuncture of crisis in the agricultural economy, which lasted throughout the first decade of the 20th century. Especially during the Bahia government of José Marcelino de Souza from 1904 to 1908. It was noted that the notion of "agricultural crisis" it's applied especially to sectors involved in the production and export of sugar. In the specific case of San Felipe, located south of that territory, there was an economic structure centered on three basic products: manioc, coffee and sugar and the predominance of the worker in the socioeconomic status of aggregate or tenant. It was noted that the production, distribution and consumption were destined for the local market, supplying the city of Salvador and the Hinterland. It was noted that the documents examined, especially inventories and friendly shares, do not make references to the agricultural crisis. From this evidence, it is consistent to assert that this region of San Felipe, by possessing a characteristic of family subsistence or economy. And an array of diversified production. For these reasons, the notion of agricultural crisis does not apply fully to this region. From these evidences, proposes further analyses in other areas of the economy within that same family, in order to understand the extent of the agricultural crisis. And investigate the hypothesis that family structure and diversified economy would be less affected by the ongoing crisis produced within relations of new republican society.

**Keywords:** "Reconcavo baiano", San Felipe, José Marcelino government, agricultural crisis.



## **LISTA DE SIGLAS**

**ABI – Associação Baiana de Imprensa**

**APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia**

**BPB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia**

**CONDER – Companhia de Desenvolvimento do Recôncavo**

**EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**

**IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**

**SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**

**UCSAL – Universidade Católica do Salvador**

**UFBA – Universidade Federal da Bahia**

**UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<b>Capítulo 1 - SÃO FELIPE: MANDIOCA, CANA DE AÇÚCAR E CAFÉ .....</b>	<b>17</b>
1.1 Cultivo da mandioca e seu beneficiamento.....	26
1.1.2 Aspectos gerais das casas de fazer farinha.....	30
1.2 Cultivo da cana-de-açúcar .....	34
1.2.1 Engenho de Lauriano da Costa Barreto .....	39
1.2.2 Engenho de Maria Rosa de Jesus .....	46
1.2.3 Engenho de Manoel José de Souza Lemos .....	49
1.2.4 Engenho de José Feliciano de Miranda .....	54
1.3 Cultivo do café .....	57
<b>Capítulo 2 - AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE JOSÉ MARCELINO DE SOUZA .....</b>	<b>70</b>
<b>Capítulo 3 - JOSE MARCELINO DE SOUZA E A ESCOLA AGRÍCOLA DA BAHIA .....</b>	<b>94</b>
<b>Capítulo 4 - SOCIEDADE BAHIANA DE AGRICULTURA, O CRÉDITO AGRÍCOLA E O SINDICATO DE AGRICULTORES .....</b>	<b>111</b>
1.1 Banco de Crédito Agrícola .....	111
1.2 Sindicatos agrícolas .....	120
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	
<b>APÊNDICE – Cultivo do fumo .....</b>	<b>152</b>

# CRISE AGRÍCOLA NO RECÔNCAVO BAIANO

## (1890-1910): Município de São Felipe/Bahia

### INTRODUÇÃO

Esta Dissertação faz uma análise socioeconômica de uma região<sup>1</sup> onde estão localizados, atualmente, os municípios de Maragogipe e São Felipe no Recôncavo da Baía de Todos os Santos. O Recôncavo, que Mattoso (1978, p. 29) definiu como sendo a hinterlândia da cidade do Salvador, uma região essencialmente costeira e de formato retangular. Considerou-se como espaço, tempo, e conjunturas específicas, respectivamente, o território do Recôncavo<sup>2</sup>, a primeira década do

---

<sup>1</sup> Não se desconhece as dificuldades para precisar o conceito de região; a região pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas. A mais enraizadas das tradições conceituais de região é, sem nenhuma dúvida, a geográfica no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômica-histórica *baseada* num certo espaço característico. In. Francisco de Oliveira. *Elegia Para Uma Re-Ligação: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 27.

Enquanto para Milton Santos, “No decorrer da história das civilizações, as regiões foram configurando-se por meio de processos orgânicos, expressos através da territorialidade absoluta de um grupo, onde prevaleciam suas características de identidade, exclusividade e limites, devidas à única presença desse grupo, sem outra mediação” SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos; 1), p 246.

<sup>2</sup> Basicamente o território pode ser entendido como um espaço físico, identificado por determinados elementos, destacadamente pela presença de relações de poder ou um campo de forças, segundo Raffestin (1993), endógenas e exógenas, responsáveis por sua estrutura e funcionamento. A questão territorial ressalta, portanto, e isto desde a clássica contribuição de Ratzel (1923), o componente político, uma das razões que explica seu crescente uso, superando recentemente o emprego do termo região. SILVA, Sylvio Bandeira de Melo e CARVALHO, Silvana Sá de. *Vende-se uma Região: o marketing territorial público e privado do Litoral Norte da Bahia*. *Revista Desenbahia*, v. 8, nº. 14, mar. 2011. Salvador: Desenbahia, Solisluna, 2011, p. 104-105.

Enquanto para Milton Santos, “Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem”. SANTOS, Milton; e, SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI – 11ª ed.* Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 19.

século XX, e a conjuntura de alegada crise agrícola e financeira, no período do governo de José Marcelino de Souza, que governou a Bahia entre, 1904 e 1908.

A escolha desses marcos, espacial e temporal, ou seja, São Felipe, entre 1904 e 1908, deveu-se, entre outros, ao fato de o pesquisador ter nascido, trabalhar e morar em São Felipe, possui, assim, vínculos empíricos: materiais e simbólicos, com o lugar. Apesar dessas proximidades entre o pesquisador e o objeto da pesquisa, tomou-se os devidos cuidados epistemológicos para que, o resultado das análises empreendidas, se mantivessem dentro dos parâmetros teóricos e metodológicos previamente estabelecidos. Considera-se, que sentimentos pessoais, não tenham interferido diretamente nos resultados e conclusões extraídos do objeto estudado.

Outro aspecto dessa escolha se deveu ao fato de o governo da Bahia, no período compreendido entre 1904 a 1908, ter sido conduzido pelo governador José Marcelino de Souza, nascido na localidade denominada Xangó, também em São Felipe. Por isso, um dos problemas centrais desta pesquisa, era avaliar o papel do Estado como agente nos processos de determinação do lugar político e econômico do território em um momento de alegada crise agrícola e financeira, que pode também ser entendida como crise de reprodução ampliada do capital.

O território do Recôncavo baiano se insere na história ocidental, como fruto dos processos da expansão mercantil portuguesa dos séculos XV e XVI “para Portugal a navegação era um imperativo geográfico e econômico, naquela época posto a serviço da criação dum império que deveria constituir a base da existência nacional” (AZEVEDO, 1969, p. 31). A opção pela análise da crise agrícola nessa região de Maragogipe e São Felipe, durante o governo de José Marcelino de Souza, tem o propósito de averiguar, de que modo essa região economicamente integrante ao Recôncavo baiano, se defrontou com a conjuntura de crise que afetava a economia açucareira da Bahia, naquele momento.

Como objetivos específicos, buscam-se entender a dinâmica do funcionamento da economia de São Felipe: o que produziam, como produziam, a quem vendiam os excedentes da produção, os instrumental técnico, e as relações de trabalho entre proprietários e não-proprietários de terras. Dentro desses objetivos específicos, entende-se que, em uma economia agrícola, a posse e uso da terra seja um

elemento central da estrutura econômica. Por isso, as questões, referentes à propriedade da terra são, também, objetos centrais deste trabalho. Entendeu-se que a posse e uso da terra, tem se caracterizado, historicamente, como um dos principais fatores de reserva de valor patrimonial no Brasil, especialmente, após a Lei de Terras de 1850 (WELCH, 2009, p. 30).

O trabalhador rural está na base da história socioeconômica do Recôncavo da Baía de Todos os Santos, caracterizado como território eminentemente agrícola. Por essas razões, ao privilegiar, como tema de pesquisa, a economia agrícola, na primeira década do século XX, entendeu-se que a agricultura formava a base da estrutura econômica desse território que, ao longo de sua evolução histórica, se caracterizou como uma das matrizes, na qual se articularam relações fundamentais entre capital, sociedade e poder político na Bahia, especialmente nessa região de São Felipe, historicamente identificada com a economia de subsistência.

Na primeira década do século XX, especialmente no período compreendido entre 1904 - 1908, a alegada crise da economia agrícola era utilizada, tanto pelo grupo político liderado por José Joaquim Seabra, que fazia oposição ao governo de José Marcelino de Souza, afirmando que o Estado não estava agindo para superar a crise; como pelo próprio governo de José Marcelino de Souza, ao alegar que a crise o privava de adotar medidas mais consistentes com relação à economia bahiana. Desse modo, as notícias sobre a crise financeira e da lavoura, estavam presentes, tanto nas mensagens do governador José Marcelino de Souza, apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia no período de 1904 a 1908, quanto nos jornais diários que circulavam no Estado naquele momento.

Com relação à metodologia de abordagem, se privilegiou categorias de análise, a exemplo de estruturas e conjunturas econômicas; relações sociais de produção distribuição e consumo. Além de proprietários e não proprietários de terras, situados, enquanto categorias de análises, nas condições sociais de lavrador-proprietário, agregados e rendeiros, todos eles cultivadores, mas ocupavam espaços distintos nas hierarquias sociais e da produção. Lavrador-proprietário é o proprietário legítimo da terra, com relação ao agregado, e de acordo com Queiroz (2009, p. 46), a crônica histórica não é pródiga em informações a respeito das origens dessa camada de semiproprietários do campo, que ela faz aparecer no quadro rural brasileiro, já

desprovida de todos os meios de produção e sem nenhuma função importante na estrutura produtiva.

Agregado era o trabalhador rural, semiproprietário, “que pediu um trato de terra para cultivar e que tem, pois, consciência de que a terra não é sua (QUEIROZ, 2009, p. 63). Rendeiro, ou arrendatário, diferencia-se do proprietário e do agregado. O arrendatário “pode plantar roças policultoras de que tiram a subsistência, é, no entanto, obrigado a pagar ao proprietário da terra um aluguel ou em dinheiro, ou em parte de produto” (QUEIROZ, 2009, p. 63). Em função dessas noções discute-se o papel do Estado como instância mediadora dos processos de desenvolvimento econômico do território e as contradições que caracterizavam o conjunto dessas relações (FRAGA FILHO, 2006, p. 239).

Entende-se que foi da tessitura das relações entre território, sociedade e Estado, que tenderam a emergir as contradições e desigualdades sociais. As análises dessas relações são capazes de revelar também, parte dos conflitos que ali se desenvolvem, se constituindo, assim, como marcas das historicidades de cada lugar. Porque, segundo Harvey (2006, p. 92), é possível que o Estado tenha mudado suas funções com o crescimento e amadurecimento do capitalismo, “no entanto, a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido”.

Nessa lógica interna de reprodução, o capital, para obter êxito, precisava construir uma organização racional, no território e no trabalho, criada essas condições, ele poderia se reproduzir. Nesse processo, tendeu-se a acionar o Estado para que este fizesse as mediações das relações de produção, inclusive nas regiões agrícolas. Por isso a Lei de Terras de 1850 é, também, mencionada neste texto.

Entende-se que a análise crítica de uma região, caracterizada por uma estrutura econômica, essencialmente agrícola e sob determinada conjuntura de crise, tende a revelar, inclusive, elementos importantes a respeito das relações sociais, de trabalho e do uso da terra, porque ainda, segundo Harvey (1982, p. 8-9) “a força de trabalho precisa de espaço para viver. A terra é, portanto, condição de vida para a força de trabalho, da mesma maneira que é uma condição de produção para o capital”. Neste sentido, é essencial compreender que a dominação do trabalho pelo capital é

elemento básico para existência do capitalismo, estendendo-se essa dominação aos recursos naturais e humanos e às formas de trabalho. E se estendia, também, para a organização da economia subsistência, característica dessa região de São Felipe.

Como método de procedimento se lançou mão de técnicas específicas, como levantamento bibliográfico de fontes arquivísticas, manuscritas e impressas, especialmente, inventários, que são documentos feitos após a morte dos indivíduos. Usou-se também, relatórios diversos, correspondências, legislação e estatísticas oficiais. Essas fontes foram pesquisadas, especialmente, no Arquivo Público da Bahia (APEB), Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Centro de Estudos Baianos e Biblioteca da Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da UFBA, setores de periódicos da biblioteca da Associação Baiana de Imprensa (ABI), do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), em Salvador, setor de periódicos da Biblioteca da Escola de Agronomia da UFRB, Biblioteca da EMBRAPA, em Cruz das Almas. Na leitura das fontes, tanto manuscritas, quanto impressas, a linguagem foi modernizada, especialmente algumas expressões, características do início do século XX.

Analisou-se a dinâmica das relações sociais e da produção em São Felipe, a partir de 65 inventários de bens datados de 1888 a 1910. Neste caso, ampliou-se o marco temporal da análise dos inventários, para se compreender as mudanças que lentamente ocorriam na economia agrícola local. Procedeu-se assim, pelo fato das mudanças econômicas tenderem a ocorrer numa média duração dos tempos históricos.

Analisou-se, pois, 65 inventários, relacionando as declarações, dos bens móveis e imóveis, terras cultivadas, animais e instrumentos de trabalho, objetos de uso cotidiano, os móveis da casa, inclusive os nichos com imagens, que formavam a listagem dos bens e compunham, juntos, o valor patrimonial da propriedade. É aceitável que, na velhice, perto da morte, os indivíduos ainda trabalhem, entretanto, produzam menos. Como os inventários são documentos de declaração de bens de pessoas falecidas, é coerente aceitar, por exemplo, se o indivíduo morreu com 60 anos, se chegasse a isso, deveria ter adquirido seus bens durante sua vida ativa, por volta dos 30- 40 anos. Assim, um inventário de 1910, se refere aos bens de um

indivíduo que nasceu em 1850, aproximadamente, considerando-se que sua vida ativa, seria a partir, pelo menos dos 30 anos, então seria 1880, dessa forma se explica porque se estudou inventários realizados a partir de 1888, para se entender a dinâmica econômica da primeira década do século XX. Entende-se que, em termos de bens patrimoniais, o que se adquiria constituía, geralmente, no patrimônio de uma vida toda. Em uma sociedade de base agrícola e economia de subsistência, situada entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX, esses bens materiais eram considerados: terras, casas, móveis, nichos, animais do trabalho, material de engenho ou casa da farinha, etc., que poderiam ser renovados ou aumentados. Deste modo, quando se lê as informações em um documento de inventário, é necessário se considerar o período aproximado em que aqueles bens foram adquiridos e passaram a compor a reserva de valor patrimonial, inventariada.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, no capítulo 1, São Felipe: mandioca, cana-de-açúcar e café, entendeu-se, que como São Felipe era Vila de Maragogipe, se fez uma análise da formação histórica e socioeconômica da região de Maragogipe e São Felipe, juntamente com o desenvolvimento dos principais produtos que compunham a sua estrutura produtiva. Observou-se os meios de produção através dos instrumentos de trabalho e as relações sociais entre proprietários e não proprietários de terras.

No desenvolvimento desse capítulo 1º, faz-se uma abordagem específica sobre a dinâmica socioeconômica de São Felipe, se analisa as características gerais do cultivo da mandioca, das estruturas funcionais das casas de farinha, do cultivo do café, do cultivo e processamento da cana-de-açúcar em São Felipe. Toma-se como fonte privilegiada nessas análises, inventários de bens. Ao observar as bases da produção, encontraram-se, poucas menções ao cultivo do fumo ou outros gêneros agrícolas. Por isso, estuda-se a estrutura econômica de São Felipe a partir do cultivo de apenas três gêneros agrícolas: mandioca, café e cana de açúcar, e as formas de distribuição dessa produção nos mercados local e regional.

As Políticas Governamentais de José Marcelino de Souza, é tratada no capítulo 2. Observou-se que, durante o seu governo, ocorreu a organização de sindicatos e cooperativas agrícolas, especialmente, no Recôncavo Bahiano, buscou-se verificar



se essas ações políticas beneficiaram, de alguma forma, agricultores da região de São Felipe. José Marcelino adotou ações que beneficiavam o capital financeiro com a criação de banco, o sindicato de agricultores, organizou o ensino técnico agrícola, ampliou a navegação marítima, fluvial e o transporte ferroviário com o propósito de modernizar, também a atividade agrícola e, dessa forma, superar a crise da lavoura.

No capítulo 3, José Marcelino de Souza e a Escola Agrícola da Bahia, de São Bento das Lages, no município de Cairu, faz-se uma análise da implantação do ensino agrícola na Bahia na década de 1860, como uma demanda dos produtores de açúcar. E avançando-se para o início do século XX, discute-se como José Marcelino tentou fazer do Instituto Agrícola da Bahia, uma referência baiana para os estudos agrícolas e, como meio de modernização da lavoura.

No capítulo 4, Sociedade Bahiana de Agricultura, o Crédito Agrícola e o Sindicato de Agricultores, se analisou a criação do crédito agrícola, como decorrência das demandas da Sociedade Nacional de Agricultura, instituição porta-voz dos interesses agrícolas nacionais, na primeira década do século XX. Entende-se a Sociedade Bahiana de Agricultura como representante dos interesses corporativos dos proprietários de terras e, da Sociedade Nacional de Agricultura ambos, como representantes da elite intelectual, liberal e econômica. Identifica-se a proximidade dos dirigentes políticos do Estado e dos dirigentes daquela sociedade de agricultores. Desse modo, a criação, tanto da Sociedade Nacional, quanto a Bahiana, foi em função de uma política econômica, voltada para a agricultura, que era o principal capital que o Brasil possuía, logo após a proclamação da República. Naquele momento, a tentativa de recuperação da agricultura, era defendida, pelos setores organizados da sociedade e dependentes da lavoura, como única salvação econômica de todo o país. Neste capítulo 4, busca-se demonstrar a constituição das forças produtivas e das classes sociais, especialmente durante o governo de José Marcelino de Souza e, da penetração do capital financeiro na estrutura produtiva do Recôncavo. Constatou-se que os possíveis benefícios proporcionados pelo governo e pelo capital financeiro, se direcionaram a classe do Lavrador-proprietário, com criação de entidades de classe produtora, oferta de ensino, pesquisa e extensão agrícolas, e infra-estrutura de transporte, na escala do Recôncavo.

## **CAPÍTULO 1**

### **1. SÃO FELIPE: MANDIOCA, CANA DE AÇÚCAR E CAFÉ**

São Felipe, na década de 1900, se localizava, como ainda hoje, na parte ao Sul do Recôncavo da Baía de Todos os Santos. Na perspectiva das formações territoriais, São Felipe surgiu como componente da freguesia e do termo, depois distrito de Maragogipe, por isso, se faz algumas considerações acerca dessa cidade de Maragogipe, antes que se comece a discutir aspectos relacionados especificamente ao desenvolvimento histórico da região em questão.

Por força da Lei nº 1952, de 29 de maio de 1880, e instalada em 23 de novembro de 1883, a antiga freguesia de Maragogipe se desmembrava formando a Vila de São Felipe, nessa condição administrativa se encontrava no início do século XX. Desmembrada de Maragogipe, e encravada entre os rios Copioba e Jaguaripe, São Felipe passou a dividir seus limites territoriais com Cruz das Almas, Maragogipe, Nazaré, Santo Antônio de Jesus e Conceição do Almeida (BRASIL. IBGE, 1958, v.21, p. 321-322).

Por sua vez, do ponto de vista das divisões políticas e territoriais, Maragogipe se limitava, no início do século XX, com São Felix, Cachoeira e Santo Amaro, São Felipe, Nazaré, Jaguaripe e Itaparica. A estrutura básica da economia de Maragogipe seguiu sem modificações significativas, desde os primeiros momentos da colonização, até meados do século XIX. Cultivava mandioca, cana-de-açúcar, fumo, tinha ainda, pequenos engenhos e olarias. Essa base econômica era complementada por cultivos de produtos sazonais, a exemplo de milho, amendoim, entre outros. (BRASIL. IBGE, 1958, v. 21, p. 30). Com relação à presença de engenhos em Maragogipe, e apenas para se ter uma estimativa aproximada, e traçar comparações entre a primeira e a segunda década do século XX, Amaral (1958, v. 2, p. 345) comentou que, em 1925, havia na Bahia 705 engenhos e 5.866 engenhocas. Desse total existia em Maragogipe 31 engenhocas e nenhum engenho. Enquanto São Felipe possuía 50 engenhocas e, também, nenhum engenho.

# São Felipe

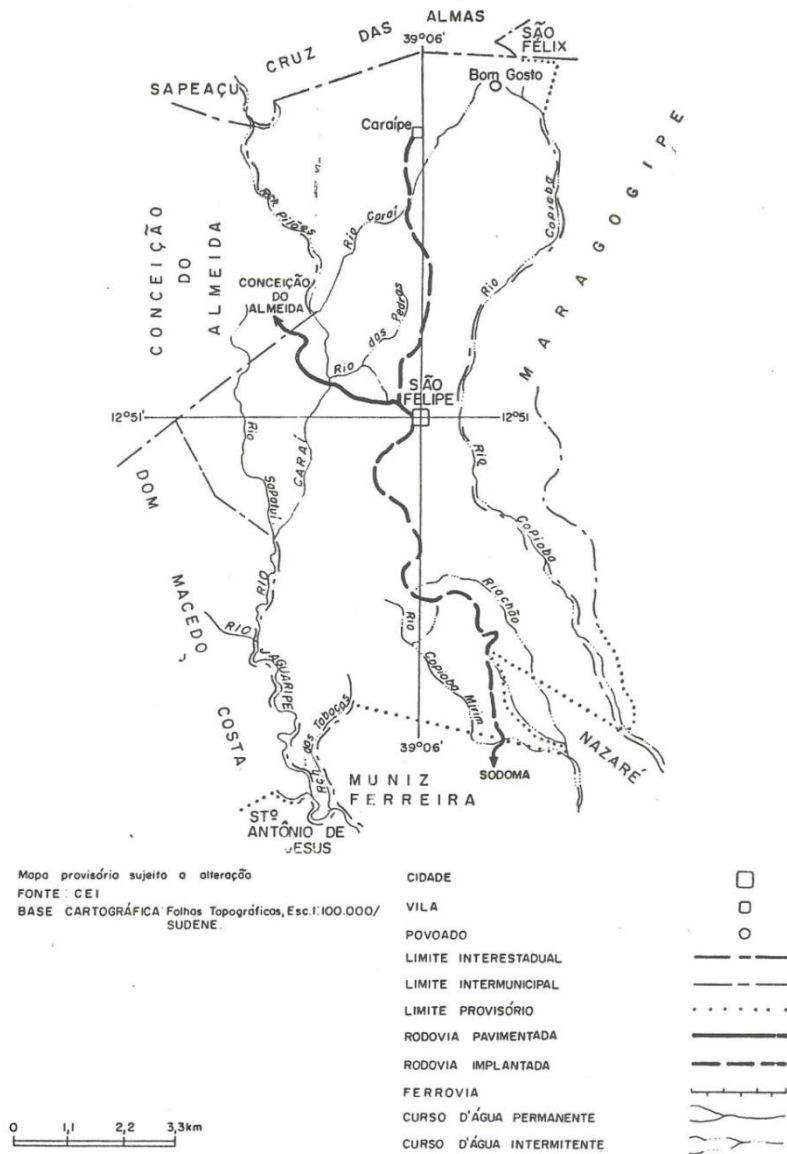


Figura 1- Mapa de São Felipe e municípios limítrofes. BAHIA, SEPLANTEC. CEI – centro de estatística e informação, 1998<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Não se encontrou mapa no período marco desta pesquisa, utilizou-se este como referência aproximada.

Na primeira década do século XX, São Felipe situava-se na condição de Vila de Maragogipe. A autoridade máxima em cada vila era o juiz de fora, ou juiz ordinário que, junto com os vereadores e o procurador do povo, compunham a estrutura do poder político local. Sem o poder judiciário (sem juiz de fora ou ordinário) a antiga organização administrativa, perdeu muito de sua autoridade, e passou, depois da Independência, 1822, à Intendência municipal e Câmara de Vereadores e, só após 1930, mais ou menos, com Getúlio Vargas, é que se criou o cargo de prefeito e a Câmara Municipal. Até então era Intendência Municipal<sup>4</sup>. Com relação a fumicultura Cunha (1959, p. 122) indica que o fumo, produzido nessa região de Maragogipe, sempre foi reputado de muito boa qualidade. A isso se atribuiu a produção de charutos de forma industrial no começo do século XX. A industrialização de charutos começou em 1905, quando Augusto Ferdinand Suerdieck, com cinco operários, ali deram início à essa atividade. Posteriormente, em 1909, Gerhard Mayer Suerdieck ampliou as instalações dessa fábrica de charutos. O fumo e a presença dessa fábrica de charutos representaram, durante a primeira metade do século XX, uma das principais atividades econômicas de Maragogipe.

A atividade cafeeira foi, também, importante na economia de Maragogipe, onde passou a ser cultivado, a partir da segunda metade do século XIX, tornou-se, juntamente com a mandioca, fumo e a cana-de-açúcar, os quatro principais pilares da atividade agrícola. Amaral (1958, v.1, p. 219) comentou que, o café de Maragogipe foi o centro encadeador de uma variedade nova, que tomou seu nome, e era cultivado em quase todos os países cafeeiros americanos. Afirma-se que a principal característica desse café denominado *Maragogipe*, era possuir os grãos maiores que os demais cafés cultivados na Bahia. Flexor (2004, p. 15-16), diz que já se cultivava café em Camamú, no final do século XVIII, afirmou que “o café foi se estendendo de Camamú para o Norte e para o Sertão, até a Chapada, e foi qualificado como “o melhor café do Brasil”, começando a se expandir para Amargosa, Nazareth, Maragogipe. É admissível, que a presença do café foi um dos fatores para que a crise, que atingiu o setor canavieiro do Recôncavo, não tivesse afetado diretamente, essa região no período situado entre 1890 a 1910.

---

<sup>4</sup> A sede do município de São Felipe foi elevada à categoria de cidade, somente em 30 de março de 1938 (IBGE, 1958, p. 322).

Mas, para fazer aproximações acerca das mudanças econômicas que ocorriam nessa região, no período em apreço, achou-se por bem, se estender as análises dos inventários a um marco temporal mais ampliado, por isso, utilizou-se inventários com datas situadas entre 1888 a 1910, a intenção é oferecer um panorama mais ampliado da questão do funcionamento da infraestrutura local, ante uma conjuntura de alegada crise agrícola e financeira. Também não se adotou uma ordem cronológica nas análises dos inventários, isto não implica desordem de idéias, pensou-se apenas em oferecer uma visão de conjunto das relações sociais e de produção do período abordado. Por este motivo, não se adotou a ordem cronológica dos inventários. Optou-se, pois, por extrair os elementos econômicos e das relações sociais característicos da região nas duas décadas em apreço, de modo a manter coerência com a metodologia de abordagem assumida, em que se privilegia a estrutura econômica e as relações sociais e de produção. As fontes indicam que, durante o período situado entre o final do século XIX, até metade do séc. XX, o café apareceu sempre entre os quatro principais produtos da economia agrícola dessa região de Maragogipe e São Felipe. Isto se evidencia também na análise do inventário de Maria Alexandrina Lopes da Silveira<sup>5</sup>, por exemplo, declararam-se benfeitorias de cafeeiros avaliadas em 25:000\$000 (vinte e cinco contos de réis). Esta quantia representa o maior valor declarado para o café, no conjunto dos inventários analisados para este trabalho.

Na primeira década do século XX, e desde 1850, São Felipe, em muitos aspectos, estava ligada à Cidade de Maragogipe, Ott (1996, p. 68), que estudou o povoamento do Recôncavo, tomando como referência a instalação de engenhos de açúcar, afirmou que a freguesia de São Felipe era uma das mais antigas da região pois foi criada em 1718. Cunha (1959, p. 28) se referiu à antiga estrada de tropeiros, que ligava o porto de São Felix, a Cruz das Almas e daí, se passava por São Felipe indo-se até Nazaré e Maragogipe. A referência a tropeiros - comerciantes volantes - é importante, porque São Felipe situa-se no Recôncavo não litorâneo, ausente portanto, do intercâmbio comercial feito pela navegação fluvial e marítima. Schwartz (1988, p. 88) comentou que o Recôncavo dependia do Sertão. Entende-se Sertão na primeira década de 1900, como os lugares distantes da costa marítima e da Baía de

---

<sup>5</sup> APEB. 02/483.928.23, fl. 22.

Todos os Santos, as áreas do território acessíveis através dos caminhos de tropeiros, estradas de boiadas, regiões não integradas diretamente à navegação fluvial. O Recôncavo necessitava da carne, muares para o serviço da lavoura, transporte de mercadorias e outros produtos oriundos do Sertão; e eram negociados com a rapadura, o açúcar mascavado, o melaço de cana, e farinha de mandioca, o fumo em folha café, amendoim, feijão, milho, azeite de dendê, etc., que essa região de Maragogipe e São Felipe produzia.

Com relação a produção do café, posição da Bahia no mercado nacional do café esteve em torno de 1½% do total dessa produção. A isto, pode-se atribuir variados fatores, a exemplo de patrocínios e subsídios, mão de obra, imigrantes, colônias agrícolas, etc., oferecidos pelo Governo Federal ao café da região Sudeste. Essas mesmas condições não se efetivaram em território bahiano. Conclui-se que, o cultivo do café dessa região de Maragogipe e São Felipe estivesse, como ocorria com os demais produtos cultivados, destinado ao mercado de Salvador, consumo local e Sertão. E como salientou Schweizer (2011, p.135) “No passado, o mercado se constituía apenas num lugar, um espaço no qual se realizavam determinadas transações econômicas”. O café contribuiu para inserir novos cultivadores na produção para o mercado, ampliou a inserção da região, reduzindo os espaços de uma possível economia fechada e ampliando as transações em mercado<sup>6</sup>, forjando certamente, novas configurações nas relações sociais de produção, circulação e consumo. Cabe, porém, notar a forma como A Lavoura (nº 33, set. 1900, p. 59) entendia a dinâmica existencial desses pequenos agricultores se extrai do teor da nota a seguir: “o lavrador lavra a roça, semeia, colhe, beneficia, vende, compra, e não raro, não sabe o que faz, nem porque o faz; obra ao acaso e obedece ao instinto”. A nota certamente reflete a mentalidade de uma época. Mas negar uma racionalidade ao lavrador e pensar que este “obra ao acaso e obedece ao instinto”, não condiz com a realidade e com o acúmulo de saberes e experiências desses trabalhadores rurais. Essa visão de A Lavoura, contrapõe-se frontalmente a (WELCH, 2009, p. 30), quando diz que é preciso pesquisar a história do campesinato brasileiro este, “que produz o sustento do povo brasileiro desde 1530”.

---

<sup>6</sup> Denominamos economia fechada aquela em que o produtor consome o que produz, não se enquadrando no mundo moderno da produção, em que esta é orientada para a obtenção de lucros decorrentes de transações em mercado (QUEIROZ, 2009, p. 57).

## Recôncavo Sul



Figura 2- Mapa do Recôncavo Sul. BAHIA, SEPLANTEC. CEI – centro de estatística e informação, 1998<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Não se encontrou mapa no período marco desta pesquisa, utilizou-se este como referência aproximada.

Ainda não havia um mercado específico para a atividade pecuária nessa região de Maragogipe e São Felipe até a década de 1900, a criação de gado se constituía numa atividade complementar no interior das propriedades dessa região. As referências a bois tratavam, geralmente, de bois do trabalho para atender às necessidades de transporte e força motriz de tração. (CONDER, 1974, t. IV, p. 26). Ilustrando essa questão, tem-se a declaração constante do inventário de Joana Maria de Cerqueira, realizado em 1896<sup>8</sup>, montemor de 5:600\$000 (cinco contos, seiscentos mil réis) onde se lê: avaliaram nove cabeças de gado a 60\$000 (sessenta mil réis cada), e um cavalo velho, avaliado em 50\$000 (cinquenta mil réis). Naquele mesmo período, um burro ou mula, custava o dobro do valor de uma vaca ou boi, como se lê no inventário de Reinalda Francisca de Jesus, realizado em 1899<sup>9</sup>, montemor declarado em 10:000\$000 (dez contos de réis), onde se declara: três burros velhos a 100\$000 (cem mil réis) cada um. Denota também, que em uma sociedade agrícola, com o uso de poucos maquinismos no trabalho cotidiano e no transporte das mercadorias, esses muares ocupavam um lugar mais destacado que o gado.

Mas, a partir de 1900, percebe-se um aumento na quantidade e no valor declarado referentes a bois. A exemplo da avaliação feita no inventário de Maria Emília da Conceição, realizado em 1904<sup>10</sup>, montemor declarado em 5:393\$000 (cinco contos, trezentos e noventa e três mil réis), onde se lê, avaliaram uma besta castanha por nome Rainha, por 100\$000 (cem mil réis), uma besta de nome Cabrinha por 200\$000 (duzentos mil réis), um boi do trabalho por nome Boa Sorte, 200\$000 (duzentos mil réis), uma vaca com cria, de nome Namorada, 200 (duzentos mil réis), e uma vaca de nome preguiça, 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). Enquanto por volta de 1910, aumentam em número, as referências a bois de criação ou corte. O Maior patrimônio em bois encontrou-se no inventário de Maria Joaquina de Jesus<sup>11</sup> “Avaliaram cinqüenta e quatro cabeças de gado na base de trinta e cinco mil réis cada uma e todas por 1:840\$000 (um conto, oitocentos e quarenta mil réis), compare-se o valor de uma besta, animal tipicamente usado no trabalho, avaliado em torno de 200 mil réis, e uma cabeça de gado, avaliada em 35 mil réis. Extrai-se,

---

<sup>8</sup> APEB. 2. 482. 927. 9, fl, 18.

<sup>9</sup> APEB. 2. 515. 960.6, fl. 28.

<sup>10</sup> APEB. 2. 475. 918.5, fl. 16.

<sup>11</sup> APEB. 7. 3171, fl. 6.



assim, a importância econômica dos animais do trabalho, comparativamente ao gado. Essa pecuária de corte só se dinamizou, efetivamente, após a década de 1950, ocasionada pela crise que praticamente eliminou o cultivo do café nessa região, resultando na substituição dos cafezais por pastagens. Um dado interessante é ter encontrado apenas uma referência a ovinos, dentre os animais de criação ou de trabalho, nos documentos analisados “Avaliaram seis ovelhas a três mil réis cada e todas por 18\$000”. Rosa Maria da Encarnação<sup>12</sup>. É certo que não se esgotou toda a documentação que se estende até 1925. Faz-se essa anotação sobre ovinos, por fugir ao padrão dentre os bens declarados no conjunto dos documentos analisados.

Como já salientado, observou-se que o Sul do Recôncavo, ao qual se incluía São Felipe, também cultivava a cana e produzia açúcar, rapadura e melaço de cana para o mercado local, Salvador, Sertão e o próprio Recôncavo. Essa produção de derivados da cana, para o mercado local, era complementada pela produção da farinha de mandioca. Evidencia-se que a mandioca era a base da produção agrícola na região de São Felipe e Maragogipe, que era destinada aos portos de Maragogipe e Nazaré e daí seguiam para Salvador. Através de tropeiros, que se utilizavam de animais de carga, geralmente muares, como meio de transporte, essa produção se direcionava ao que naquela época se denominava Sertão. Queiroz (2009, p. 64) discutindo o modo de vida no médio São Francisco salientou que “todos vestiam o mesmo gibão de couro, moravam nas mesmas casas de taipa, comiam a mesma carne-seca com farinha grossa e rapadura”. Note-se que rapadura era um item importante na produção açucareira de São Felipe. E Queiroz (1976, p. 38) se referindo ao comércio entre as vilas na colonização afirmou que esse comércio era geralmente lento, com exceção das vilas do litoral que fossem saída para o açúcar.

Quanto à formação e desenvolvimento socioeconômico do território São Felipe e, de acordo com a Enciclopédia (1958, p. 321), Nunes (2004, p. 288), Ott (1996, p. 68) e, Schwartz (1988, p. 83), os primeiros colonizadores a ocupar esta área teriam sido os irmãos Tiago e Felipe Dias Gato, que se estabeleceram nessas terras no ano de 1678. Resultou disto, o nome do lugar como atributo a um dos seus primeiros ocupantes que o denominou de São Felipe das Cabeceiras, em virtude dessas

---

<sup>12</sup> APEB. 02/474.916.3, fl. 22.

terras estarem próximas às cabeceiras dos rios Copioba e Pequi, recebeu, posteriormente, a denominação de São Felipe das Roças de Maragogipe.

Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (BRASIL. IBGE, 1958, v. 21, p. 321), em 1681, foi erguida neste lugar, uma capela sob invocação dos santos apóstolos São Felipe e São Tiago. Em 1718, o povoado de São Felipe foi elevado à condição de freguesia de São Felipe (NUNES, 2004, p. 287). Teve como primeiro vigário Pedro Fernandes de Azevedo. Continuou, porém, subordinada, administrativa e juridicamente à Comarca de Maragogipe.

Em 1883, para atender ao crescimento e desenvolvimento do povoado, a freguesia passou à condição de Vila de São Felipe, quando se criou o município, com território desmembrado de Maragogipe, como consta da (Lei da Assembléia Legislativa Provincial) Lei Provincial nº 1.952, de 29 de maio de 1880, sancionada no governo de Antônio de Araújo Aragão Bulcão. (BAHIA. SEI, 2010, p. 257). Atendido aos trâmites legais, só em 1883, ocorreu a instalação dos poderes político-administrativo, que efetivavam a sua condição de Vila. A primeira Câmara, instalada em novembro daquele mesmo ano de 1883, era composta pelos seguintes membros: tenente-coronel José Leandro Gesteira, padre Francisco Manuel Purificação, tenentes Marcolino de Almeida, Francisco da Fonseca Rocha e Rufino Correia Caldas. Formavam seu território, naquele momento, os distritos de São Felipe, a sede, São Benedito, ou vila Caraípe, São Roque (que passou a se chamar D. Macedo Costa, em 1962), e Conceição do Almeida, que se desmembraram anos depois, através da Lei Provincial nº 1.176, de 18 de julho de 1890<sup>13</sup>. Não se encontrou, porém, referências ao número de habitantes de São Felipe para a década de 1900, encontrou-se dados, apenas para períodos posteriores. Na Mensagem apresentada ao Legislativo por José Marcelino de Souza em 1906, consta, na relação de alunos matriculados, a presença de 230 estudantes em São

---

<sup>13</sup> São Felipe permaneceu na condição de vila juridicamente subordinada a comarca de Maragogipe até 1938 quando deixou de ser vila para se tornar cidade. Como consta no Decreto-lei estadual nº 10.724 de 30 de março de 1938, em obediência ao Decreto federal de nº 311 de dois de março do mesmo ano. Sua composição administrativa foi definida na lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953, publicada no Diário Oficial do estado de 18 de fevereiro de 1954 (EMB, 1958, p. 322). Aquela lei emancipatória lhe atribuía à época, três distritos administrativos: São Felipe, Caraípe e Dom Macedo Costa. Pelo recenseamento geral de 1950, o município possuía 25.342 habitantes incluindo-se aí a população do distrito de D. Macedo Costa. Esse distrito de D. Macedo Costa, porém, foi desmembrado de S. Felipe e passou à condição de município em 1962.

Felipe (SOUZA, 1906, p. 14). Lamentavelmente, não se encontrou sobre essa questão, outras fontes.

A menção a pessoas detentoras de patentes militares remetem, às idéias de que o coronelismo político se verificou também nessa região de São Felipe. Com relação ao coronelismo institucional, indica-se, surgiu com a formação da Guarda Nacional, criada em 1831, como resultado da deposição de dom Pedro I, ocorrida em abril daquele ano (QUEIROZ, 1997, 47). E como se observou da lista de fundadores do sindicato agrícola de Conceição de Almeida, também, na fundação do sindicato agrícola de São Felipe, aquelas pessoas possuíam patentes militares. Observa-se que o coronelismo, entendido como uma das formas de representação e exercício do poder político existiu também em áreas de pequenas lavouras, a exemplo da região de São Felipe.

Como se viu, o uso de patentes militares por parte de proprietários de terras remonta, ao período da colonização. Mas o uso de patentes militares que criou o fenômeno do coronelismo ao qual se refere Queiroz, (1976, p. 163-164), tem sua origem no governo da Regência (1831-1842), que colocou os postos militares à venda, podendo então, os proprietários e seus próximos, adquirirem os títulos de tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel da Guarda Nacional, com o tempo, o coronel passou automaticamente a ser visto pelo povo comum como um homem poderoso. E sua influência política e econômica podia se restringir apenas a sua propriedade e parentela, como se estender a uma região além da sua propriedade agrícola, contribuindo para estabelecer, também, formas oligárquicas de controle das terras e do poder político local.

## **1.1 Cultivo da mandioca e seu beneficiamento**

Como já fora notado, a mandioca e a cana-de-açúcar estiveram presentes, ao longo de todo o desenvolvimento histórico dessa região do Recôncavo, onde se encontram Maragogipe e São Felipe, mas na Bahia, onde a cana-de-açúcar, juntamente com o fumo e o café se sucederam como culturas agrícolas por bastante tempo. Dessas quatro culturas agrícolas, e até o período em análise, sempre se cuidou menos da

mandioca (AMARAL, 1958, p. 304), apesar desse tubérculo ter sido a base alimentar cotidiana da população de toda essa região.

No meio acadêmico, a mandioca não desfrutou dos mesmos destaques dados à cana-de-açúcar, café, ou cacau. Pouco se discutiu o aspecto social do cultivo da mandioca, tanto pelo fato de ser o alimento básico da população do Recôncavo, como de fazer parte manifestações sociais envolvidas, desde o preparo da terra, para o plantio, até o fabrico da farinha e derivados, a exemplo de tapiocas e beijus, somem-se outros aspectos específicos, referentes ao preparo do aipim, também conhecido como macaxeira ou aipi, como é ainda hoje prática comum nessa região, o apodrecimento da mistura de água, mandioca ou aipim, para se extrair a puba, a partir da qual se preparam bolos e outros alimentos. Todo esse processo desde o cultivo da mandioca, à produção da farinha, e todo seu instrumental técnico específico, abrigado no interior das casas de fazer farinha, remetem sempre à importância social e econômica da mandioca para essa região.

Se no âmbito das pesquisas acadêmicas, comparativamente, à cana, café e cacau, a mandioca encontrou um lugar secundário, entende-se que no processo de formação econômica do Recôncavo, a mandioca ocupou um lugar central, pois, era a base do sustento alimentar da população, e produto gerador de capital, estabeleceu assim, relações bem definidas entre produção, circulação e consumo, porque se articulava com dois territórios e dois meios de transporte fundamentais em todo o período da formação socioeconômica dessas duas regiões, ou seja, os tropeiros, que se utilizava de animais de carga para fazer as conexões comerciais com o Recôncavo e o Sertão e, a navegação fluvial e marítima costeira, canoas e saveiros, que faziam o transporte para Cachoeira e Salvador.

Dos estudos realizados no Instituto Agrícola da Bahia, Amaral (1958, p. 294) salientou que, em 1909 na Bahia, Lohmann, fez experiências com quatorze variedades de mandioca, sendo estas, a itapicuru, a gemadeira, a saracura, a platina, a São Pedro, a gravetão, a vassoura, a crioulinha e a Rio de Janeiro; ainda o aipim preto, o cinzento, o pacaré, o paraguaio e o valença (AMARAL, 1958, p. 294). Enquanto em *A Lavoura*, de novembro de 1909, pode-se ler: “mandioca é uma planta que tem elementos para vir a ser, em nosso país, uma inesgotável fonte de

riqueza, pela facilidade, barateza e abundância de produção” (A LAVOURA, ano III, nº 11, nov. 1909, p. 353). Observou-se que o cultivo da mandioca e o preparo da farinha foi atividade praticada tanto em pequenas como em grandes propriedades dessa região. Entende-se, que essa produção atendia ao consumo doméstico das famílias, e que um excedente dessa produção, se destinava aos mercados da região, do Sertão e de Salvador, a guisa de curiosidade, note-se que São Felipe surgiu nas cabeceiras do Rio Copioba, justamente o nome mais conhecido atribuído à farinha de boa qualidade “farinha tipo copioba”, característico dessa região.

Para se entender as características do cultivo da mandioca e da produção de farinha nessa região, utilizou-se, como fonte de pesquisa, alguns inventários realizados no final da década de 1880 e início da década de 1890. Fez-se isso com o propósito de se poder fazer comparações entre a década de 1900 e a década anterior. A morte de João Batista da Costa Villas Boas<sup>14</sup>, determinou que Maria Jesuína de Jesus Villas Boas, viúva e inventariante, procedesse a realização de inventário do qual se extrai informações importantes apesar, ressalte-se, referirem-se a década anterior ao marco temporal da pesquisa. Faz-se a descrição da casa do engenho, da casa de fazer farinha e da casa de residência e, dos apetrechos relacionados ao tratamento do café, para que se possa comparar a importância atribuída a cada um dos bens. A casa onde funcionava o engenho foi declarada com as seguintes características: uma casa construída sobre esteios de madeira e coberta com telhas e que servia ao engenho de açúcar, um pé de engenho com tambores e dentaduras novos de ferro, um tacho de ferro batido, dentre outros apetrechos do fabrico do açúcar avaliados em 1:150\$000 (um conto, cento e cinquenta mil réis).

Enquanto a casa de fazer farinha dessa propriedade de João Batista da Costa Villas Boas era indicada como uma extensão da casa que serve ao engenho, declarava que a casa de fazer farinha era coberta de telhas, sobre esteios e alicerces de tijolos, com seus acessórios, além de alguardar de ferro e prensa avaliados, todos, por 500\$000 (quinhentos mil réis). Esses apetrechos tecnológicos e o valor total dessa casa de fazer farinha, mostra a importância atribuída à mandioca nessa propriedade.

---

<sup>14</sup> APEB. 02/475.919.7, fl. 30.

Com relação ao café nessa propriedade, pode-se ler: “a casa de beneficiamento do café, com paredes de adobes e seus acessórios, avaliados todos por 1:000\$000rs” (um conto de réis). Se constata, a partir dos valores declarados referentes aos aspectos técnicos da produção, que a estrutura do café equivalia a um conto de réis. Um conto e cento e cinquenta mil réis a avaliação da estrutura técnica referente à produção de açúcar, enquanto quinhentos mil réis era o valor dado à estrutura produtiva da farinha de mandioca. Isso perfazia um total de 2:650\$000, não se incluindo os valores referentes à terra ou à mão-de-obra empregada na manipulação de cada um dos três produtos. Inicialmente, no conjunto da estrutura produtiva da propriedade de João Batista da Costa Villas Boas a cana de açúcar desfrutou maior atenção, vindo em seguida o cultivo e beneficiamento do café e, em terceiro lugar, a mandioca.

A guisa de se estabelecer comparações entre valores financeiros, extrai-se do inventário de João Batista da Costa Villas Boas a descrição de valores de alguns bens semoventes: 16 bois de carga, 1:040\$000 (um conto e quarenta mil réis), 7 burros de carga, 784\$000 (setecentos e oitenta e quatro mil réis), 8 burros velhos de carga, 720\$000 (setecentos e vinte mil réis) 8 vacas com bezerro, 500\$000 (quinhentos mil réis), 1 cavalo velho, 40\$000 (quarenta mil réis)<sup>15</sup>. Observa-se, um valor considerável, referente a animais do trabalho, totalizando 2:584\$000 (um conto, oitocentos e sessenta e quatro mil réis) a soma do valor financeiro referentes aos bois, burros e o cavalo velho, excetuando-se dessa soma, as oito vacas com bezerro. Note-se que a propriedade possuía engenho de açúcar e casa de fazer farinha, o que certamente demandava a ocupação de muitos animais do trabalho.

Com intuito de se estabelecer comparações observe-se, por exemplo, o valor financeiro desses animais do trabalho na propriedade de Maria Joaquina do Nascimento, realizado em 1898<sup>16</sup>, montemor de 820\$000 (oitocentos e vinte mil réis) declararam, um burro por 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) dois bois, a 60\$000 (sessenta mil réis cada) por 120\$000 cento e vinte mil réis. A soma dos valores financeiros dos três animais juntos, representam aproximadamente, um terço do patrimônio acumulado.

---

<sup>15</sup> APEB. 2. 475. 919. 7, fl. 30.

<sup>16</sup> APEB. 2. 515. 960. 11, fl. 19.

No documento referente a João Batista da Costa Villas-Boas, tem-se, também, referência ao alguidar de ferro, e não de cerâmica, para a casa de fazer farinha, mostra, por outro lado, um avanço técnico, visto haver poucas referências a esse tipo de alguidar em outros inventários, e representa aspecto importante, do ponto de vista tecnológico, relacionado ao fabrico da farinha de mandioca, se reflete, inclusive, com o consumo de lenha, na medida em que alguidares de cerâmica ou ferro, se aquecem com diferentes temperaturas.

### **1.1.2 Aspectos gerais das casas de fazer farinha**

Os inventários costumam descrever os principais instrumentos que compunham uma casa de fazer farinha, e atribuía-se um valor monetário a cada um desses instrumentos, a depender de seu estado de conservação e/ou material utilizado. A partir dessas descrições é possível se fazer uma análise comparativa e se chegar a um padrão, tanto de valor do bem avaliado, quanto do aparelhamento técnico da casa do fabrico da farinha. O preço da avaliação nem sempre correspondia ao valor real, pois dependia do estado do equipamento avaliado: se era moderno, novo, em bom estado, ainda em uso, velho, muito velho, sem avaliação. Mesmo assim, as referências a esse instrumental técnico e os respectivos valores monetários declarados permitem deduzir a importância socioeconômica atribuída a farinha de mandioca nessa região.

Pode-se caracterizar essas casas de fazer farinha em três grupos distintos: o primeiro grupo composto por casas sobre esteios e cobertas com telhas, paredes de adobes, alguidares de cobre, prensas e cochos, esculpido em madeira de lei, a exemplo de pau d'arco e jacarandá. Essas foram avaliadas entre trezentos e seiscentos mil réis, desse grupo se encontrou, por exemplo, a descrição de “uma casa de fazer farinha com seus acessórios, constantes de uma bolandeira, um alguidar de ferro, tudo em bom estado”. Francelina Correia Dias<sup>17</sup>. A bolandeira, entendida como uma roda dentada, movida mecanicamente, normalmente presentes nos engenhos ou seja, se usava a força ou queda d'água como força motriz. Apesar

---

<sup>17</sup> APEB. 7/3065.19, fl. 42.

de ser a única referência a esse aparato, encontrado nos documentos analisados, denota a complexidade em se tentar estabelecer padrões técnicos específicos para a existência e funcionamento das casas de fazer farinha dessa região.

O segundo grupo das casas de farinha é composto por casas sobre esteios e cobertas com telhas, paredes de adobes, alguidares de ferro ou cerâmica, e cochos em madeira. Entre os cochos incluía-se a prensa sobre a qual se colocava a massa da mandioca ralada para escorrer o líquido. O processo compreendia em se por dentro do cocho da prensa de madeira, sucessivas camadas de massa da mandioca previamente ralada, sobre palhas de dendê, fazia isso sucessivamente até que se enchesse o cocho, a prensa, que consistia em um tampo de madeira que vedava a parte superior do cocho era, através de uma travessa de madeira, movida por um parafuso também esculpido em madeira, pressionada gradualmente sobre o cocho, fazia com que a massa perdesse o líquido. Nesse processo a massa secava, geralmente durante a noite, e era retirada no dia seguinte, já seca, com espessura aproximada de dez centímetros, triturada manualmente em cochos, peneirada e posta nos alguidares para ser torrada. No Pará o líquido extraído da mandioca é considerado venenoso, com o qual fazem o tucupi, na Bahia esse líquido é denominado água de goma, que através de decantação, se produz a tapioca, esta, após torrada em alguidar, se transforma em farinha de tapioca. Estas casas de fazer farinha, desse segundo grupo, foram declaradas com o valores entre 100\$000 e 300\$000 mil réis. “Avaliaram a casa de fabrico de farinha com seus acessórios, por 140\$000”<sup>18</sup>.

O terceiro grupo compõe-se por casas de fazer farinha sobre esteios, cobertas com palhas, paredes de taipa, alguidares de barro cozido, instaladas em terças e telheiros da casa de morar, da casa do engenho ou da casa de secar café. Tinham poucos acessórios. Estas que compõem o terceiro grupo de valores monetários foram avaliadas entre 10\$000 e 100\$000 mil réis. “Avaliaram a casa do fabrico da farinha com seus acessórios por 80\$000”<sup>19</sup>. Compare-se o valor atribuído a um animal do trabalho e o valor dessas casas de farinha, e se tem um panorama dos instrumentos de trabalho no conjunto da infra-estrutura local.

---

<sup>18</sup> APEB. 7. 3171, fl. 6.

<sup>19</sup> APEB. 2. 474. 916.9, fl. 9.



Para que se possa compreender melhor a estrutura econômica da região de São Felipe, se faz uma comparação entre os valores declarados, referentes à casa de residência e à casa de fazer farinha. Faz-se isto para que se possa observar, de forma mais próxima, essa estrutura da produção da farinha de mandioca e conseqüentemente se deduzir o funcionamento no seu cotidiano. Para exemplificar, têm-se no inventário de Maria Elesban dos Reis Lessa<sup>20</sup>, montemaior declarado, de 2:570\$000 (dois contos, quinhentos e setenta mil réis). Declarou-se que, além de animais de carga, móveis e terreno, a casa de residência tinha oito portadas de frente, coberta com telhas sobre esteios, avaliada por 400\$00rs. Outra casa coberta com telhas sobre esteios, do fabrico de farinha, contida na mesma casa de morar, avaliada por 200\$00rs.

No inventário de João José Alves<sup>21</sup>, o montemor de 2:350\$000 (dois contos, trezentos e cinquenta mil réis). Foi declarado que seriam os legítimos herdeiros dos seus bens, a sua filha, muda e maior em idade, além de seis netos, excluindo-se do inventário dos bens, o seu filho Francisco, desaparecido e, por não ter este atendido ao edital fixado nas portas da Igreja Matriz e da Intendência Municipal. Declarou, dentre outros, os bens a seguir: uma casa coberta de telhas, sobre esteios e pilares, caiada de branco, com três portas e três janelas de frente, tapada com adobes, com benfeitorias de cafeeiros e árvores de quintal, avaliada por 1:400\$000rs. Uma casa de fazer farinha coberta de palha e tapada de taipa, com seus acessórios: prensa, rodízio, cochos e alguidares de barro, com uma porta e uma janela de frente, avaliados por 250\$000rs.

Se declarou, também, a presença da casa de farinha no inventário de Donata Maria da Conceição<sup>22</sup>, montemor de 2:000\$091, (dois contos e noventa e hum mil réis). Tinha, como herdeiros, quatro filhos e sete netos. Declarou, ainda, possuir um oratório com imagens e outros bens, deixando-lhes: uma casa de residência coberta de telhas sobre esteios, já estragada, avaliada por 500\$000rs. A casa de fazer farinha, coberta de telhas, contígua a residência, com seus acessórios: moenda, cochos, prensa, alguidar de cobre já velho, avaliados por 300\$000rs.

---

<sup>20</sup> APEB. 2. 474. 916.9, fl. 9.

<sup>21</sup> APEB. 7. 2878, fl. 16.

<sup>22</sup> APEB. 7 / 3065, fl. 16),

Guilherme Gomes Peixoto<sup>23</sup> inventariante dos bens deixados por morte de sua mulher, Maria José de Santana, montemor no total de 1:645\$000 (hum conto seiscentos e quarenta e cinco mil réis), declarou que, como tivesse amealhado durante a constância de seu matrimônio, em razão de suas economias, alguns bens, estes pouco suficientes, declarou, além de quatro filhos menores, móveis, um cavalo, um terreno, somando-se, ainda a casa de residência no lugar Gandu, coberta de telhas sobre esteios, 100\$00 e a casa de farinha, com tudo da mesma casa, por 50\$000rs

Gregório Rodrigues da Silva<sup>24</sup>, montemor de um conto e quatrocentos mil réis. Legou à sua mulher, e uma filha menor, além de um oratório, avaliado em sessenta mil réis, móveis rústicos de madeira, pilões, gamelas, potes de barro e, dentre outros bens, a casa de morar, coberta de palha com três vãos e uma porta de frente, avaliada por 60\$000rs, e uma casa de fazer farinha com acessórios, avaliada por, 10\$000rs.

Essas declarações de bens com os valores atribuídos às casas de fazer farinha, comparativamente às casas de residência, refletem aspectos importantes da infraestrutura local. Somados aos valores atribuídos às roças de mandioca, sendo estas um item também avaliado em muitos inventários, pode-se deduzir como se organizavam as relações sociais e de produção local. Para complementar as indicações acima, indicam-se aqui, exemplos de valores atribuídos às roças de mandioca, como declarou a inventariante de Januário Nunes da Silva<sup>25</sup>, Amélia Virginia da Silveira, que declarou uma roça de mandioca no valor de 30\$000 (trinta mil réis). Bernardina Maria de Jesus<sup>26</sup>, como inventariante de Manoel José Gonçalves, declarou três tarefas de mandioca verde, em mau estado, avaliadas por mil réis e, outra tarefa de mandioca verde, em bom estado, avaliada por vinte mil réis. Antônio Felix Brandão<sup>27</sup>, inventariante de Maria Rosa de Jesus, declarou dois pedaços de mandioca a 30\$000 (trinta mil réis cada), totalizando sessenta mil réis.

---

<sup>23</sup> APEB. 7 / 3065, fl. 11)

<sup>24</sup> APEB. 7 / 3200, fl. 17.

<sup>25</sup> APEB. 7 / 3065, fl. 22.

<sup>26</sup> APEB. 7 / 3200, fl. 16.

<sup>27</sup> APEB. 7 / 3171, fl. 18.

Francisco de Souza Pithon<sup>28</sup>, inventariante, declarou que Manoel José de Souza Pithon, quando vivo, tinha roças de mandioca, que foram avaliadas em 1:000\$000 (um conto de réis).

Hierarquizando os valores roças de mandioca, acima, avaliadas em 30\$000 (trinta mil réis), num extremo e, roças de um conto de réis noutra, isso justifica as afirmações de que a mandioca estava presente, tanto em pequenos como em grandes valores monetários, pequenas e grandes propriedades dessa região. Essa comparação entre valores ajuda dimensionar, também, as relações socioeconômicas das comunidades e, com isso, se entender melhor as bases materiais e o funcionamento da sociedade. É certo que existe o fator tempo, porque se utiliza dados da década de 1890 e início da década de 1900, e seria necessário se fazer um acompanhamento serial dos preços nos mercados de São Felipe, Nazaré, Maragogipe e Salvador, dos derivados da cana, mandioca e café, para se ter um perfil aproximado e mais exato do funcionamento da infraestrutura local no período analisado.

## **1. 2 Cultivo da cana-de-açúcar**

O cultivo da cana e a produção de açúcar já era conhecida na Península Ibérica. Foram os mouros, que ficaram do século VIII ao XV, na península Ibérica, que iniciaram a produção do açúcar de cana na Europa no princípio do século XV, no termo de Motril, pequena povoação do Reino de Granada, na costa do Mediterrâneo, onde existiam quatorze engenhos, produzindo em média 3.400.000 arrobas de açúcar por ano, apesar da imperfeição dos aparelhos rudimentares daquela época (A LAVOURA, jan.1900, p. 21). Considere-se que uma arroba equivale a 14,7 quilogramas.

A essa produção de Motril, deve-se acrescentar a produção de dezenas de engenhos com as mesmas características, espalhados por toda a área de dominação mourisca, cuja produção atendia aos mercados do entorno do

---

<sup>28</sup> APEB. 7 / 2878.04, fl. 12.

Mediterrâneo. Foi a expulsão da população mourisca da Península Ibérica no final do século XV, que desarticulou a produção do açúcar, naquela região e fez com que Portugal se decidisse por cultivar a cana e produzir o açúcar no Brasil, a partir do começo do século XVI.

A cana-de-açúcar começou a ser cultivada em São Vicente, São Paulo, e em Pernambuco, estendendo-se depois à Bahia e ao Maranhão (FREYRE, 1992, p. 31). Dependente de certo tipo ideal de solo e clima, para seu cultivo, a cana encontrou no solo de massapé do Recôncavo da Baía de Todos os Santos, condições ideais para desenvolver-se, inclusive na região de São Felipe. Schwartz (1988, p. 97) comentou que o ritmo implacável do trabalho continuava na Bahia por cerca de oito a nove meses, período em que a cana era cortada, moída e o açúcar fabricado. Na Bahia era comum, a produção do açúcar começar em fins de julho ou agosto e terminar em maio do ano seguinte.

Esse longo período, no qual se efetuava a colheita da cana para ser processada nos engenhos, dava ao Recôncavo da Bahia de Todos os Santos, uma condição de ligeira vantagem em relação a outras regiões onde, por fatores climáticos o período, que permitia a colheita, era mais curto (SCHWARTZ, 1995, p. 95). Esse é um fator importante para se entender a permanência do cultivo da cana-de-açúcar nessa região, mesmo considerando os constantes períodos de crises, que afetaram a atividade. A cana-de-açúcar está na gênese do desenvolvimento econômico do Recôncavo tanto na região onde prevaleceram grandes engenhos de açúcar a exemplo de Santo Amaro, como na região de São Felipe.

Apesar de se tratar do período compreendido na primeira década do século XX, pode-se lançar mão de uma informação de Amaral (1958, p. 345), que, uma dezena e meia de anos depois indicou que, havia em São Felipe, cinquenta engenhocas e nenhum engenho, mas, não se encontrou essa denominação engenhoca nos inventários. A designação recorrente desse tipo de documento é engenho, neste trabalho, se mantém a denominação adotada originalmente nos inventários em questão, sem perder de vista, que eram estruturas de produção com pouco aparato técnico avançado. Há referências, inclusive, a engenhos com tambores e pés de madeira, por isso, apesar da denominação “engenho”, deve-se levar em conta que,

algumas dessas propriedades, apresentavam estruturas técnicas bastante limitadas, considerando que a produção do açúcar, em Santo Amaro, também no Recôncavo, se adaptava às usinas industriais.

Na região de São Felipe, de acordo com as indicações de Ott (1996, p. 68), nota-se a presença da cana e de engenhos nessa região desde o final dos setecentos. Ott (1996, p. 68), fez um levantamento dos engenhos existentes em São Felipe, no final do século XIX. O autor, entretanto, situou no território de Nazaré alguns engenhos pertencentes a São Felipe, como foi o caso do Engenho Bonfim do Mutum, pertencente ao capitão Lauriano Barreto, que o doou em testamento, a João Batista da Costa Vilas Boas, que ao falecer, passou ao seu filho, Justiniano Vilas Boas. Ott, utilizou indicações, contidas nos Registros de Engenhos: 1823-1889, Registros de Terras de São Felipe: 1857-1858 e as Notas de Tabeliães: 1863-1864. Vê-se que as fontes em questão tratam de um período anterior ao marco temporal deste trabalho, por isso, as divergências entre a quantidade e a localização dos engenhos indicados por aquele estudioso e este trabalho. Encontram-se ainda, outras divergências quanto à localização de alguns dos engenhos de São Felipe, que aparecem no estudo de Ott como pertencentes a Nazaré. Seja como for, as fontes evidenciam o caráter geral da importância atribuída à atividade canavieira nessa região.

Quanto ao tamanho, ou extensão das propriedades, - que Ott (1996, p. 68), denominou de “vastas extensões de terras” -, admita-se que havia concentração da propriedade, mas isso não se aplicava à totalidade das propriedades de São Felipe. Para demonstrar isso, tem-se os valores estimados da terra, declarados nos inventários e testamentos, que foram analisados onde se verificou que as propriedades não formavam, efetivamente, vastas extensões de terras. Além disso, Mattoso (1978, p. 40), que analisou a importância da cidade do Salvador e seu mercado no século XIX, para a economia do Recôncavo, mostrou também, que a estrutura fundiária, dessa região, não se caracterizava por grandes propriedades de terras. Afirmou que, numa sondagem efetuada nos registros de várias freguesias dessa região, observou que uma mesma família poderia possuir várias propriedades, mas essas terras eram fragmentadas e nunca tinham mais de mil hectares (MATTOSO, 1978, p. 40). Isto se confirma com as constantes referências a

“terras próprias” e “terras em comum”, observadas, tanto nos inventários de pequeno valor do montemor, como em declarações altamente valorizadas.

O tamanho ou extensão da propriedade era medido em léguas, tarefas ou braças, as medidas usuais<sup>29</sup> mas entravam no montemor outros dados, a exemplo da estrutura e valor atribuído pelos avaliadores à casa de residência, os móveis, nicho com imagens de santos, declaração da quantidade de reдеiros, agregados e animais do serviço. E, no caso específico de possuir engenho, pode-se conhecer os componentes da força motriz da moenda. Pode-se dar conta da presença dos ferros do engenho, que equivaliam ao maquinário, como os cilindros, tachos de ferro ou cobre, além da área da propriedade, destinada ao cultivo da cana, “Avaliaram a casa do engenho por 1:000\$000. Os tachos do engenho por 150\$000, o ‘pé do Engenho por 400\$000’; as terras do Engenho por 2;000\$000”<sup>30</sup>. Em muitos casos declaravam a parte das terras ocupadas por reдеiros e agregados, isso permite deduzir a respeito dos trabalhadores da propriedade Cabe ressaltar, inclusive, que em nenhum dos inventários aqui utilizados, se encontrou menção a engenhos movidos por roda d’água. Todos, sem exceção, eram movidos por tração animal, denotando a ausência de modernos instrumentos industriais na estrutura produtiva local.

Os animais de trabalho, a exemplo de “bois da moenda”, como se referem os inventários, Silvério José de Oliveira<sup>31</sup>, juntamente com os membros da própria família do proprietário, seus agregados e reдеiros, formavam a base dos meios de trabalho dessa região de São Felipe. Os agregados, normalmente faziam parte da família ampliada, conviviam junto com a família nuclear, podia tornar-se um componente importante no conjunto das relações sociais e de produção da região, considerando que, não obrigatoriamente, prestava serviços ao pai de família.

Amaral (1958, p. 277), afirmou que a prática de se usar agregados remonta ao Brasil holandês. Encontrou-se uma presença maior de referências a agregados e reдеiros nas propriedades que possuíam engenhos, funcionando normal ou parcialmente.

---

<sup>29</sup> Uma légua equivale a 5555 e 6.000 metros. Uma tarefa na Bahia equivale a 30 braças quadradas, ou 4.352 metros quadrados. E, uma braça equivale a 2,20 metros (SCHWARTZ, 1995, p.16).

<sup>30</sup> APEB. 2/475.919.7, fl. 25.

<sup>31</sup> APEB. 1. 475.918, fl. 26.

“Avaliaram a casa do engenho coberta com telhas por 300\$000. E o engenho já estragado, com seus acessórios, por 500\$000”<sup>32</sup>. Avaliaram também, uma casa coberta de telha onde está o engenho, por 250\$000, e um pé de engenho com três tambores de ferro e quatro tachos também de ferro por 350\$000. Deduziu-se, a partir dos valores das avaliações, que os engenhos eram estruturas bem limitadas, pois se usava muitos apetrechos de madeira como recurso tecnológico e animais como força motriz. Apesar disso, a cana não deixou de ser uma atividade importante nessa área durante o período em apreço.

Na relação de bens, do inventário de Carolina Maria da Conceição<sup>33</sup>, proprietária de armazém constam as mercadorias à venda. Dentre outros itens, constavam duzentas rapaduras a 6\$000 (seis mil réis o cento), enquanto, no inventário de Francisco Antônio de Andrade, declararam-se “dez arrobas de açúcar, a 5\$000 (cinco mil réis cada arroba<sup>34</sup>”. Esses exemplos mostram, pela quantidade de ambos, que havia uma demanda regional de rapadura e o açúcar.

Inventário é um documento jurídico e não econômico. Como não se encontrou até aqui, outras fontes seguras a respeito da dinâmica socioeconômica da região de São Felipe, além das já indicadas neste trabalho, se pode deduzir pela ausência de referências à alegada crise agrícola no que respeita a atividade canavieira dessa região. Fraga Filho (2006, p. 28), por exemplo, que analisou o cotidiano das relações sociais e de produção no período pós-escravista, no Recôncavo, fez referências ao Escudo Social, semanário que circulou em São Felipe nas três primeiras décadas do século XX, mas, nem o autor citado, nem o semanário se aprofundaram na descrição da situação da agricultura nessa região.

Para evidenciar algumas características dos meios de produção açucareira da região, procurou-se observar como os documentos descrevem os engenhos e o respectivo aparato instrumental e técnico necessários ao seu funcionamento. Observou-se que não havia um padrão, um único modelo de engenho.

---

<sup>32</sup> APEB. 1. 475.918, fl. 26.

<sup>33</sup> APEB. 2. 474.917.03, fl. 17.

<sup>34</sup> APEB. 02/480.925.12, fl. 28.

A estrutura básica de um engenho, dessa região, situa-se em dois extremos. Nas propriedades, com avaliação acima de 10:000\$000 (dez contos de réis), o engenho aparecia com as seguintes características: uma casa edificada sobre pilares, coberta com telhas, paredes tapadas com adobes e, seus respectivos instrumentos, que serve de engenho. Nos inventários com avaliação inferior se declarava: uma casa edificada sobre esteios de madeira, paredes de adobes, coberta com palhas, com sua terça que serve de engenho. As referências a terça são comuns nos inventários analisados, a tradição indica que a terça é um apêndice da construção principal. Quando existe, conjugado a esta, outra construção, de tamanho ou uso não principal, essa parte não principal será denominada terça. No caso da construção principal ser o engenho, a parte menor dessa construção, a que serve de casa de farinha, é denominada “a terça do engenho que serve de casa de farinha”, no caso da construção principal ser a casa de morar, se possui esse apêndice/terça a qual se atribui outra função, será denominada a terça da casa de morar que serve para “guardar café” por exemplo.

À terça deve ser entendida como uma espécie de alpendre, uma varanda, um compartimento, existente na frente ou nas laterais da casa, característico da arquitetura do telhado colonial no Recôncavo baiano. A terça é, também, um item presente na arquitetura da região de São Felipe. Em alguns casos, inventários indicam que a terça abrigava, também, a casa de fazer farinha, depósitos e balcões para a venda do açúcar ou espaço para secar café. Ainda, analisando os meios de produção, faz-se a seguir, tomando-se como referência um documento de inventário, uma análise das informações a respeito do engenho de Lauriano da Costa Barreto.

### **1.2.1 Engenho de Lauriano da Costa Barreto**

O engenho em questão, estava localizado no Mutum, que é uma localidade situada próxima à sede da Vila de São Felipe, se divisando em seu extremo, com Nazaré. Esse inventário já foi parcialmente notado anteriormente, mas como possui informações importantes sobre essa questão dos engenhos, extrai-se que esse inventário do engenho Bonfim do Mutum, foi iniciado em 1890 e finalizado em 1898, é o que registra o maior valor de montemor declarado em São Felipe. A casa de



residência é um sobrado, descrito como uma construção de pedra e cal, paredes de adobes, com onze janelas, defronte para o nascente, três salas e onze quartos. Ressalte-se que normalmente a fachada era de pedra e cal e o resto de adobe, mas poderia ser inteira de pedra e cal, ainda mais em se tratando de sobrado. Ao descrever os móveis da residência, foram declarados um sofá, uma mesa de jantar, uma marquesa, cadeiras e a mesa onde está o nicho. O nicho era um móvel presente na quase totalidade dos inventários. O do Engenho Bonfim foi descrito como um nicho de jacarandá, com quatro imagens aparelhadas de prata, avaliadas em 50\$000 (cinquenta mil réis). A presença do oratório, entendido como nicho onde se guarda imagens religiosas, como já notado, era um bem descrito em quase todas as casas inventariadas, mostra a importância do catolicismo popular entre os habitantes dessa região a que João José Reis (2007, p. 59) denominou de um catolicismo de santos, como característica da crença cristã do Recôncavo<sup>35</sup>.

O engenho Bonfim do Mutum pertencia, até 1888, ao capitão Lauriano José da Costa Barreto<sup>36</sup>. Em virtude do seu falecimento, toda a administração e posse da propriedade, avaliada em 40:079\$000 (quarenta contos, setenta e nove mil réis), foi temporariamente doada, em testamento, ao seu sobrinho João Batista da Costa Villas-Boas<sup>37</sup>, tutor legítimo dos filhos menores deixados em virtude da morte do inventariado. A partir do momento em que o capitão João Batista da Costa Villas-Boas assumiu o controle da propriedade, que fora de Lauriano José da Costa Barreto, seu nome passou a constar em vários outros inventários, exercendo a função de avaliador de propriedades em processos de partilha, fiador de dívidas de terceiros, tutor de menores órfãos e, principalmente como comprador de terras próximas ao seu engenho. Essas referências mostram que Villas Boas era pessoa de prestígio social e deveria exercer algum ofício que o categorizasse a ser avaliador oficial de bens deixados pelo falecimento de alguma pessoa, bem como era habilitado, judicialmente, a ser tutor de órfãos menores. Isto corrobora, também, as

---

<sup>35</sup> As irmandades, sobretudo mas não exclusivamente as negras, foram, pelo menos até o Brasil-Ímpério, os principais veículos do catolicismo popular, nelas os santos muitas vezes ganhavam precedência sobre o Deus Todo-Poderoso e este se contentava com o estatuto de grande santo (REIS, 2007, p. 59).

<sup>36</sup> Na lista/relação de inventários do APEB, Lauriano José da Costa Barreto, consta como: Lauriano José Couto Barreto. Porém o nome constante do inventário é Lauriano José da Costa Barreto (Costa e não Couto).

<sup>37</sup> APEB. 2/5105, fl. 28 – 29.

afirmações de Schwartz (1995, p. 228 - 229)<sup>38</sup>, quando situava os Villas Boas como uma das sete famílias, política e economicamente, mais importantes do Recôncavo.

Essa importância socioeconômica se evidencia, também, quando João B. da Costa Villas-Boas convocou um seu irmão, Maximiano Batista Villas Boas, que era vigário da Paróquia de Nazaré, para que pudesse cuidar do funeral de seu tio, capitão Lauriano da Costa Barreto. A explicação, para essa convocação, estava o fato do capitão Lauriano da Costa Barreto ter pertencido a quatro irmandades religiosas de Nazaré<sup>39</sup>, - a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a de Nossa Senhora de Nazaré, a de Santa Rita e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Esta última era encarregada de transportar o corpo do defunto para enterrá-lo em um dos cemitérios de uma irmandade, dentro de uma igreja ou no seu terreno, como mandava a tradição até àquela época.

Esse inventário contém informações fundamentais para se entender variados aspectos do cotidiano da região. Em testamento, anexo ao inventário, o capitão Lauriano da Costa Barreto declarou que, tendo falecido sua esposa Francisca Maria de Souza, com a qual teve uma filha de nome Joana, com 7 anos, não mais contraiu matrimônio, mas declarou que era o pai legítimo de Fernando, de 6 anos, com a crioula Epifânia. Declarou-se também pai das filhas da crioula Fausta, cujos nomes eram Lídia e Feliciano, respectivamente com 5 e 3 anos, todos sob a tutela do capitão João Batista da Costa Villas-Boas. Do ponto de vista do cotidiano se constata, pelos inventários que o proprietário da terra manteve relacionamentos extraconjugais com duas mulheres crioulas, que estavam situadas numa condição étnico-social diferente à sua condição e mesmo assim, legou algum bem para elas. Essa indicação cartorária abre possibilidades a variadas interpretações acerca do poder patriarcal e relações exogâmicas nessa região. Com possibilidades, inclusive, de serem estratégias com vistas a se garantir um quinhão de terras, a possíveis descendentes de escravos, através de relações conjugais.

---

<sup>38</sup> Os nomes dessas “famílias tradicionais” eram reconhecíveis para os contemporâneos, e o são até hoje na Bahia. Muitos se relacionavam de algum modo com os descendentes de Diogo Álvares Correia, o Caramuru. Eram as famílias Argolo, Muniz Barreto, Aragão, Bulcão, Rocha Pita e Villas Boas”. In: Stuart. B. Schwartz .Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Mota. São Paulo. Companhia das Letras, (SCHWARTZ, 1995, p. 228-229.

<sup>39</sup> As irmandades eram organizadas como um gesto de devoção a santos específicos, que em troca da proteção aos devotos recebiam homenagens em exuberantes festas (REIS, 2007, p. 59)

O documento, entretanto, não esclarece as razões que levaram Lauriano da Costa Barreto doar temporariamente a seu sobrinho, João Batista da Costa Villas Boas, a propriedade até que os tutelados atingissem a maioridade e pudessem entrar na posse efetivas dos seus respectivos quinhões. Mas a partir da declaração do testamenteiro pode-se verificar a forma como o proprietário se relacionava com seus agregados e rendeiros. O capitão Lauriano da Costa Barreto expressou, em testamento, o seguinte desejo:

Com relação aos agregados, estes devem ser despejados das ditas suas terras, sem direito a indenização alguma das benfeitorias que tiverem feito, visto que os agregados não são rendeiros e plantam unicamente por meu consentimento e gratamente. (Lauriano da Costa Barreto, APEB. 2/5105. Série Inventário, São Felipe, 1889-1890, p. 38)

A presença de trabalhadores na condição de agregados remonta ao período da colonização. Queiroz (1976, p. 38) se referindo aos proprietários de engenhos coloniais e a parentela que se formava na propriedade afirmou que,

Em torno destes proprietários e dos colonos mais simples, seus tributários, havia a turma dos agregados, gente de poucas posses que vinha do Reino e se encostava noutro mais poderoso, vivendo de pequenos serviços, ou de um ofício remunerado, ou mesmo admitido a plantar cana em terras de um senhor (QUEIROZ, 1976, p. 38).

Entende-se gratamente no sentido de gratidão, reconhecimento, agradecimento. Assim, do ponto de vista do proprietário da terra, Lauriano da Costa Barreto, o agregado deveria ser grato pela permissão que lhe foi concedida de morar e trabalhar na propriedade. Sobre a questão da mão-de-obra dentro e fora do Recôncavo no pós-abolição, Fraga Filho (2006, p. 28) comentou que, “migrar para outras localidades em busca de trabalho, ou para romper com antigos vínculos que os ligavam aos ex-senhores, foi uma forma de efetivar a liberdade”. Nota-se que as hierarquias sociais e da produção, se definiam pela condição social do lavrador, o indivíduo proprietário, este utilizava dentre outros meios, a posse da terra, como forma de obtenção e manutenção da mão-de-obra que necessitava. Enquanto os trabalhadores não-proprietários da terra, não dispunham de muitas escolhas além viver e trabalhar nas condições sociais de agregados e rendeiros oferecidas pelo proprietário da terra.

Pode-se observar também, descendentes de escravos sendo aquinhoados com uma porção de terras, por parte de seu antigo senhor. Para ilustrar a questão é interessante observar uma determinação, contida em testamento integrante ao inventário de José Joaquim dos Santos<sup>40</sup>, proprietário da Fazenda Umbuzeiros e da Fazenda Baixa do Fubá, ambas no distrito da Conceição Velha, localidade próxima a Cruz das Almas. Tinha como inventariante sua viúva, Idalina Teresa dos Santos, destacando o montemor de 11.723\$000 (Onze contos, setecentos e vinte e três mil réis). Junto ao Inventario, constava o testamento de última vontade que dizia:

{...} deixo como único herdeiro das terças (1/3 do total do montemor, que pertencia ao defunto e ele dispunha como queria) dos meus bens que disponho, ao meu afilhado Manoel Matias dos Santos, filho legítimo de Lúcio dos Santos e Catharina de tal, os quais foram meus escravos. Peço que seja dado aos herdeiros de minha terça acima declarados o sítio de terras da Baixa do Fubá e o executante seja inteirado na Fazenda Umbuzeiros sem que disso seja atendida reclamação alguma<sup>41</sup>.

A referência a afilhado remete à prática do apadrinhamento, forma de parentesco ritual ou simbólico, validado ou não pela Igreja. Porque havia o rito de batismo formal, com o respectivo registro, o batistério, estabelecido em uma igreja, na qual constavam padrinhos e madrinhas, compadres e comadres. E havia o batismo simbólico como o que se realizava durante os festejos do São João, onde os interessados, de mãos dadas, pulavam a fogueira por três vezes, diante de algumas testemunhas, com isso passavam a se tratar como compadres ou comadres. Esses ritos estreitavam as relações de amizade, facilitava a troca de favores e ajuda mútua entre o proprietário, seus familiares, compadres, afilhados, rendeiros e agregados, características presentes em regiões onde predominava a economia agrícola de subsistência (PRADO JÚNIOR, 1973, p. 41).

Neste caso da nota acima, referente a aspectos das relações entre proprietários e ex-escravos, pode-se deduzir que o apadrinhamento manteria o ex-escravo ou seu descendente na propriedade, facilitando ao proprietário a oferta e uso da mão-de-obra. Enquanto para o ex-escravo ou seu descendente, o apadrinhamento facilitava

---

<sup>40</sup> APEB. 7 / 3171, fl. 26.

<sup>41</sup> APEB. 7 / 3171, fl. 12.

acesso a formas mais dignas de trabalhar e viver. Especialmente, os recém saídos da escravidão. Mesmo que houvesse, também, o uso desse trabalhador como patrimônio político, “curral eleitoral”, como indicado por Maria Isaura P. de Queiroz, para o Sertão do Padre Cícero e, os cafezais paulista (QUEIROZ, 1976, p.120). Acredita-se que, sobressaía-se, primeiramente, o uso econômico desses compadres, afilhados, rendeiros e agregados em um contexto de transição entre formas de uso da mão-de-obra, e reforça as opiniões de que o proprietário da terra era um dos elementos determinantes das relações entre indivíduos que exploravam e indivíduos explorados.

Desse modo, o agregado ocupou papel importante nas atividades produtivas dessa região, haja vista, menção a essa categoria social em muitos dos inventários, testamentos e partilhas de bens, analisados. Agregado não era exatamente empregado do dono da casa, podia ser os ascendentes, os descendentes com suas famílias, os parentes colaterais, comadres, compadres, recém-chegados de outra parte, etc. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p. 163), ao analisar a questão das relações de dependência no campo, destacou o fato de que, geralmente, as relações de subserviência ou exploração dos trabalhadores agregados, compreendiam, o preparo do solo para o plantio, o conserto de cercas, telhados, etc., e tantas outras atividades necessárias à manutenção das atividades produtivas. Estendia-se a obrigação dos agregados a comparecer nos eventos sociais que angariassem prestígio político e social ao seu patrão, sob pena de perda de confiança e rompimento do acordo de uso da terra (QUEIROZ, 1976, p.163).

Lavrador-proprietário era a forma como se identificava o proprietário de terra nos documentos de inventário realizados pelo Tribunal da Relação, Tribunal de Apelação e Revista, Juizado de Órfãos, esse se diferenciava de outras categorias de trabalhadores a exemplo de rendeiros e agregados. Das muitas interpretações que se pode fazer dessa cláusula do testamento acima, registre-se a diferenças de tratamento atribuído pelo proprietário a essas duas categorias de dependentes e trabalhadores, livrando o tutor e os filhos de possíveis problemas relacionados à presença desses indivíduos e suas famílias. Apesar de documentos de inventários não revelarem possíveis conflitos entre proprietários, rendeiros e agregados, estas informações poderiam ser obtidas a partir de registros de queixas crime.

A relação de trabalho e moradia do agregado era definida de acordo com os interesses de ambas as partes: o agregado dependia da permissão do proprietário para viver e trabalhar na terra; e o interesse do proprietário em ter ou não a mão-de-obra posta a sua disposição, o que dava ao proprietário a prerrogativa de definir as modalidades de exploração do trabalhador. Daí combinava-se a forma de usar um pedaço de terra e se estabelecia a forma de divisão dos dias da semana em que o agregado deveria se colocar à disposição do proprietário, definiam-se também as formas de divisão do produto cultivado em pagamento pelo uso da terra que cabia a cada uma das partes.

Essa divisão podia variar de um proprietário para outro, geralmente, usava-se o sistema de meia, terça ou quarta parte, tanto dos dias da semana, como do que era cultivado pelo trabalhador agregado. Queiroz (1997, p. 162) afirmou que, no caso desses trabalhadores sem terras próprias que vieram da condição de escravos, a elevação destes a homens livres em 1888, não diluiu as diferenças anteriores com relação a propriedade da terra, “Pois os antigos escravos não se transformaram em possuidores da terra com a libertação, e sim em mão-de-obra dela desprovida”. Deduz-se, que o trabalhador agregado dessa região, o que optou por permanecer na propriedade, teve acesso ao trabalho, manutenção de certos laços afetivos e a possibilidade de garantir a própria sobrevivência. Garantiu também ao proprietário, dispor de uma mão-de-obra a baixo custo, onde, por ser proprietário, dispunha de uma margem maior para negociar as relações e uso do trabalhador, desprovido da posse de terras e que se oferecia para trabalhar na condição de agregado ou rendeiro.

Outro inventário com informações pertinentes a engenhos é o de Francisco Antônio de Andrade, que declarou, dentre outros bens de raiz, “uma roça de cana, de meia, com o rendeiro Manoinho”. Citou ainda, outras roças com os rendeiros de nome Felipe de Neca, Conrado, Barnabé e José de Sabina<sup>42</sup>. Evidenciando a meação como uma das formas de divisão social do trabalho. Não se encontrou outras formas de identificação dos trabalhadores, além de proprietários, rendeiros e agregados, mas como já fora salientado, testamentos e inventários seguiam, normalmente, uma

---

<sup>42</sup> APEB. 02 /480.925.12, fl. 33-34.

espécie de formulário, diferindo apenas o que fosse específico de cada testamentário ou inventariado. Cabia ao escrivão e avaliadores fazer esse registro antes de passarem para o juiz que só fazia julgar, diferir ou indeferir, pedir vistas, etc. e concluir o processo.

### 1.2.2 Engenho de Maria Rosa de Jesus

Em princípio, esse é um documento de partilha amigável, extrai-se informações interessantes para se conhecer o interior das casas e saber que no seu interior havia a mesa do jantar, as cadeiras, bancos e sofás, as marquesas e camas de dormir, o oratório e suas imagens. Tudo isso está descrito no Inventário, o qual se refere à fazenda e engenho Jaguaripe. Verificar a presença dos tipos de mobiliário, e os respectivos preços, atribuídos pelos avaliadores oficiais, permite verificar os lugares de convivência familiar e até medir suas posses, visto que nem todas as casas, possuíam todos esses móveis. Observar a vida cotidiana, no interior das residências e os instrumentos de trabalho, oferece um sentido de materialidade à existência cotidiana daquelas pessoas. Permite, também, avaliar os diferentes níveis sociais e econômicos dos quais cada um dos diferentes grupos sociais desfrutava. A análise desses objetos do cotidiano, situada em espaços e tempos específicos, a posse e uso de certos objetos materiais, podem refletir o estágio de desenvolvimento da comunidade, seu *status* social e condições econômicas. Como exemplo, tem-se a descrição dos objetos que estavam no interior e no exterior da casa de residência de Maria Rosa de Jesus, e sua fazenda Jaguaripe, inventariada por Antônio Felix Brandão<sup>43</sup>.

A propriedade denominada fazenda e engenho Jaguaripe teve como inventariante Antônio Felix Brandão<sup>44</sup>. Este declarou que, tendo falecido sua mulher, Maria Rosa de Jesus e, sendo intimado a proceder ao inventário dos bens que ficaram do seu matrimônio com a referida mulher, declarou ter quatro filhos, homens solteiros, Manoel Pedro dos Santos, Rodrigo Costa dos Santos, Antonio Augusto dos Santos,

---

<sup>43</sup> Antônio Felix Brandão assim como outros inventariados com o sobrenome Felix de Souza, Barreto, Villas-Boas, Coelhos, Pereira eram todos sobrenomes comuns nessa região. Apesar da proximidade com o sobrenome, não possuem nenhuma relação de parentesco com o autor deste trabalho.

<sup>44</sup> APEB. 7 / 3171, fl. 17 – 18.

Luciano Espínola dos Santos e, uma filha, Rosa de Jesus, casada com João Pedro dos Santos. Declarou os seguintes móveis e respectivos valores monetários, não detalhando, porém, tamanhos, ornamentações, ou detalhes estilísticos próprios do fim do século XIX, não constam na avaliação, identificação de camas ou leitos, pratarias, porcelanas, jóias e outros objetos de uso pessoal, que são também, objetos encontrados em declarações e avaliações de bens.

Uma mesa de jantar estragada .....	8\$000
Outra mesa pequena já estragada.....	2\$000
Outra mesa pequena, com duas gavetas, onde está o oratório.....	8\$000
Um banco longo.....	2\$000
Uma mesa.....	1\$000
Uma marquesa.....	10\$000
Um estrado.....	5\$000
Tachos de cobre .....	2\$000
Um oratório com uma imagem do Cristo aparelhada de ouro e prata.....	4\$000
Mais cinco imagens: Santo Antônio, São Roque, Santa Rita, São João, Nossa Senhora da Conceição, todas por.....	30\$000

Complementavam os pertences avaliados, os bens de raiz abaixo:

Os acessórios de fazer farinha .....	30\$000
Um pé de engenho com dentaduras de ferro.....	80\$000
Outro pé de engenho com tambores e dentaduras de paus.....	40\$000
Três tachos de cobre.....	40\$000
Um cocho de pau d'arco.....	10\$000
Um outro dito com tampa.....	8\$000
A casa do engenho com terça .....	80\$000
A casa de morar.....	180\$000
Uma terça onde estão os acessórios de fazer farinha.....	15\$000
Um pedaço de cafeeiro junto ao engenho.....	30\$000
Mais um outro junto a divisa com João Ferreira da Silva.....	20\$000
Dois pedaços de mandioca a trinta cada.....	60\$000
Um canavial.....	30\$000
As terras do engenho.....	1:250\$000
Um pedaço de terras no lugar Jenipapeiro-Quebrado.....	250\$000
Um pedaço de terras onde existem as benfeitorias do rendeiro José Brandão	300\$000
Um pedaço de terras no lugar Cajueiro de João.....	200\$000
Um pedaço de terras onde mora o rendeiro José Freire dos Santos.....	275\$000
Um pedaço de terras onde mora Manoel Pedro dos Santos .....	275\$000
Um pedaço de terras onde mora Lucindo de Menezes.....	280\$000
Um pedaço de terras no lugar denominado Carahy .....	300\$000
Um pedaço de terras onde mora o agregado João.....	200\$000
Um pedaço de terras na beira do rio Jaguaripe.....	400\$000
O pasto do engenho.....	10\$000
Um cavalo velho quase inutilizado.....	10\$000



Em uma propriedade, avaliada por 4:596\$000 (quatro contos, quinhentos e noventa e seis mil réis)<sup>45</sup>, quando se compara o valor atribuído aos móveis da casa e o valor atribuído ao oratório e suas imagens, se conclui que a religiosidade católica ocupava, efetivamente, um espaço importante no cotidiano dessas pessoas, nesse comparativo entre os móveis e os objetos religiosos, observou-se também, que valores atribuídos a esses objetos religiosos eram sempre próximos, ou superiores em valor, ao conjunto dos móveis da casa inventariada, nesse exemplo, os móveis da casa inventariada totalizaram 70\$000 (setenta mil réis), já o nicho e seu conteúdo foi avaliado em 150\$000 (cento e cinquenta mil réis)<sup>46</sup>.

Outros bens relacionados e interessantes a se notar, formavam o conjunto das terras de Antônio Felix Brandão, composto por nove pedaços de terras e as referências à presença de cinco rendeiros, menciona, também a presença de agregado. Considerando-se os valores declarados, altos, médios e baixos, essa propriedade, de Antônio Felix Brandão, pode ser considerada de valor médio, e possuir engenho, casa de fazer farinha e sítios de cafés. Confirmam-se observações à presença do cultivo da mandioca, cana-de-açúcar e café, em propriedades de valores alto, médio e pequeno. Ao se observar a estrutura produtiva do engenho, verifica-se que foram declarados tambores e dentaduras de ferro e, de madeira. Isto serve de parâmetro para se deduzir o estágio tecnológico da atividade açucareira na região.

Pode-se deduzir também, que a manutenção do engenho em um momento de expansão da atividade cafeeira, como um forte indício para se entender porque a alegada crise agrícola e financeira não alterou profundamente as relações sociais, de produção, circulação e consumo locais. Esses engenhos seguiram produzindo para o comércio local, do Sertão e de Salvador, contribuindo para que o cotidiano econômico se alterasse lentamente<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> APEB. 7 / 3171, fl. 17 – 18.

<sup>46</sup> APEB. 7 / 3171, fl. 17 – 18.

<sup>47</sup> A atividade canavieira ainda é elemento importante na estrutura da economia de São Felipe no começo de século XXI, uma parte dessa produção é transformada em melaço de cana para a produção de aguardente em alambiques dessa região; outra parte é vendida in-natura, para a produção de caldo de cana na cidade do Salvador.

### 1.2.3 Engenho de Manoel José de Souza Lemos

O documento referente a este engenho é também importante, porque reforça as afirmações que se tem feito sobre dois tópicos fundamentais neste trabalho: a estrutura da produção centrada na mandioca, café e cana-de-açúcar e formas de trabalho proprietário, agregados e rendeiros. A propriedade, da qual se trata, possuía engenho, teve a avaliação total declarada em 6:835\$000 (seis contos, oitocentos e trinta e cinco mil réis). Localizava-se no Arraial de São Roque, seu proprietário inventariado, foi Manoel José de Souza Lemos<sup>48</sup>. Este se casou, em primeiras núpcias, com Ana Rosa de Jesus e, em segundas núpcias, com Maria Rosa Lemos de Jesus. Dos dois casamentos resultaram quatro filhos, três do primeiro casamento, com Ana Rosa de Jesus, sendo estes: Antônio Felix de Souza Lemos, 17 anos, Francisco Felix de Souza Lemos, 14 anos, Francisca de Jesus, 15 anos. E, uma filha do segundo casamento, com Maria Rosa Lemos de Jesus, de nome Feliciano Maria da Encarnação, com idade de 6 anos.

Na descrição dos móveis, novamente o destaque é para o oratório com sete imagens, aparelhadas em prata e avaliadas todas juntas por cem mil réis, enquanto os vinte e cinco itens relatados, referentes à avaliação dos móveis domésticos, propriamente ditos, incluindo-se uma cama francesa, foram avaliados todos por cento e quarenta mil réis. Isso mostra que todo o mobiliário da casa era apenas, quarenta mil réis superior, aos objetos de devoção religiosa. Dos móveis da casa, além da cama francesa, destacava-se um relógio de parede sem que se especificassem a origem ou características. São estes os dois únicos objetos que se poderia chamar de objetos de luxo e ostentação. E são referências incomuns no conjunto dos inventários analisados. De qualquer forma, há sempre um equilíbrio proporcional entre o valor dos móveis e os objetos religiosos. A despeito do valor da terra e do conjunto da propriedade, deduz-se que havia um forte desapego às questões relativas aos objetos de luxo e ostentação, porque os inventários não fazem menção a esses bens, acredita-se que a vida da região pudesse estar mais voltada para o exterior do que para o interior das casas, seguindo os reflexos dos ritmos lentos das incorporações técnicas à produção e ao modo de viver.

---

<sup>48</sup> APEB. 7 / 3065, fl. 22.

Com relação aos bens semoventes, deixados por Manoel José de Souza Lemos, declararam-se oito burros de carga e um boi, somando-se os valores atribuídos a cada um desses animais, a soma resultou em 455\$000 (quatrocentos e cinqüenta e cinco mil réis). Declarar apenas um boi numa propriedade que possuía engenho, leva concluir que, o boi era utilizado na moenda, que também poderia ser movida por burros e outros animais do trabalho, como era comum nessa região. Essas referências a animais de trabalho reportam, outra vez, às questões relacionadas ao estágio de desenvolvimento das formas de produção regionais e o seu consumo, característicos de uma economia de subsistência.

Esta proposição sobre os animais de trabalho se amplia na análise do inventário de Maria Angélica de Jesus<sup>49</sup>, inventariante, Felix de Souza Lemos, proprietária que foi da Fazenda Flecheiras, na vila de São Roque. O montemor, declarado em 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil réis), mostrou conter roças de cana de açúcar, mas não indica engenho. Evidencia que nem todas as propriedades tinham engenho. Existia uma parcela de plantadores de cana-de-açúcar que moía a cana em engenhos de terceiros. O inventário declara, também, que Maria Angélica de Jesus faleceu sem deixar filhos. Na relação dos móveis da residência, consta que o oratório estava avaliado em 20\$000 (vinte mil réis), e o restante dos móveis domésticos, compunha-se de cinco itens que, todos juntos, foram avaliados por quarenta mil réis. O inventariante Felix de Souza Lemos, declarou ainda que a falecida possuiu os seguintes animais de trabalho: três burros de cangalha em mal estado, avaliados todos juntos por cento e oitenta mil réis; três bois de brocha, já velhos, avaliados por 120\$000 (cento e vinte mil réis) e, uma vaca com uma novilha, avaliadas por 80\$000 (oitenta mil réis).

A referência a bois de brocha, brocha no sentido um pedaço de corda indicava que o animal estava domesticado para o trabalho. Boi de brocha pode-se, também, atribuir o sentido de bois de canga; brocha no sentido de um gancho de madeira que posto no pescoço do boi permite atrelar-lhe o carro-de-boi. Utilizados também para girar a moenda do engenho, esse animal, certamente, estava domesticado para portar cangalhas, panacuns, ou ganchos de madeira utilizados no transporte de

---

<sup>49</sup> APEB. 7 / 3065, fl.12.

mercadorias, esses animais se prestavam a muitas funções. Felix de Souza Lemos declarou também, que a inventariada possuía, também, um pequeno pasto com benfeitorias de cafeeiros e pequenas socas de canas-de-açúcar. Mas não declara possuir casas de fazer farinha ou roças de mandioca.

Há poucas referências à presença da mulher inventariando propriedades que possuíam engenho. Foge à regra, o inventário de Bento José de Oliveira<sup>50</sup> proprietário que foi, da Fazenda Jaguaripe, distrito de São Roque, com montemor avaliado em 9:200\$000 (nove contos e duzentos mil réis), tendo como inventariante Maria Joaquina do Amor Divino. A viúva e inventariante declarava que tivera, com seu marido, nove filhos, sendo sete homens e duas mulheres. Declarou a casa de residência, a de engenho e a de fazer farinha, contidas na mesma coberta da casa de morar, ou seja, as três casas compunham um único conjunto. Ott (1996, p. 68) chamou a atenção para o fato de que esta era uma característica própria dos engenhos de São Felipe, que era o de possuir a casa de morar conjugada a casa do engenho. Ott (1996, p. 68), analisou o povoamento do Recôncavo pelos engenhos mas, não fez menção às casas de fazer farinha ou cafeeiros. Neste estudo, encontrou-se além do engenho, casas de farinha, e espaços destinados ao beneficiamento do café, conjugados à casa de morar, como indicado acima.

A inventariante, Maria Joaquina do Amor Divino, declarou que todas as terras da propriedade era de uso comum, nas quais se encontravam sete residências. Nessas terras possuíam-se roças de canas-de-açúcar, mandioca e cafeeiros. Do patrimônio original, tinha sido vendida apenas uma canga de bois, para custear as despesas do inventário, totalizada em 430\$000 (quatrocentos e trinta mil réis). E, a propriedade passava, desde logo, a ser administrada pelo filho mais velho, de nome Francisco José de Oliveira. A referência à canga de bois não especifica quantos bois compunham a canga. Se vendeu apenas a peça de madeira individualmente, ou se acompanhada de determinada quantidade de bois. A canga, especificamente, é uma peça de madeira que se prende aos bois pelo pescoço e os atrela ao carro-de-boi. A referência a canga, permite identificar outros instrumentos relacionados com os animais e o trabalho, e assim se avaliar a importância destes no conjunto do que

---

<sup>50</sup> APEB. 7 / 2878, fl. 28.

foi avaliado. Note-se o fato de o filho mais velho assumir o controle da propriedade após o falecimento do pai, evidenciando a predominância do poder patriarcal nessa região como se tem observado.

Outro caso, em que uma mulher inventariou os bens em propriedade que possuía engenho, ocorreu com Úrsula Maria de Jesus Pinheiro<sup>51</sup>, inventariante dos bens que ficaram do seu casamento com Antônio Francisco Pinheiro. Esses bens se referiam à fazenda e engenho Santo Antônio do Batatan, localidade próxima às divisas de São Felipe com Nazaré. Declarou que havia outra propriedade situada em São Roque, portanto, duas propriedades, uma no Batatan, outra em São Roque. O montemor resultou em 6:312\$000 (seis contos, trezentos e doze mil réis. Declarou ter tido quatro filhos homens e uma filha mulher, todos ainda menores em idade: Cirilo 9, Amélia 7, João 6, Júlio 5, Pedro 4 anos de idade, respectivamente.

No rol dos documentos onde se declara engenho, e apesar das referências a terras em comum constantes em muitos inventários, este foi o único documento no qual se declarou existir dois engenhos, pertencentes à uma mesma família, sendo esse documento de 1894. Se apresenta, outra vez, a listagem dos bens da propriedade com o mesmo propósito de oferecer um espelhamento do das características socioeconômicas dessa região na transição tanto no uso da mão de obra como da penetração do café na estrutura produtiva, ocorrida entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX. Entre os bens de Antônio Francisco Pinheiro<sup>52</sup>, sua inventariante declarou a existência dos móveis descritos abaixo:

Um nicho com imagens sendo uma do Crucificado aparelhada de prata avaliada por .....	70\$000rs.
Uma mesa de jantar já estragada .....	8\$000rs.
Uma mesa sobre a qual se acha o nicho .....	8\$000rs.
Uma arca de vinhático já estragada .....	8\$000rs.
Uma marquesa de palhinha .....	10\$000rs.
Quatro cadeiras de palhinha todas por .....	8\$000rs.
Um baú coberto de couro .....	5\$000rs.
Um armário já estragado .....	10\$000rs.

Como bens semoventes, foram declarados:

<sup>51</sup> APEB. 7. 3200, fl. 17.

<sup>52</sup> APEB. 7. 3200, fl. 17.

Cinco burros de carga, avaliados todos por ..... 300\$000rs.

E, como bens de raiz, foram listados:

A casa do engenho contígua a casa de residência, edificada sobre esteios e coberta de telhas e com duas terças, avaliada por ..... 200\$000rs.  
 O pé de engenho de ferro, já estragado..... 150\$000rs.  
 Quatro tachas de ferro batido, todas por ..... 150\$000rs.  
 Quatro cochos de madeira, todos por ..... 20\$000rs.  
 Uma terça de casa junto a do engenho, que contem os acessórios de fazer farinha e uma armação de venda, dividida por paredes, avaliadas por ..... 100\$000rs.  
 Os acessórios de fazer farinha, acima referidos ..... 25\$000rs.  
 Uma terça de casa coberta de telhas sobre pilares de adobes onde serve de caixaria para a venda de açúcar ..... 50\$000rs.  
 Uns pés de laranjeira e limoeiros que existem no quintal da residência..... 20\$000rs.  
 O pasto do engenho cercado por cercas nativas e de arame ..... 100\$000rs.  
 Um eixo de engenho de pau d'arco ..... 80\$000rs.  
 As terras em comum na qual está edificado o engenho, conforme a parte possuída pelo inventariado ..... 100\$000rs.  
 Um pedaço de terras cuja posse se acha constituída em pastos, por cercas naturais ..... 200\$000rs<sup>53</sup>.

Inicialmente, essa declaração de bens de raiz, traz algumas contradições, a exemplo do valor do conjunto das terras da propriedade, onde se encontravam o engenho e casa de fazer farinha, que foi avaliado em trezentos mil réis, o mesmo valor dos cinco burros de carga. Como a propriedade estava localizada nas proximidades de outra, pertencente à mesma família, ambas nas divisas de São Felipe com Nazaré, e como consta também, a referência a um pé de engenho, de ferro já estragado, pode se deduzir que o primeiro engenho estivesse parcialmente fora de uso. Constatou-se que em propriedades como essa, o uso “cercas naturais” para limitar as propriedades era um bem comum, visto haver poucas referências a cercas de arame, a isto, pode-se também atribuir o custo do arame ou a pouca atividade pecuária na região, até a primeira década do século XX. Na continuação das avaliações do inventário, de Antônio Francisco Pinheiro, encontram-se as declarações referentes à segunda propriedade.

Diz Úrsula Maria de Jesus Pinheiro, que possuindo em Nazaré uma propriedade de engenho e terrenos no lugar denominado São Roque do Batatan, vem requerer mandar passar carta precatória, constituindo Francisco Felix de Souza Barreto seu bastante procurador (APEB. 7 / 3200, Série Inventário, São Felipe, 1892-1894, p. 22).

<sup>53</sup> APEB. 7. 3200, fl. 17.

Após esta observação lê-se a declaração dos bens desta segunda propriedade da seguinte forma. Avaliaram:

Um sítio de terras próprias com suas divisas conhecidas .....	2:500\$000rs.
A casa do engenho edificada sobre esteios e coberta com telhas .....	120\$000rs.
A casa de morar do referido engenho .....	120\$000rs.
Os pastos do engenho com cercas nativas e em mal estado .....	50\$000rs.
Uma parte de terras próprias junto ao engenho .....	1:200\$000rs.
Um outro sítio de terras próprias .....	150\$000rs.
A casa de morar existente neste sítio .....	200\$000rs.

Destaca-se em valores a soma atribuída a terras, do montemor de 6:342\$000, tem-se que 3:850\$000, se relacionavam a esse bem. Note-se, também, a descrição de uma venda, juntamente com a declaração de uma terça, que serve para a vendagem de açúcar, como consta na primeira descrição dos bens de raiz, evidencia-se o fato de que uma parcela da produção do engenho fosse comercializada na propriedade, porque à venda, deve-se entender o sentido de quitanda, pequeno armazém. Outra informação importante é, novamente, a referência a um eixo de engenho feito de pau d'arco, saliente-se que toda essa discussão a respeito do funcionamento interno das propriedades que possuíam engenhos, tem o propósito de averiguar a partir dessas declarações, até que ponto a economia canavieira dessa região teria sido afetada pela alegada crise agrícola que afetava outras áreas do Recôncavo, além de contribuir para se entender o funcionamento da infraestrutura local. Em função disso se traz informações, abaixo referente a Fazenda Kágados.

#### 1.2.4 Engenho de José Feliciano de Miranda

Esse engenho fazia parte da Fazenda Kágados, com avaliação mostrando o montemor de 4:345\$000 (quatro contos, trezentos e quarenta e cinco mil réis). Nos autos, a inventariante, Maria José Domingues de Jesus, afirmou que, tendo falecido seu marido José Feliciano de Miranda<sup>54</sup>, fora intimada a proceder seu inventário. Declarou, então, possuir dez filhos, sendo seis homens e quatro mulheres, dos quais quatro ainda eram menores em idade. E na relação de bens semoventes, declarou

<sup>54</sup> APEB. 2. 2878, fl. 27 -33.

possuir apenas um cavalo castanho-escuro, avaliado em quarenta mil réis, quanto aos bens de raiz, declarou a casa de residência, do engenho e de fazer farinha, cobertas com telhas, além de duas casas cobertas com palhas, declarou possuir também, cinco terrenos em comum, sem especificar, porém, quem ocupava essas terras em comum, e declarou três benfeitorias de cafeeiros. Na descrição dos instrumentos de trabalho, o que chama a atenção é um escaçador de moer cana.

Um escaçador de moer cana era um instrumento, feito com dois ou três troncos roliços de madeira, instalados em forma de cilindros, na posição horizontal ou vertical, sobre eixos ou esteios de madeira. Era um tipo de moenda antiga onde se podia extrair o caldo da cana. O braço humano, fazendo girar uma manivela, instalada numa das extremidades de um dos toros de madeira, gerava a força motriz, utilizada para mover os cilindros, ou toros que esmagavam a cana, extraíndo-se o caldo ou garapa. Para um escaçador, de pequena dimensão, cilindros, com cerca de meio metro de comprimento, utilizava-se apenas um trabalhador para fazer girar a manivela. Para um escaçador maior, cilindros com um metro de comprimento mais ou menos, utilizavam-se dois trabalhadores. Nesse caso, existiam duas manivelas, situadas, cada uma num dos extremos do escaçador. Esse tipo de escaçador facilitava a moagem da cana, utilizando poucas pessoas. Esta foi a única referência, a esse instrumento, feita nos inventários consultados.

A leitura do inventário de Manoel José de Souza Lemos<sup>55</sup>, que se verá a seguir, contribuiu diretamente para confirmar as noções, a partir das quais entes sociais e a produção, formam as bases do entendimento da dinâmica histórica de qualquer sociedade situada num território e tempo específicos. O olhar desse cotidiano permite compreender como os indivíduos, situados em posições distintas da hierarquia social se relacionam entre si, como teciam as redes sociais, o poder patriarcal, e formas de hegemonia relacionada aos detentores históricos dos instrumentos da produção, a exemplo da posse da terra. Isso se constata, na autorização, extraída do inventário de Manoel José de Souza Lemos, quando seu irmão, Joaquim Ignácio de Souza Lemos, tutor do menor Antônio Felipe de Souza Lemos fez a declaração que se segue:

---

<sup>55</sup> APEB. 7. 3065, fl. 22.



Tendo o menor Antônio Felipe de Souza Lemos, meu tutelado, desejado casar-se com Maria Rosa de Jesus, filha legítima de Francisco José de Souza, e julgando o referido casamento vantajoso não só por ser moça de igual condição, como também pela igualdade de haveres. Vem, portanto, requerer ao Juizado de Órfãos, a permissão para a realização do referido casamento<sup>56</sup>.

O documento não esclarece a idade de Antonio Felipe de Souza Lemos, o tutelado, apenas indica que era menor em idade, sabe-se que, para a realização de casamento exigia-se idade de 16 anos para homens e 14 para mulher<sup>57</sup>. A expressão “ser a moça de igual condição e igualdade em haveres”, reforça a característica patriarcal das famílias, aspecto que se reflete, de algum modo ao conjunto das relações sociais e de produção. A nota acima evidencia que os indivíduos situados na condição de proprietários, influenciavam diretamente o cotidiano da realidade material do conjunto da sociedade, que interferiam na configuração das hierarquias sociais, inclusive nas escolhas matrimoniais dos familiares subordinados a esse poder patriarcal, reforçando práticas endogâmicas<sup>58</sup>. Ainda a esse respeito dos laços familiares e matrimônios, consta no inventário de Silvério José de Oliveira<sup>59</sup>, já citado acima, a seguinte declaração,

Termo de conferência de dote com juramento de herdeiro: José Felipe de Oliveira, casado com Maria dos Anjos de Jesus, declarou ter recebido do seu sogro, Silvério José de Oliveira, por ocasião do seu casamento, a quantia de 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil réis), dizendo-me dar esse em causadotis de cuja quantia passou ao mesmo, um recibo”<sup>60</sup>.

Sobre muitos aspectos, especialmente o financeiro, inventários costumam revelar aspectos sutis das relações sociais cotidianas e da identidade<sup>61</sup> de uma região.

<sup>56</sup> APEB. 2. 2878, fl. 27 -35.

<sup>57</sup> Com o Decreto nº 181, de 24.01.1890 (Lei do Matrimônio), que regulou o casamento civil no Brasil, já na República, exigia-se que os nubentes tivessem uma idade de 16 anos para o homem e de 14 para a mulher (art. 7º § 8º) [http://www.geneall.net/P/forum\\_msg.php?id=166277](http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=166277) (acesso em 18 jan.2013).

<sup>58</sup> Com relação a endogamia praticada por famílias brancas do Recôncavo, S. B. afirma que: “...essas famílias eram ligadas por uma complexa trama de laços endogâmicos, de casamento entre primos em várias gerações e de parentescos secundários criados nos ritos de batismos, crismas e casamentos”. Schwartz, Stuart B. Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial: 1550-1835. Trad. Laura T. Mota. São Paulo. Cia. Das Letras, 1995, p.229.

<sup>59</sup> APEB. 01/475.918, fl. 26.

<sup>60</sup> APEB. 01/475.918, fl. 28.

<sup>61</sup> A identidade está profundamente envolvida no processo de representação. Assim, a moldagem e remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representações têm

### 1. 3 Cultivo do café

Ao escrever sobre São Felipe em 1893, Vianna (1893, p. 549) disse, que São Felipe estava situada a cinco léguas de Maragogipe, num rico distrito de lavoura de cana e café, produzindo deste, uma espécie particular indígena, que foi muito apreciada pelo seu tamanho, em diferentes exposições. Na zona rural de São Felipe especialmente as regiões que se aproximavam de Maragogipe e Nazaré, por um bom tempo, guardavam ruínas de sobrados, casas de residências, engenhos, e casas de farinha, que ocuparam lugar de destaque no sistema social e econômico no início do século XX. Essas residências, geralmente, possuíam próximas a ela, um espaço específico para o beneficiamento do café. Era “o terreiro de secar café”, que os inventários costumavam descrever, por exemplo: “Avaliaram um terreiro de tijolos de ladrilho que serve para secar café, por 800\$000”<sup>62</sup>.

Geralmente esse terreiro era uma área interna da propriedade “na mesma cobertura da casa de morar” como se referem os inventários. Nesses terreiros, geralmente com piso em ladrilhos de cerâmica, espalhava-se com rodos feitos de madeira, o café posto a secar, em caso de chuva ou outros contratemplos, com esses mesmos rodos se recolhiam o café posto a secar, e armazenavam-no próximo à parede do terreiro, que em formato de terças, devidamente coberta com telhas, se protegia e guardava-se o café. Esses espaços costumavam se localizar também na mesma cobertura do engenho ou da casa de fazer farinha, como nessa indicação: “Avaliaram a casa de pilar café, de telhas, com rodão, por 120\$000”<sup>63</sup>

A Bahia foi um estado cafeeiro no começo do século XX, mas a cafeicultura bahiana, não contou com os mesmos subsídios que teve a região Sudeste do País, estas tiveram a proteção, desde o Imperador, até a primeira metade do século XX, para construção de estradas de ferro, colônias de imigrantes e modernização mecânica. Por isso, inclusive, a Bahia voltou-se para o cacau. Segundo Amaral (1958, v. 2, p. 219), o café chegou à Bahia, descido do Maranhão para o Rio de Janeiro, daí subiu

---

efeitos profundos sobre as formas como as identidades são localizadas e representadas (HALL, 2006, p. 71).

<sup>62</sup> APEB. 02. 483.928.23, fl. 23.

<sup>63</sup> APEB. 02. 475.918.17, fl. 10.

para o Espírito Santo, chegando a Caravelas em 1778. Mas, nessa localidade do Sul da Bahia, o café foi cultivado até ceder lugar ao cacau.

No que diz respeito à produção e comercialização do café, no início do século XX no Brasil, a participação da Bahia, no seu comércio, esteve sempre em torno de 1 e 1 ½% do total da produção nacional. Em São Felipe, o café teve um papel importante na economia local. A predominância dos cultivos da mandioca, cana-de-açúcar, e café, gêneros agrícolas presentes na maioria dos documentos consultados evidencia a existência da cafeicultura como atividade agrícola e econômica nessa região. Considere-se que as bases das trocas comerciais locais ocorriam entre São Felipe, Nazaré, Maragogipe e o Sertão. Como havia naquele momento uma demanda de mercado pelo café. Como a maioria dos Inventários consultados indicaram o cultivo do café, passa-se a esclarecer essa questão.

Entre as propriedades destacadas na série de inventários, a que teve o montemor declarado em 40:079\$000 (quarenta contos e setenta e nove mil réis)<sup>64</sup>, e que pertenceu a Lauriano da Costa Barreto, já citado, seu inventariante declarou que o falecido também cultivava café. Outra propriedade com menor valor, referente a Manoel José da Cunha, declarou que possuía um burro velho, um terreno foreiro no lugar Araçás, e uns pés de cafeeiros já bastante estragados, perfazendo todos esses bens uma soma de 250\$000 (duzentos e cinqüenta mil réis). Essa disparidade entre valores de bens inventariados, evidencia uma sociedade composta por proprietários ricos e proprietários pobres<sup>65</sup>, mas ambos cultivavam café.

A presença do café se verificou em terrenos em comum e terras próprias. Por vezes, o cultivo era descrito como um pequeno sítio de cafés, que circunda a casa de residência, outras vezes, uns pés de cafés existentes no quintal da casa de morar exemplo do Inventário de Inácio da Costa Pinheiro, “Avaliaram a casa de residência nesta vila, com cinco portadas de frente, sobre pilares, com quintal e cafeeiros por 4:000\$000”<sup>66</sup>. Encontrava-se o cultivo do café e da mandioca nas propriedades de menor valor, em torno de até cinco contos de réis. E, se encontrava café, mandioca

---

<sup>64</sup> APEB. 2. 5105, fl. 51.

<sup>65</sup> APEB. 7. 3065, fl. 4.

<sup>66</sup> APEB. 4. 479.923.21, fl. 6.

e cana-de-açúcar nas propriedades de valor mais elevado. A isso deve-se a por que o beneficiamento da cana demandava o uso de engenho de açúcar, enquanto o beneficiamento do café era menos oneroso. Entende-se também que, a diversificação da matriz da produção facilitava superar momentos de crise, quando cai o preço de um produto agrícola, outro tende a manter-se ou elevar seu valor. Assim, quem cultivava três produtos, tendia a desfrutar de melhores opções de mercado, essa diversificação reflete, também, que o café se adaptou bem ao caráter de economia de subsistência dessa região.

Era relativamente comum se encontrar, numa mesma propriedade, referências à vários sítios de cafés, a exemplo da Fazenda Pilões, pertencente a Amâncio Pereira do Lago<sup>67</sup>, com montemor de 7:103\$000 (sete contos, cento e três mil réis). Ao descrever os sítios de cafés os faz da seguinte forma:

Três benfeitorias de cafés avaliadas por ..... 600\$000rs.  
 Uma outra avaliada em ..... 50\$000rs.  
 Uma outra já bastante estragada e avaliada por ..... 10\$000rs.

Esse documento com data bem anterior ao marco da pesquisa, tem o propósito de evidenciar que já se atribuía importância econômica ao café, mesmo quando se referia a pequenos valores. Nesse inventário, já tendo declarado seiscentos e cinquenta mil réis em cafés, foi inventariada, também, uma plantação avaliada em apenas dez mil réis. Essa declaração vinha da obrigatoriedade de se apresentar todos os bens constantes na propriedade, mesmo as menores, como essa plantação valendo 10\$000 (dez mil réis). Pode-se encontrar em documentos de inventários e testamento, inclusive itens de uso pessoal como roupa ou sapato usadas, bacias furadas, ou utensílios já bastante estragados, entretanto, mesmo uma “bacia furada”, representava algum valor monetário ao seu proprietário ou declarante. Pode-se argumentar, também, a importância econômica que se atribuía ao café, para o detalhe dessa declaração. A compreensão da dinâmica da agricultura cafeeira em São Felipe passava, necessariamente, pelo conhecimento do instrumental técnico, ou dos meios referentes ao cultivo e beneficiamento desse produto agrícola.

---

<sup>67</sup> APEB. 7. 3200, fl. 46.

Nesse sentido, extraí-se da relação de bens, deixados por Amâncio Pereira do Lago a sua mulher, Firmina Maria da Conceição, indicações dos instrumentos usados no beneficiamento do café, denota, assim, como os engenhos de açúcar, que o instrumental relacionado ao beneficiamento do café era também bastante rústico, a exemplo do “pilão de pilar café”<sup>68</sup>. O documento em questão expõe outros aspectos da nomenclatura específica relacionada à cafeicultura nessa região, a exemplo de roças de cafés, sítios de cafés, socas de cafés, pés de cafés já bastante estragados, entre outras, como:

A casa de residência com seis portas de frente, coberta com telhas sobre esteios e assoalho que serve de depósito de fumo e café, contidos na mesma cobertura da casa de morar.

Uma casa coberta de telhas sobre esteios, contendo uma roda de pilar café.

Uma terça de casa coberta de telhas, utilizada para secar e guardar café.

Uma área que serve de terreiro para secar café.

Pilões de pilar café.

Cochos de guardar café.

Uma casa que serve de pilar café e acessórios do mesmo fabrico.

Um rodão de pilar café.

Uma balança com pesos de ferro usada para pesar café.

Outro exemplo se tem no inventário de Pedro Antônio dos Reis Lessa<sup>69</sup>. Constava que este tinha 70 anos e era viúvo, declarou o inventariante, que o montemor do inventariado estava avaliado em três contos de réis. Dentre os bens declarados e avaliados extraiu-se três itens que interessa discutir: o cultivo do café, a presença de rendeiro, e uma dívida contraída pelo inventariado. Tem-se então, constante da declaração: umas benfeitorias de cafeeiros no terreno, onde morava o rendeiro Hologário, avaliadas em 400\$000rs. (quatrocentos mil réis), indicando, assim, a presença do cultivo do café em terras cultivadas pelo rendeiro. Mas, o que se deseja é trazer à tona, uma dívida que Pedro Antônio dos Reis Lessa tinha no comércio de

---

<sup>68</sup> O pilão foi um dos utensílios mais generalizados e usuais no Beneficiamento do café em nosso País. Era constituído por um simples toco de madeira, grosso, verticalmente disposto, tendo na parte superior uma cavidade ou *bojo* de fundo concavado, de secção circular — diâmetro de 40 a 50 cm e de 60 a 80 cm de profundidade. Para que oferecesse melhor aspecto a peça era entalhada (fig. 1). Uma haste de madeira resistente, de um metro de comprimento mais ou menos e diâmetro de 10 a 12 cm, pouco mais delgada na parte média, completava o pilão. Esta peça, de medidas variáveis com a compleição do operário, denominava-se *mão de pilão*. Com o conjunto — pilão e mão de pilão — descascava-se o café. Hugo de Almeida Leme. A evolução das máquinas de beneficiar café no Brasil. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" Universidade de S. Paulo — Piracicaba, s/d <http://www.scielo.br/pdf/aesalq/v10/01.pdf>. Acesso em 19 de jan. 2013.

<sup>69</sup> APEB. 2.515.960, fl. 28.

São Felipe. E com isto, se traçar um paralelo entre os valores declarados no inventário e o valor de certos produtos consumidos no dia-a-dia dessa região. Essas comparações entre bens declarados no inventário, e produtos de consumo cotidiano, facilitam entender o funcionamento das bases materiais dessa sociedade.

No documento em questão, consta que Pedro Antônio dos Reis Lessa, era devedor de carne verde, comprada no açougue de Serafim Gonçalves dos Santos, em São Felipe. Consta no documento que no período compreendido entre 14 de abril de 1894 a 28 de agosto de 1897<sup>70</sup>, todas as semanas, o inventariado comprava, em média, três quilos de carne no açougue do proprietário citado. Pode-se constatar que, o quilo da carne verde variava sempre em torno de novecentos réis o quilo, tendo ocorrido poucas variações de preço entre esses anos. Dessas compras de carne verde, resultou uma dívida de duzentos mil réis. (ponto final indevido), valor que deveria ser deduzido do montepior dos bens declarados, para que fosse paga a dívida junto ao referido açougue.

Ainda, nesse inventário de Pedro Antônio dos Reis Lessa, consta que este devia o pagamento de gêneros alimentícios a outros comerciantes, a exemplo da casa de molhados, pertencente a Eugênio Alves Peixoto, em Maragogipe. A essa casa comercial, o inventariado devia a quantia de 122\$900 (cento e vinte e dois mil e novecentos réis), referentes ao saldo da conta amortizada e renovada durante cinco anos. Isto reforça os argumentos, aqui defendidos, de que São Felipe se articulava economicamente com Maragogipe e Nazaré, formando uma dinâmica econômica regional, que não totalmente dependia do mercado da cidade do Salvador. No documento em questão, consta que o devedor adquiria constantemente as seguintes mercadorias: carne seca o quilo 1\$280rs, (um mil, duzentos e oitenta réis), bacalhau o quilo 1\$100rs (um mil e cem réis), sabão o quilo 640rs (seiscentos e quarenta réis), farinha de trigo o quilo 640rs (seiscentos e quarenta réis), litro de sal 120rs (cento e vinte réis). Não se estabeleceu o consumo familiar ou individual para cada mercadoria declarada, não se dimensionou o número de pessoas da família de Pedro Antônio dos Reis Lessa. Indicou-se esses preços com a finalidade de se estabelecer aproximações entre valores de bens imóveis, animais de trabalho,

---

<sup>70</sup> APEB. 2.515 960, fl. 40.

instrumentos de trabalho, nichos com imagens, produtos de alimentação, etc. Quer-se, de forma abrangente, uma aproximação do cotidiano socioeconômico da região, como um elemento a mais, para entender-se o funcionamento da infraestrutura local.

Um dado interessante, para se deduzir sobre o cotidiano sanfilipense é notar que, Pedro Antônio dos Reis Lessa, durante os quatro anos em que comprou do comerciante Eugênio Alves Peixoto, em Maragogipe, adquiriu sempre os mesmos produtos, exceto duas dúzias de foguetes compradas sempre a cada mês de junho, além de duas facas com cabo de jacarandá. Note-se porém, que os produtos foram adquiridos, certamente em uma casa comercial de secos e molhados, roupas eram feitas por alfaiates ou costureiras, uma única para festas, casamento e para ser enterrado, de resto era camisolão para mulheres e roupa simples de homem feitas, normalmente de algodão cru, os sapatos eram feitos por sapateiros, ainda não havia indústria. Grande parte das pessoas, possivelmente, também nem tinham sapatos, usavam o que se passou a chamar alpercatas. Herdaram também dos portugueses os tamancos de madeira, e como se notou das declarações de bens, tinham-se poucos objetos de luxo ou ostentação.

Extraíram-se, também, alguns dados do inventário de Manoel Atanázio de Souza,<sup>71</sup> do montemaior declarado em 2:300\$000, (dois contos e trezentos mil réis). Nesse documento, consta também uma declaração de mercadorias, adquiridas pelo inventariado num armazém em Nazaré, entre 1892 e 1893. A lista era composta por vinte itens, de consumo doméstico. Alguns desses itens eram, também, renovados mensalmente, e constavam, garrafas de vinho, bolacha e potes de rapé, sendo a garrafa de vinho um item incomum nessas listagens de mercadorias.

A lista de produtos, adquiridos em Nazaré, assemelhava-se aos produtos, existentes na lista da casa de molhados de Maragogipe, citada no exemplo anterior. Isto permite estabelecer um padrão ou hábitos de consumo com poucas variações. E, ao mesmo tempo, permitiu traçar aproximações entre preços de produtos consumidos no cotidiano de uma parcela da população, que se articulava economicamente com Maragogipe e Nazaré. A este respeito tem-se, por exemplo: carne seca o quilo 720rs

---

<sup>71</sup> APEB. 7 / 2878, fl.16.

(setecentos e vinte réis), bacalhau o quilo 800rs (oitocentos réis), sabão o quilo 650rs (seiscentos e cinquenta réis, um molho de peixe 500rs (quinhentos réis), litro de sal 100rs (cem réis). Como já salientado, não se estabeleceu o consumo per capita dos itens comprados, a declaração de valores, deve ser abstraída para se traçar parâmetros de valores entre os variados bens declarados no conjunto das propriedades analisadas.

Considera-se que uma parcela da produção agrícola de São Felipe se destinava, pois, através de Maragogipe e Nazaré, à cidade do Salvador. O Jornal de Notícias indicava, semanalmente, os preços de alguns produtos de consumo diário na cidade do Salvador, dessas mercadorias, transcreve-se os preços de alguns itens produzidos e consumidos também em São Felipe, dessa forma, se pode aproximar valores e se estabelecer comparações entre o que se produzia, se consumia, e seus respectivos valores, tem-se assim: aguardente destilada o litro, 1\$100 (um mil e cem réis), açúcar branco o quilo, 300 (trezentos réis) açúcar mascavado o quilo, 200 (duzentos réis), café bom o quilo, 600, (seiscentos réis), café restolho o quilo 450, (quatrocentos e cinquenta réis), litro de farinha de mandioca, 200 (duzentos réis), litro de farinha de tapioca 1\$200 (um mil e duzentos réis). (JORNAL DE NOTÍCIAS, 7 jul. 1900, p. 3).

Acredita-se, também, que uma parcela da produção do café da região de São Felipe fosse, através da cidade do Salvador, vendida para outros mercados. Neste sentido, indica-se, uma das notas diárias publicadas no Jornal de Notícias, na qual se relatava a posição do café baiano em relação aos embarques para o mercado externo. Com isto, se pretende ampliar o quadro de referências, entre o território regional e um território maior. Evidenciar que havia, através do café, níveis de articulação entre o mercado de São Felipe, a região do seu entorno, e um mercado internacional. Salientar que essa articulação entre mercados, que se dava a partir da produção de café, mesmo que ocorresse em quantidades irrisórias, quando consideradas no conjunto da produção baiana, ou nacional, de café, denota, mesmo assim, que a região de São Felipe não estava economicamente isolada, havia, pois, através do café, uma relação entre mercados, havia demanda pelo produto, como se deduz da nota do Jornal de Notícias (JORNAL DE NOTÍCIAS, 12 jul. 1899, p. 3).



Cotação do café: mercado parcialmente paralisado. Foi vendido apenas um lote de 900 sacas do tipo nº7 a 8\$000 réis por arroba, para os lotes mais finos não houve procura. A existência é de cerca de 29.000 sacas. Exportou-se 6.047 sacas para as seguintes praças: Gênova, 888, Nova York, 4.559, Buenos Aires, 100, Marseille, 500. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 12 jul 1899, p. 3).

O Jornal de Notícias fazia a cotação diária, das mercadorias exportadas pela Bahia, e das mercadorias de consumo diário na cidade do Salvador, enquanto o Boletim da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, através da Diretoria das Rendas, fazia o levantamento mensal da variação de preços dessas mercadorias produzidas, vendidas localmente, ou exportadas. Na leitura desses periódicos, nos quadros referentes ao consumo na cidade do Salvador, se observa que o café e a farinha, eram itens básicos entre os produtos consumidos na capital bahiana. Enquanto a maioria dos inventários analisados declarava, também, cultivar a mandioca e o café em maior ou menor escala. Já a cana de açúcar, apesar de importante no conjunto da economia do Recôncavo, não era o produto preponderante da economia de São Felipe.

Acredita-se, que a dinâmica do mercado regional (Nazaré, Maragogipe, Cachoeira) absorvia uma parcela considerável da produção local. Para sustentar esta afirmação, encontrou-se, no Jornal de Notícias (6 dez. 1900, p. 3) a informação de que “os negócios do café tem sido feitos no interior do Estado por conta dos exportadores, pelo que, os possuidores não podem sujeitar-se às ofertas; estando o preço da arroba a nove mil réis” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 6 dez.1900, p. 3). A nota a seguir, indica que havia oscilações entre preços, mercadorias ofertadas, e compras no mercado do café bahiano:

Exportação do café: mercado completamente paralisado. Para o pequeno estoque que existe, os possuidores não aceitam os preços que oferecem. Exportou-se 1.800 sacas, sendo 1.750 para Nova York e 50 para Antuérpia (JORNAL DE NOTÍCIAS, 9 abr. 1900, p. 3).

O Diário da Bahia de 1903, destacou a situação da economia agrícola de Conceição do Almeida. Atente-se para a expressão “o café já compreende”, isto indicava que estava havendo, efetivamente, uma ampliação do cultivo do café nessa região. E,

possivelmente, esse produto teria reduzido os efeitos da alegada crise agrícola na economia de São Felipe e região.

Conceição do Almeida tem se destacado pela exportação de fumo e café. Exporta fumo que é reputado o melhor no mercado europeu, numa média de 50 mil fardos de cinco arrobas cada um; enquanto o café já compreende em média 30 mil sacas (DIÁRIO DA BAHIA, 14 fev. 1903, p. 1).

A nota acima, extraída quando o Diário da Bahia, acompanhava a excursão de Ignácio Tosta a região de São Felipe e Conceição do Almeida em 1903, evidencia que havia possibilidades de expansão da atividade econômica local. Nesse sentido se entende a solicitação do governador José Marcelino de Souza em 1907, ao solicitar ao Governo Federal apoio financeiro para construção do ramal ferroviário que deveria partir de Nazaré ao Sapé e passasse nos municípios da Conceição do Almeida e São Felipe. (SOUZA, 1948, p. 187). Esse ramo de ferrovia beneficiaria, diretamente, São Felipe, entretanto, a estrada de ferro não se concretizou<sup>72</sup>. Por outro lado, a ausência de ramal ferroviário, reforçava a importância do comércio tropeiro realizado através de muares.

É interessante destacar que, mesmo antes da publicação do Decreto nº 979, de 1903, e da campanha iniciada pela Sociedade Bahiana de Agricultura com a finalidade de organizar os profissionais da agricultura em sindicatos, fora criada em 18 de maio de 1902 em São Felipe, a Cooperativa de Beneficência Agrícola de São Felipe. O propósito da cooperativa era vender gêneros alimentícios com custo não superior a 10% aos seus associados (DIÁRIO DA BAHIA, 15 fev.1903, p. 2). Inicialmente, não havia por parte desta cooperativa o uso do empréstimo financeiro, isto foi uma proposição de Ignácio Tosta ao instalar o sindicato agrícola de São Felipe em 15 de fevereiro de 1903, e proferir sua última Conferência no âmbito da Excursão Agrícola, na qual afirmava: “Não basta organizar-se o Sindicato; é mister também, criar-se uma caixa rural local, que recolha as economias dos agricultores e empreste aos que precisem de capital” (DIÁRIO DA BAHIA, 15 fev.1903, p. 2). No

---

<sup>72</sup> Esperaria até os anos de 1930 para receber uma estrada de rodagem. A primeira estrada de rodagem construída para o tráfego de automóveis, ligando São Felipe à Maragogipe (ESCUDO SOCIAL, 25 fev. 1930, p. 4).

discurso, proferido por Ignácio Tosta, na fundação do Sindicato Agrícola de Conceição do Almeida, em 10 de fevereiro de 1903, dizia,

Propomos que a assembleia de agricultores aqui reunida no edifício do Conselho Municipal resolva sobre os seguintes pontos:

1º - a fundação de um sindicato agrícola de acordo com a Lei n. 979, de 6 de janeiro de 1903, denominado Sindicato Conceição do Almeida.

2º - que o sindicato uma vez organizado e funcionando, forme uma cooperativa, da qual sejam sócios os membros do mesmo, para a criação de uma Caixa Rural de Crédito Agrícola com o fim de auxiliar a lavoura do município. Conceição do Almeida, 10 de fevereiro de 1903. (DIÁRIO DA BAHIA, 14 fev.1903, p. 2).

A população agradecida falou através de seus representantes

A comissão municipal da Sociedade Bahiana de Agricultura, em nome dos lavradores, das classes conservadoras em geral e do povo de Conceição do Almeida, congratula-se com o Dr. Ignácio Tosta. (DIÁRIO DA BAHIA, 14 fev.1903, p. 2).

E referindo-se a Sociedade Cooperativa de Beneficência da Lavoura de São Felipe, Ignácio Tosta acrescentou: “É admirável que uma Cooperativa com um pequeno capital de 3:500\$000 réis, tenha em 7 meses feito transações na importância de quase 27 contos e distribuído 26% aos sócios, vendendo-lhes os objetos de que precisam com preços vantajosos” (DIÁRIO DA BAHIA, 15 fev. 1903. p. 2). A nota abaixo, extraída da Conferência de Ignácio Tosta em São Felipe, permite entender quais as referências, utilizadas por ele para justificar a necessidade de se criar sindicatos e cooperativas de crédito, inclusive em São Felipe. Observa-se que se importou uma experiência europeia, notadamente francesa, para implantá-la em uma região, São Felipe, sem destaque na economia do Recôncavo. Afirmou Tosta:

Em França, os diretores do Sindicato Agrícola de Charters, depois de promulgada a lei de 5 de novembro de 1894, autorizando os sindicatos a constituírem sociedades de crédito, dirigiram circulares aos sindicatos em número de 2.635, convidando-os a concorrerem com 20 francos cada um para a constituição de uma caixa de crédito agrícola com o capital de 52.000 francos”( DIÁRIO DA BAHIA, 15 fev. 1903. p. 2).

No final da conferência, Ignácio Tosta propôs à comissão organizada, que São Felipe criasse o Sindicato Agrícola, ao qual se anexaria a Cooperativa, com administrações em separado, nos termos do Art. da respectiva Lei.

Propomos que a Comissão Municipal da Sociedade Bahiana de Agricultura de São Felipe, nos termos do art. 15, inciso 4º dos Estatutos da Sociedade Baiana de Agricultura, promova neste município a formação de um Sindicato Agrícola, de acordo com a lei 979 de janeiro de 1903, sem prejuízo da Sociedade Cooperativa de Beneficência que será anexada ao Sindicato, com responsabilidade separada, conforme o disposto no art. 10 da citada lei (DIÁRIO DA BAHIA, 15.fev.1903, p. 2).

A presença da Sociedade Bahiana de Agricultura em São Felipe em 1903 é importante para se entender que havia uma articulação política entre os variados interesses agrários. De um lado a Sociedade Bahiana de Agricultura propunha a criação de um Banco de Crédito que atendesse aos interesses dos profissionais da agricultura e indústrias afins, por outro lado, solicitava que se organizassem sindicatos e cooperativas de crédito em regiões de pouca expressão econômica como Conceição do Almeida e São Felipe. A isso, soma-se a difusão do café que se articulava com o mercado regional, de Salvador e possivelmente, internacional. Neste sentido pode-se afirmar que novas relações sociais de produção circulação e consumo penetravam e se impunham sobre o território.

Não se encontrou referências a partir das quais se possa afirmar que a existência da Cooperativa de Beneficência e o Sindicato Agrícola alteraram significativamente a estrutura da produção agrícola de São Felipe. Sabe-se que com relação ao ramal ferroviário, São Felipe continuou isolado, apesar do transporte ferroviário atender, Cruz das Almas, desde 1881 (CUNHA, 1959, p. 48). E no início de século XX, esse meio de transporte já estava presente em Santo Antônio de Jesus, Nazaré, Sapé, São Felix e Cachoeira, e todas essas cidades se limitavam com Maragogipe ou São Felipe. Sem outro recurso, a tradição do transporte através dos comerciantes volantes, que percorriam as propriedades em épocas específicas do ano, comprando o excedente da produção e transportando em direção ao Sertão.

Entende-se o Sertão por volta de 1900, como a região, que naquela época, estava localizada em territórios mais distantes do litoral, a exemplo da Região de Feira de Santana, que por esses caminhos de tropeiros se articulava com Cachoeira, esta, situada em região limítrofe à São Felipe. Esses tropeiros também eram, muitas vezes, um dos meios de abastecimento dos comerciantes fixos, estabelecidos nas zonas urbanas. Isolado, portanto, dos ramais ferroviários e sem rios navegáveis,

São Felipe entrou pelo século XX, incorporando lentamente as transformações que se operavam nas relações sociais, de produção, circulação e consumo no Recôncavo. Queiroz (1976, p. 39) se referindo a essa modalidade de comércio entre vilas no século XIX, afirmou que,

O comércio local, pequeno e pobre, não concorria muito para o seu progresso, porque os proprietários nem sempre precisavam ir à vila abastecer-se das poucas utilidades que não conseguiam tirar de suas terras, pois comerciantes ambulantes iam de engenho em engenho.

Isso indica, também, a complexidade de se analisar essa região de São Felipe, com os mesmos instrumentos teóricos e metodológicos que se utilizaria para se estudar, por exemplo, o funcionamento da estrutura socioeconômica, de Nazaré, Maragogipe ou Santo Amaro. Neste caso, os referenciais são sempre comparativos e as fontes locais passam a ter um peso considerável. Por isso, os inventários constituem fontes centrais deste trabalho.

Ainda com relação à presença da cafeicultura em São Felipe, a isso se deve atribuir, primeiramente, às iniciativas particulares, que uma intervenção política do Estado, visto não se ter encontrado referências a financiamentos ou outros incentivos governamentais a cafeicultura local. Mesmo sem apoio governamental, as evidências indicam que, a cafeicultura, foi um item significativo na transformação da atividade econômica dessa região, no início do século XX. E somada aos cultivos da cana e da mandioca, foi fator importante para que a alegada crise agrícola não fosse sentida nessa região como a mesma intensidade com que afetou outras regiões do Recôncavo. Neste sentido, Pedrão observou que,

Na realidade, as transformações da economia de toda essa região foram muito mais complexas do que se pode aduzir do principal movimento de decadência do poder agroindustrial tradicional (PEDRÃO, 2004, p. 177).

É nessa complexidade, de que fala Pedrão, que se entende a região de São Felipe ausente da alegada crise, e ausente, também, das iniciativas econômicas de José Marcelino de Souza. Por isso é que se propõe uma análise, que considere a economia açucareira de exportação, a qual, as fontes indicam estar em crise e, por outro lado, a economia dessa região de São Felipe, onde a base da produção era

mandioca, café e cana. É necessário desenvolver novos estudos que possam confrontar a economia de exportação, em alegada crise, e a economia de subsistência, para se extrair um sentido mais exato, da estrutura econômica do conjunto do Recôncavo nesse período de alegada crise agrícola e financeira. A qual os proprietários e a produção açucareira, dependentes do mercado externo, se mantinham subsumidos à essa crise geral do Recôncavo.

Analisar os reflexos da crise agrícola em São Felipe, município integrante do Recôncavo baiano, despertou a necessidade de se estender os estudos para escalas espaciais e temporais mais ampliadas, para que se pudessem obter dados mais aprofundados do seu território. Novos estudos podem averiguar a dimensão ou a importância socioeconômica das regiões desse Recôncavo onde se praticava a economia de subsistência, para que se possa dimensionar a importância socioeconômica dessa região no âmbito da economia agrícola do Recôncavo nas primeiras décadas do século XX. É necessário também, se tentar entender até que ponto, a região de São Felipe, pelas características próprias da economia e sociedade locais, se insere nesse macro espaço do Recôncavo e, de que forma se pode analisar essa região específica de São Felipe na dinâmica dos processos de produção seja para o consumo de Salvador, seja para consumo local ou do Sertão

Com relação à presença do sindicato, da cooperativa, do capital financeiro através de bancos da lavoura e, do ensino de técnicas agrícolas. Não se encontrou, também, evidências de que essas instituições tenham alterado, profundamente, a estrutura econômica de São Felipe, que se manteve centrada nos cultivos da mandioca, café e cana até meados do século XX, ocorrendo uma penetração lenta da pecuária no final da década de 1900, como ocorrera com a penetração do café na década de 1890, seguindo-se o ritmo lento das transformações econômicas, nesta região que, historicamente, se identificou com a economia de subsistência.

## **CAPÍTULO 2**

### **AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE JOSÉ MARCELINO DE SOUZA**

A cidade de São Felipe possui três praças históricas principais: uma é a praça da igreja matriz, característica da maioria das vilas e cidades, formadas no período da colonização, quando a Igreja Católica, juntamente com a Coroa Portuguesa, desfrutou de um lugar destacado na formação e organização sociopolítica do território brasileiro. A segunda praça denominada: Praça Carlos Moura, homenageia um político pertencente a uma família tradicional local.

A outra praça é dedicada à memória de José Marcelino de Souza, nascido em 15 de outubro de 1848, no engenho Nossa Senhora da Conceição, na localidade denominada Xangó, em São Felipe, e falecido no Rio de Janeiro em 26 de abril de 1917. Foram seus pais, o Coronel Joaquim Anselmo de Souza e Delfina Rosa de Souza. José Marcelino de Souza era o mais novo de sete irmãos: Rita Eufrásia, Ana Delfina, Maria Eufrosina, João Nepomuceno, Manoel Amado, Joaquim Anselmo. Seus irmãos, João Nepomuceno e Joaquim Anselmo, estudaram e receberam, em Roma, as ordens sacras e o grau de doutor em Teologia e em Direito canônico. Tendo seu tio, o celibatário José Alvares dos Santos, como benfeitor, José Marcelino, após cursar humanidades no Ginásio da Bahia, bacharelou-se, em 1870, em Ciências Jurídicas e Sociais, na Faculdade de Direito de Recife (SOUZA, 1948, p. 13-14).

Após concluir os estudos em Recife, José Marcelino de Souza, retornou a Salvador e foi nomeado promotor público da capital baiana e depois, de Itapicuru, e da comarca de Nazaré, onde exerceu, de 1873 a 1878, o cargo de Juiz Municipal. Em 1878, com o falecimento do seu pai, tornou-se proprietário da usina de açúcar, Nossa Senhora da Conceição, nesse mesmo ano, afastou-se da magistratura para ingressar no Partido Conservador, em Nazaré. Casou-se, em 1880, com Amélia Lopes de Souza, filha do Major Manoel Firmino Lopes, um dos três construtores da

Tram Road de Nazaré, junto com João Luiz Pires Lopes, engenheiro, Major Manoel Firmino Lopes, tabelião de notas, e Alexandre José de Barros Bittencourt (SOUZA, 1950, p. 33). Do casamento resultaram nove filhos.

Ingressado na vida política, José Marcelino foi eleito deputado geral em 15 de janeiro de 1886, pelo 5º distrito, do qual fazia parte Nazaré. Não findou, porém, o mandato, porque em 17 de junho de 1889, a Câmara foi dissolvida e convocada outra para 20 de novembro daquele mesmo ano. Sobre sua atuação política, como deputado geral, Souza (1948, p. 16), indica que, além de defender a modernização das práticas agrícolas através do ensino, da adoção de novos maquinismos, imigração de trabalhadores, melhoria dos transportes e criação de bancos para financiar a lavoura, José Marcelino de Souza era, também, “Abolicionista sem demagogia, nesse distrito que tinha grandes interesses ligados a instituição servil e, ele mesmo, proprietário rural e industrial, e filiado ao Partido Conservador” (SOUZA, 1948, p. 16), muito contribuiu com seu apoio para o fim do trabalho servil.

Em 1891, José Marcelino de Souza foi eleito senador, pela Constituinte, depois denominada Assembleia Constituinte. Em 1895, já então no Partido Republicano Federalista da Bahia, que a partir de 1901 passou a denominar-se Partido Republicano da Bahia e, com o apoio de Luiz Vianna, foi eleito, senador estadual, para o mandato de 1895 a 1901. Mas, antes disso, em 1896, após desentendimentos com o então governador Luiz Vianna, renunciou ao mandato senatorial, alegou, porém, que a renúncia se devia ao fato de ter sido eleito Diretor da Tram Road Nazareth (SOUZA, 1958, p. 22).

Permaneceu afastado da política até que, em 1901, por intermédio de Severino dos Santos Vieira, foi eleito presidente da Comissão Executiva do Partido Republicano da Bahia. Em 24 de fevereiro de 1902, deu-se a instalação da Sociedade Bahiana de Agricultura, quando José Marcelino de Souza foi eleito para ocupar a 1ª vice-presidência da sua Diretoria. Permaneceu com essas duas atribuições, até ser eleito Governador da Bahia, na eleição que se realizou em 28 de janeiro de 1904, para o mandato que duraria de 28 de maio de 1904 a 27 de maio de 1908 (SOUZA, 1958, p. 23). Findo o seu mandato no Governo, foi eleito, em 1909, senador federal pela Bahia, em cujo mandato permaneceu, até seu falecimento em 1917.



A praça acima referida em sua homenagem, em São Felipe, guarda seu busto, fixado no topo de uma coluna revestida de granito. É protegido na base por quatro leões sentados. O monumento foi mandado erguer pelos funcionários da Estrada de Ferro, de Nazaré, e inaugurado em 2 de dezembro de 1920, em homenagem ao defensor, que foi, José Marcelino de Souza, dos interesses dos trabalhadores e daquela empresa ferroviária.

Olhando-se o monumento da Praça José Marcelino se observa, à frente de cada um dos leões, uma placa de mármore registrando as quatro funções políticas mais importantes, ocupadas por José Marcelino: magistrado (1873-1878), deputado geral (1886-1889), governador da Bahia (1904-1908) e senador federal (1908-1917). Esses quatro leões, esculpidos originalmente em pedra sabão, receberam, posteriormente, camadas de cimento, e foram muitas vezes pintados com tintas e vernizes. Não se encontrou o significado dos leões que simbolicamente<sup>73</sup>, estão como guardiães a proteger o monumento. Esse monumento denota a simpatia dos nazarenos e sanfilipenses com seu conterrâneo.

Em 28 de maio de 1904, ao assumir o governo da Bahia, já havia, muito antes, vendido os aparelhos e acessórios de sua usina de açúcar ao Comendador José Jacinto R. Teixeira, para uso da usina Acutinga, no Iguape, existindo, apenas no Engenho Nossa Senhora da Conceição, um antigo alambique de aguardente e um jogo de moendas necessária a transformação do suco da cana em matéria prima para a fabricação da aguardente. (SOUZA, 1948, p. 48)

José Marcelino detinha propriedade de terras com usina de açúcar em São Felipe, sua fazenda se localizava mais próxima ao centro de Nazaré, que o centro da Vila de São Felipe, como Nazaré dispunha de transporte marítimo e ferroviário, certamente era o caminho de escoamento da produção dessa região do Xangó. Não se encontrou, nos documentos analisados, nenhuma referência a empreendimentos do seu governo com o objetivo de promover algum melhoramento social, político ou econômico, nem em relação à população, nem ao território sanfilipenses, ao longo de toda sua vida pública, exceto a encampação da Tram Road Nazareth, onde o governo fez investimentos e ampliação, segundo Carletto, “A partir de 1º de julho de

---

<sup>73</sup>De acordo com informação passada por Maria Helena O. Flexor, no budismo, leão era símbolo de clã familiar. No mundo cristão, por exemplo para o Papa Sisto V (1535-1590), era símbolo de justiça, vigilância, majestade e símbolo de Roma no fim da Idade Média.

1906 o tráfego da Estrada já se realizava por conta do Estado” (CARELTTO, 1979, p. 135). O Governador procedeu melhoramentos na navegação, com aquisição de novas embarcações a vapor, que faziam o percurso Nazaré a Salvador, “O vapor Sergy, chegado da Inglaterra a 11 de novembro de 1906, conduziu o Governador até Nazaré, em 14 de novembro, para as solenidades inaugurais da Estação de Areia, da Estrada de Ferro de Nazaré” (SOUZA, 1958, p. 53).

A carreira política de José Marcelino se iniciou em 1886, sob a égide do Partido Conservador, chefiado por João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, que, “na sua fina ironia, o qualificava de *Rei sem coroa*” (SOUZA, 1950, p. 13). As questões referentes à agricultura marcaram a trajetória política de José Marcelino de Souza. Desde a instalação da Sociedade Bahiana de Agricultura, em 24 de fevereiro de 1902, quando foi o 1º Vice-Presidente da sua Diretória. Foi, além disso, delegado do Governo Estadual e membro da Comissão Executiva, da 1ª Conferência Açucareira do Brasil, realizada na capital da Bahia, em junho-julho do mesmo ano de 1902 (SOUZA, 1950, p. 23), patrocinada pela Sociedade Nacional da Agricultura. Menos de dois anos depois, a partir das articulações políticas de Severino Vieira, Marcelino se tornou governador da Bahia. Tomou posse em 28 de maio de 1904 e governou o Estado até 27 de maio de 1908, num momento em que prevalecia uma conjuntura de alegada crise financeira. E os proprietários e a produção açucareira se mantinham subsumidos à crise geral do Recôncavo.

Severino dos Santos Vieira tinha sido governador no período de 1900-1904, em substituição, e com o apoio de Luiz Vianna, que governou a Bahia entre 1896 e 1900. Mas ainda no primeiro ano de seu governo, Severino Vieira rompeu politicamente com Luiz Vianna (SILVA, 1975, p. 142). Observou-se que, na primeira década do século XX, na Bahia, essas alianças políticas não eram duradoras. Logo que assumiu o governo, Severino Vieira, em maio de 1900, anulou alguns contratos, celebrados pelo seu antecessor. E, atendendo à precária situação em que encontrou as finanças do Estado, deliberou não empreender obras, nem melhoramentos que viessem comprometer, ainda mais, as finanças governamentais (ARAGÃO, 1923, p. 149). As dificuldades financeiras que privava o governo de interferir e alterar a estrutura da economia agrícola se refletia em notas dos jornais baianos como a que se segue:

Pagamento em Ouro: pelo que a imprensa tem publicado, vê-se em que dificuldade se acha o governo para satisfazer os compromissos financeiros do Estado. Os cofres exaustos e as dívidas interna e externa crescidíssimas, exigem medidas muito sérias não só por parte do legislativo como por parte do executivo (JORNAL DE NOTÍCIAS, 7.ago. 1900, p. 1).

Não empreender obras ou melhoramentos remete a ideia de não dispor de recursos financeiros capazes de reverter o quadro de apatia em que se encontrava a economia bahiana. Note-se que a Bahia tinha acabado de sair da “Guerra” de Canudos (1896-1897), e tinha sofrido em poucos anos, duas grandes secas, não tinha crédito para levantar empréstimos no exterior, inclusive pelo alegado quadro de crise econômica. Naquele contexto, não se verificava, também, grandes investimentos particulares que promovessem melhoramentos significativos na estrutura produtiva agrícola, exceto, cacau e café. Sem condições de levantar fundos o Governo não faziam os investimentos capazes de superar a conjuntura de, crise econômica que afetava, especialmente, a o setor canavieiro do Recôncavo, uma região que foi sempre uma das matrizes da economia baiana.

O Governador Severino dos Santos Vieira, era sócio majoritário do jornal Diário da Bahia e redator do Correio de Notícias, presidente da comissão executiva do Partido Republicano e ex-ministro da Viação, do governo Manuel Ferraz de Campos Sales. Tinha, então, liderança política considerável na Bahia (SOUZA, 1950, p. 5). Na mensagem, encaminhada ao Legislativo, em 1903, Severino Vieira (1903, p. 32) dizia: “força é confessar que a crise financeira [...] se acentua de ano a ano, mais aguda e avassaladora”.

No início de século XX, apenas duas grandes legendas dominavam a cena política na Bahia: democratas e republicanos, não se deve, categoricamente, definir esses dois partidos como liberais ou conservadores. Eram partidos controlados por variados grupos, a exemplo de, vianistas, seabristas, marcelinistas, severinistas, etc., que se aliavam em torno de determinado candidato, mas que em seguida podiam romper essa aliança e passar à oposição. A legenda republicana era controlada por Severino Vieira, grande articulador da candidatura de José Marcelino de Souza ao governo da Bahia. Numa estratégia política, visando o fortalecimento dos republicanos, o governador Severino Vieira, primeiro lutou pela indicação de

José Marcelino para a presidência da comissão executiva do Partido. Em seguida, impôs o político sanfilipense como o candidato ao governo Estadual (SOUZA, 1950, p. 48).

Enquanto preparava José Marcelino para o governo, Severino Vieira articulava, também, a formação de novos quadros do Partido Republicano, a exemplo de Miguel Calmon do Pin e Almeida, que foi iniciado na vida pública, quando nomeado por esse governador para ser seu secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas (ARAGÃO, 1923, p. 199). Com isso, Severino Vieira formava lideranças, que garantiriam a permanência dos republicanos no controle político do governo baiano, pelo menos na primeira década do século XX.

Num primeiro momento, Severino Vieira contou com Leovigildo Filgueiras, então deputado federal pela Bahia, para lançar a candidatura de José Marcelino (SOUZA, 1950, p. 6). Enquanto os jornais discutiam os possíveis candidatos do Partido Republicano àquela eleição, Severino Vieira assumiu publicamente o nome de seu preferido, como estratégia para impedir os possíveis candidatos, indicados por José Joaquim Seabra, então ministro da Justiça e outra grande liderança política baiana nas primeiras décadas do século XX.

Essa ação de Severino Vieira tinha o objetivo de facilitar a indicação de José Marcelino de Souza, presidente do Partido Republicano, ao pleito eleitoral que indicaria o governador do Estado da Bahia para o período de 1904 a 1908. (ARAGÃO, 1923, p. 199). A eleição de 1904 representou, portanto, o resultado de uma disputa direta entre o grupo político, apoiado por J. J. Seabra, e o grupo de Severino Vieira que eram, na Bahia, os líderes do Partido Democrata e do Partido Republicano, respectivamente. Souza (1950, p. 13) salientou que a eleição de José Marcelino de Souza, teve o efeito prodigioso de serenar a agitação, que a propósito dessa eleição se vinha fazendo, desordenada e tumultuária, originada de incidentes provocados por intervenção do Governo Federal, naquele momento, identificado com os propósitos políticos da corrente *seabrista*, fortalecer a presença política de J. J. Seabra, ante as forças políticas que disputavam o controle do governo bahiano naquele momento, era, pois, de interesse político do Governo Federal.

Existe uma série de fatores que tornam complexas as análises das medidas políticas, adotadas por José Marcelino e outros governos anteriores, para superar a alegada crise econômica que afetava a Bahia, especialmente o Recôncavo açucareiro. As fontes utilizadas neste trabalho se referem à presença da crise, durante toda a década de 1890 e que adentrou a primeira década de 1900, sem indicarem melhorias nas condições financeiras da Bahia. A qual os proprietários e a produção açucareira, dependentes do mercado externo, se mantinham subsumidos à crise geral do Recôncavo e exigiam dos governos, meios para superação dessa alegada crise. Entretanto, as medidas adotadas pelos governos, apesar de visarem os setores produtivos, não se mostravam capazes de superar a conjuntura de alegada crise agrícola e financeira.

Enquanto os produtores do açúcar, ante as dificuldades para exportação do seu produto, denunciavam, através de jornais e boletins, a crise que afetava toda economia baiana e clamavam por intervenções financeiras do Estado com vistas a superação da alegada crise. Os produtores de açúcar, como os agricultores em geral, organizaram-se através de sindicatos e sociedades de agricultores e, a partir dessa organização, elegeram seus membros para dirigirem os destinos políticos do Estado, a exemplo de José Marcelino de Souza que governou a Bahia entre 1904 e 1908. Os esforços desse governante não foram suficientes para tirar a Bahia das crises financeiras e agrícola, por ser, exatamente, uma crise de reprodução ampliada das formas de reprodução do capitalismo, portanto, de característica estrutural, que afetava todo o Brasil naquele período.

Ao encaminhar sua primeira mensagem a Assembleia Geral Legislativa em 1º de junho de 1904, nas palavras de sua parenta, Maria Mercedes Lopes de Souza, José Marcelino alegava que,

Tendo encontrado o Tesouro com o déficit de 2.588:605\$751 réis e verificado após minucioso estudo da última mensagem do seu antecessor que da Receita estadual a quota de 71% era destinada ao funcionalismo, enquanto que apenas a de 9% era aplicada à viação e pouco mais de 1% era destinado à agricultura, e desejando estabelecer equilíbrio orçamentário, propôs o governador à Assembleia Geral Legislativa, em mensagem de 1º de junho de 1904, um conjunto de medidas com o propósito de adequar as despesas às receitas do governo (SOUZA, 1948, p. 85-86).

Alegava o governador que, das receitas do governo, 52% estavam comprometidas com os encargos da dívida pública e, os 48% restantes, era o que efetivamente sobrava para todas as despesas governamentais. Desses 48%, 71% eram gastos de pagamento e com os encargos devidos ao funcionalismo público, (DIÁRIO DA BAHIA, 2 jun. 1904, p. 1). Em virtude disso, o governador resolveu instituir um imposto de 20% sobre vencimentos de todos que exerciam funções públicas e, em 30%, os vencimentos de aposentados, jubilados e pensionistas, ficando reduzido a 20% para os maiores de 70 anos, além de redução em 20% em todas as despesas com o material do serviço público (ARAGÃO, 1923, p. 173 - 174).

Nesse conjunto das medidas políticas estavam incluídas, também, a reforma das secretarias de governo, suprimir subvenções à associações e instituições particulares e efetuar a revisão de aposentadorias e jubilações em todos os setores da administração estadual (SOUZA, 1948, p. 86). Somaram-se a isso, reformas no ensino primário e normal e reformas da organização judiciária, com redução do número de comarcas. O governador, porém, não considerou os inúmeros atritos que essa reforma causaria com o Poder Judiciário baiano, tendo este recorrido judicialmente e as ações do executivo foram reputadas inconstitucionais.

Do mesmo modo, os inativos e pensionistas, através da Justiça, tiveram seus direitos respeitados. O ganho do governo, com essas medidas, foi apenas em algumas situações específicas, como no caso de jubilações e revisões de tempo de aposentadorias (ARAGÃO, 1923, p. 175). Enfim, do ponto de vista do administrador, essas medidas visavam unicamente reduzir as despesas públicas, dando ao governo a capacidade de dispor de capital para amenizar a crise financeira pela qual passavam o governo e a economia estaduais, além de tentar deixar transparecer para a sociedade, a ideia de um governo de austeridade e moralidade em relação à coisa pública.

As mensagens legislativas são fontes importantes para se conhecer os propósitos e propostas políticas e econômicas dos governadores estaduais, é certo que nem tudo que foi proposto se realizou, por isso, é interessante que se confronte as mensagens com a produção da Assembleia Legislativa, no mesmo período, para se saber o que efetivamente se tornou lei, se concretizou ou não, dentre as medidas propostas pelo

Governo. Sendo assim, ainda na mesma mensagem inaugural, apresentada à Assembléia Legislativa, em 1º de junho de 1904, as palavras do governador José Marcelino de Souza indicavam os pontos fundamentais do seu governo, como publicou o Diário da Bahia, pouco depois de sua posse.

É cheio de maior confiança no futuro grandioso do nosso Estado [...] que venho propor-vos as medidas que considero indispensáveis e urgentes para dominar os grandes embaraços e dificuldades que, de alguns anos, perturbam profundamente o nosso regime econômico e financeiro.

Para debelar as causas dos nossos embaraços e inferioridade econômicas, são necessários processos de ação, se bem que infalível, lenta, pois lenta e morosa é a evolução da agricultura, base da nossa atividade econômica. Dando-se mesmo contra as previsões da Mensagem, que a receita arrecadada este ano seja igual a do exercício findo, isto é 9.383:130\$178,[...] a consequência infalível será se não reduzir aos seus justos termos esta enorme despesa, iremos a caminho da ruína financeira.

Por outro lado, para remover essas dificuldades é mister, ao mesmo tempo, levar a laboriosa e sofredora profissão da lavoura, principal protetora da riqueza, os alentos e os meios de sair dos embaraços e inferioridade em que se acha essa classe, esteio de nossa prosperidade, e a quem tudo falta, desde a instrução profissional até os meios fáceis de transporte e o capital; a que a seca nestes últimos anos tão frequente, tem duramente flagelado, e que, curvada ao peso do trabalho ingrato e passando por toda a ordem de privações, nem uma queixa articula.

Aceitai senhores da Assembleia Geral Legislativa, as expressões de minha estima e sabida consideração. José Marcelino de Souza. Palácio do Governo do Estado da Bahia. 1º de junho de 1904 (DIÁRIO DA BAHIA, 2 jun. 1904, p. 1).

Além dessas medidas, constava em seu plano de governo, uma reforma do sistema tributário, em geral, com a criação de novos impostos, a exemplo do imposto de consumo, “cobrado em selo ou não, sobre todos os gêneros ou mercadorias, quer nacionais ou estrangeiras, consumidos no Estado, nos quais incidisse o imposto de consumo federal” (SOUZA, 1948, p. 95). Mesmo essas medidas não seriam capazes de sanar as dificuldades financeiras com as quais se defrontava o tesouro estadual, devido à crise de reprodução ampliada, das formas de reprodução do capitalismo, que afetava a estrutura da economia baiana. Ainda, no contexto das ações políticas de José Marcelino de Souza, há de se convir que produzir *superávit* às expensas dos servidores públicos não pareceu uma diretriz política acertada. Aragão (1923, p.

174), comentando as primeiras medidas políticas e administrativas, adotadas pelo governador José Marcelino se referiu a essas ações nos seguintes termos.

Tais medidas davam apenas a impressão de que o Estado se achava nos estertores da morte, não podendo inspirar confiança a sua ação específica. Teriam, quando muito, o efeito da morfina, com a perspectiva desoladora de que, passado ele, os males voltariam recrudescidos (ARAGÃO, 1923, p. 174).

A essas medidas somavam-se a obtenção de empréstimos externos através de negociações, realizadas entre o representante do Estado da Bahia em Londres, Severino dos Santos Vieira e o “London & Brazilian Bank, de Londres, fechando com este, em 21 de dezembro de 1904, o empréstimo de um milhão de libras esterlinas, ao tipo de 80½ líquido, juros de 5% e amortização de ½% (SOUZA, 1948, p. 63 -94). De acordo com a mesma fonte, a esse empréstimo ficou acertado, junto ao banco inglês, deste resgatar os títulos do empréstimo, contraído pela Bahia junto ao banco francês, La Banque de Paris et Pays Bas, em 1888, na importância nominal de 15.345.000 francos, sem mais ônus para o Estado, ficando para este fim, elevado o empréstimo inglês a 1.613.800,000 libras, e o Estado com o direito de haver do London & Brazilian Bank o excesso a seu favor, proveniente daquela operação.

oOo

José Marcelino de Souza, era um político identificado aos interesses agrícolas, já discutia a crise da agricultura desde a época em que foi Deputado Geral pela Bahia, em discurso proferido no Parlamento, durante a sessão em que se discutia o orçamento do Ministério da Agricultura, em 5 de agosto de 1887, para o exercício de 1888. José Marcelino de Souza já dizia que

a crise do açúcar tem sido, nos últimos tempos, o objeto da preocupação de grande parte dos homens pensadores do nosso país [...].

No meu entender, essa crise é por demais complexa. *Ela é ao mesmo tempo agrícola e comercial. É agrícola* na sua primeira manifestação, isto é na sua produção; e *é comercial*, porque é devida ao consumo e a outras muitas circunstâncias de que em ocasião oportuna tratarei.

Como crise agrícola, tem ela a sua origem nos fatores da produção. Estes fatores podemos considerar na ordem seguinte: *o solo, a mão de obra, os maquinismos, o capital* (SOUZA, 1948, p. 19-20).



Note-se primeiramente a referência de que a crise atingia, em especial, o açúcar. Não há referências ao pequeno produtor rural ou se a crise atingia ao setor da atividade agrícola destinada aos mercados locais a exemplo de São Felipe. Souza (1950, p. 9) comentou a situação econômica da Bahia de José Marcelino.

A crise financeira, que há muito tempo se desenhava, sob aspecto pouco lisonjeiro, em vez de atenuar-se carregou sua feição sombria.

O motivo mais grave dessa desfortuna foi a baixa de preço dos artigos da lavoura do Estado, proporcional à valorização do meio circulante, produzindo necessariamente a diminuição da renda de exportação.

A perda de parte tão considerável da receita do Estado não só tolheu a iniciativa de reformas urgentes, mas até obrigou a severas economias, prejudiciais talvez a serviços já organizados (SOUZA, 1950, p. 9).

José Marcelino de Souza na mensagem à primeira sessão dos trabalhos legislativos, de 1905, afirmava que a “última safra de fumo, cacau e café, que são nossos principais produtos econômicos, comparada com as dos últimos três anos foi boa em quantidade e valores” (SOUZA, 1905, p. 31), mas, não tinha sido tão boa o bastante para indicar uma recuperação da economia baiana.

É necessário destacar, outra vez, que o Governo José Marcelino não estava indiferente à crise. A questão é que as ações propostas eram pontuais, localizadas, dirigidas à base técnica, e de setores específicos da produção, e não alterações profundas na estrutura econômica como se observa a seguir:

Atos do Poder Executivo - Lei nº 573 de 16 de setembro de 1904

Art. 1º. É o governo autorizado a instituir um prêmio de 5:000\$000 a 10:000\$000 aos 40 primeiros indivíduos ou associações, empresas ou companhias que fundarem no Estado, em zonas apropriadas e em condições econômicas que assegurem êxito, os primeiros núcleos de produção agrícola do algodão, estabelecendo instalações centrais com mecanismos apropriados para descarregar a fibra e fabricação do óleo e produtos forrageiros da semente do algodão (DIÁRIO DA BAHIA, 20 set. 1904, p. 1).

Esse incentivo ao plantio de algodão, além do óleo para lubrificação das máquinas, incentivava a plantação de algodão para as primeiras indústrias têxteis que tinham sido instaladas na Bahia, e usavam o algodão de Alagoas, porque o da Bahia era

ruim, mesmo para tecidos grosseiros, como os panos de vela e de sacos, que algumas delas fabricavam a exemplo da Companhia Empório Industrial do Norte – Fábrica da Boa Viagem - na Península de Itapagipe, em Salvador, que começou a funcionar em 1891 (FLEXOR, 2011, p. 143). Existiam outras fábricas têxteis em Valença, e no hoje Subúrbio Ferroviário.

Saliente-se que, nesse mesmo período, o Governo Federal também concedia isenção de pagamento de direitos de importação para equipamentos e instalação de usinas destinadas a beneficiar fumo, algodão, cacau, café, fibras têxteis, animais e vegetais (DIÁRIO DA BAHIA, 4 nov. 1904, p. 1). Observou-se para a década de 1900, que poucos empreendedores ousaram investir grandes somas de capital em empreendimentos agrícolas, mesmo com os apoios e incentivos governamentais, especialmente na tentativa de aumentar a produção de açúcar. Alguns que insistiram em investir pesadamente na indústria açucareira tiveram grandes prejuízos, a exemplo do Engenho Central Bom Jardim, em Santo Amaro, no Recôncavo bahiano, empreendimento agroindustrial, realizado com recursos privados e que resultou num enorme prejuízo financeiro aos seus executores (BRITO, 2002, p. 108). O fracasso econômico do Engenho Central do Bom Jardim não eliminou a produção de açúcar no Recôncavo, outros empreendimentos continuaram em operação, a exemplo das usinas Terra Nova, também localizada, na época, região de Santo Amaro, atualmente, Conceição do Jacuípe, D. João, no município de São Francisco do Conde, e a usina Itapetingui, localizada na região limítrofe entre Santo Amaro e Feira de Santana apesar das constantes reclamações dessas usinas a respeito da falta de cana para moer (MENSAGENS, 1905, p. 45). Mas a questão da falta de cana pode ser analisada do ponto de vista do fornecedor da cana para as usinas, como se observa a seguir,

Com relação a cana-de-açúcar, os sindicatos agrícolas patrocinados pelo senhor Ignácio Tosta e pelas Usinas, só tem exaurido o pequeno lavrador. A consequência foi que organizado o Sindicato, as usinas elaboraram uma tabela de preços de canas, sem que dignassem de ouvir os agricultores fornecedores de canas. Fornecemos a cana de 1º a 30 de um mês, para recebermos o seu valor no começo do mês seguinte. Os engenhos paralisam suas moagens por falta de cana. A Usina, porém, que tem terras, está plantando com força. De forma que o sacrifício do Estado foi em benefício dos concessionários de usinas e não dos lavradores (DIÁRIO DA BAHIA, 18 fev. 1903, p. 4)

Os benefícios fiscais e prêmios financeiros oferecidos pelos governantes, não se mostravam suficientes para superar a crise agrícola. No entendimento de Pedrão (2004, p. 177) a crise que atingiu o Recôncavo estava, primeiramente, relacionada a fatores externos a esse território, era uma crise nacional originada das formas de reprodução ampliada do capitalismo. E, localmente, havia um conjunto de elementos articulados que dificultava um entendimento empirista e determinista a respeito da crise. Prêmios financeiros, crédito agrícola, ensino agrícola, sindicatos agrícolas. No entendimento de José Marcelino de Souza, a saída para a crise estava na modernização da agricultura.

Ainda em 1903 quando era uma das principais lideranças da Sociedade Bahiana de Agricultura, José Marcelino de Souza, já defendia a propagação dos sindicatos agrícolas, questão que será retomada durante todo o seu governo. Nesse sentido, deu o incentivo do governo para a criação de sindicatos agrícolas, , renovou a frota de barcos a vapor que faziam linha na região do Rio São Francisco, e na região do Recôncavo, especialmente no transporte entre Nazaré, Cachoeira e Salvador, e encampou empreendimentos ferroviários em Nazaré e Santo Amaro<sup>74</sup>. No entendimento de José Marcelino de Souza, essas iniciativas representavam ações importantes para superação da crise agrícola.

“Para sairmos dos grandes embaraços econômicos que tantos males estão nos causando [...] é indispensável um conjunto de providências: o ensino profissional que prepare bons feitores e administradores para tirarem do solo tudo quanto ele pode dar por processos fáceis e econômicos; viação férrea e de rodagem, fluvial e marítima; e finalmente o crédito sob a forma de cooperativas e sindicatos para auxiliar o capital empregado nas explorações agrícolas e multiplicando-o pelos processos ensinados nas escolas práticas, dessa forma se obterá maior e melhor produção” (MENSAGENS, 1905, p. 31).

oOo

---

<sup>74</sup> Alvo de tanta discussão, a estrada de ferro de Santo Amaro a Bom Jardim, malgrado os *déficits* observados em suas receitas, das declarações sobre a falta de recursos do Governo para custeá-la, permaneceu como propriedade do Estado por cerca de 29 anos, desde 1880, quando foi elaborada a primeira proposta de venda até que, em 1909, foi noticiada a sua encampação pela União. Além dessa estrada de ferro, teriam o mesmo destino as estradas de ferro de Nazaré e a Centro-Oeste (ARAÚJO, 2002, p. 91-92).

O Governo de José Marcelino de Souza buscava meios de amenizar a crise agrícola e financeira, que se abatia sobre a agricultura e as finanças do Governo, quando ocorreu a cisão dentro do Partido Republicano da Bahia. Com a cisão, o Governador passou a contar com a oposição parlamentar da Assembléia Legislativa, isso dificultava a aprovação de propostas encaminhadas pelo Governador. Aliados desde 1901, Severino Vieira e José Marcelino romperam a aliança em 1907. Após essa data e, utilizando o cargo de editor chefe do Diário da Bahia, Severino Vieira passou a atacar politicamente, inclusive à honra e a vida pessoal do governador.

Sua vítima principal era o Sr. José Marcelino, desrespeitado até nos mais delicados sentimentos de cidadão e homem [...] Nos editoriais do *Diário* o insulto e o ridículo em linguagem incompatível com um meio medianamente educado (ARAGÃO, 1923, p. 248).

“O *Diário da Bahia* depois do rompimento de Severino Vieira com José Marcelino, superou em injúria qualquer outro órgão da imprensa baiana” (SOUZA, 1950, p. 169). Esses ataques contribuíram para a cisão do Partido Republicano baiano, entre severinistas e marcelinistas, fato que ampliou os espaços para a atuação política de J. J. Seabra. Em relação a isso se dizia que “era flagrante o protecionismo do Catete<sup>75</sup>, motivando muitas adesões políticas aos *democratas*, que eram combatidos pelos ‘marcelinistas e severinistas’” (SOUZA, 1950, p. 219).

Com o fim do governo José Marcelino, teve início um conjunto de problemas políticos, ocorridos em torno da disputa pelo controle político do governo da Bahia. A disputa foi travada entre dois grandes grupamentos políticos: os marcelinistas, partidários de José Marcelino, e os seabristas, seguidores de José Joaquim Seabra, mais conhecido como J. J. Seabra.

Em 28 de maio de 1908, o comando do governo da Bahia passou ao governador eleito, João Ferreira de Araújo Pinho, aliado de José Marcelino de Souza, “este teve que lidar com uma série de dificuldades sendo a maior delas, a falta de meios para acorrer às despesas de caráter urgente, inclusive o pagamento do funcionalismo, atrasado em meses”. (ARAGÃO, 1923, p. 404).

---

<sup>75</sup> Sede do Governo Federal, na cidade do Rio de Janeiro.

Ao assumir o governo da Bahia, Araújo Pinho adotou, como um dos lemas administrativo, a expressão “mais trabalho, menos política”. Encontrando dificuldades de articulação política, dentro do seu próprio grupo, o marcelinista, Araújo Pinho, alegou problemas de saúde, renunciou ao cargo de governador, em 22 de dezembro de 1911. Intui-se que, em face da crise econômica, o governo Araújo Pinho, efetivamente, não dispusesse de meios financeiros suficientes para tentar continuar a proceder uma transformação estrutural da produção no Recôncavo. Carente de recursos e de apoio político foi então, premido a abandonar ao governo. Com a renúncia do governador, deveria assumir, o presidente do Senado Estadual, cônego Leôncio Galvão. Este, após alegar que o seu estado de saúde não permitia assumir as complexas e múltiplas funções do governo, repassou essa atribuição ao segundo representante na hierarquia do poder, o presidente da Câmara dos Deputados do Estado, Aurélio Vianna (SOUZA, 1950, p. 223).

Essas disputas políticas entre Marcelinistas e Seabristas, resultaram em que, Aurélio Rodrigues Vianna, médico, fosse impedido por três vezes de assumir o cargo, culminando, dessas disputas políticas, a transferência temporária da sede do governo para a cidade de Jequié, e o bombardeio do palácio do governo, em 1912. Aurélio Rodrigues Vianna iniciou seu governo tentando conciliar os interesses dos variados grupos, que disputavam o controle político do Estado naquele momento. Dentre estes, destacavam-se, especialmente, os vianistas, liderados por Luiz Vianna, os marcelinistas, que compunham o grupo do ex-governador, e severinistas, como seguidores de Severino Vieira. Esses três grupos políticos costumavam estar aliados entre si quando era necessária a defesa de interesses comuns, incluindo-se Ruy Barbosa. Estes formavam o grupo que se opunha aos seabristas de J. J. Seabra (ARAGÃO, 1923, p. 420).

Foi nesse contexto de disputas, especialmente entre marcelinistas e seabristas, que ocorreu o bombardeio do Palácio do Governo, que abrigava a Biblioteca Pública, em 10 de janeiro de 1912, numa ação política atribuída ao grupo liderado por J. J. Seabra. A uma hora da tarde iniciou-se a ação, sendo disparados, do forte São Marcelo, dois tiros de canhão de pólvora seca, sinal de que iam principiar as hostilidades (ARAGÃO, 1923, p. 422).

Após esses dois disparos de pólvora seca, feitos apenas para alertar a população, teve início, alguns minutos depois, os disparos com munição que resultaram em danos consideráveis ao prédio do Palácio do Governo, pois ali, estava aquartelada a força policial, em apoio ao governo e contrária aos seabristas. Esses tiros tinham a intenção de desalojá-la e enfraquecer assim, o governo.

Em 10 de janeiro de 1912, a capital baiana é bombardeada pelo Forte São Marcelo, por ordem do Governo Federal, sob o pretexto do não cumprimento de um mandato de *habeas corpus* do Juiz Federal da seção Bahia, Dr. Paulo Fontes (SOUZA, 1950, p. 224).

Ante esse cenário de intensas disputas políticas e encontrando dificuldades para conciliar os distintos interesses desses grupos que gravitavam em torno do governo estadual. Além de pressionado diariamente pelos seabristas, Aurélio Rodrigues Vianna, médico, que tinha o hábito de provocar campanhas acirradas, com reiterados recursos ao poder judiciário, buscando seus direitos, renunciou ao cargo por três vezes, sem tomar posse do governo, em favor do conselheiro e desembargador Bráulio Xavier da Silva Pereira, que era, presidente do Tribunal de Apelação e Revista. Bráulio Xavier sequer teve tempo de organizar o governo. Foi logo destituído, por força do *habeas corpus*, indicado acima. A medida judicial determinava a entrega imediata do cargo de governador a Aurélio Vianna. De fato, às duas horas da tarde, do dia 21 de Janeiro de 1912, Aurélio Vianna era reempossado no cargo de governador da Bahia. (ARAGÃO, 1923, p. 448), mas em 26 de janeiro daquele mesmo mês e ano, renunciou novamente ao governo. E o comando político do Estado da Bahia foi entregue a Bráulio Xavier.

Toda essa agitação política se amenizou após a vitória eleitoral de José Joaquim Seabra, que assumiu o governo da Bahia em 29 de março de 1912 e governou até 28 de março de 1916<sup>76</sup>.

Com a posse do Dr. José Joaquim Seabra, a 29 de Março de 1912, ficou definitivamente resolvida a crise política, que vinha preocupando o espírito da Bahia e do país, desde que se agitou o problema da sucessão governamental do Sr. Araújo Pinho, tão repleta de episódios e de incidentes (ARAGÃO, 1923, p. 474).

---

<sup>76</sup> Foi sucedido por Antônio Moniz de Aragão, que governou até março de 1920, quando J. J. Seabra foi novamente eleito para o quadriênio seguinte.

De qualquer forma, essas disputas políticas não alteraram profundamente o quadro de crise da economia agrícola do Recôncavo. Este continuava à mercê de decisões políticas. A crise seguia inexorável, na medida em que pouco se alteraram os meios de produção e as suas relações sociais, distribuição e consumo historicamente fincados no território<sup>77</sup>.

oOo

Findava-se a primeira década de 1900, começava a década seguinte e os jornais continuavam fazendo menção às dificuldades econômicas pelas quais passava a lavoura. A crise, por ser estrutural, não se extinguiria por si só, a Bahia pouco teve de incentivo para a produção agrícola, com exceção do cacau, que só progrediu porque o café não teve apoio financeiro direto, por parte do Governo Federal, pois se produzia muito e bom café no Recôncavo, especialmente em Maragogipe.

Na realidade, a introdução de mudanças na agroindústria açucareira nordestina assumiu dimensão bem maior do que a simples solução dos problemas apontados, uma vez que, paralelamente às exigências do capitalismo comercial em ascensão, ocorreria um processo de descapitalização da economia nordestina. O centro do poder foi transferido para o Centro-Sul do país, que passaria também a concorrer com o açúcar nordestino (ARAÚJO, 2002, p. 47).

A introdução de mudanças, a que se refere a nota acima, - que dizia respeito a atitudes do governo federal -, foi também uma característica do Governo de José Marcelino, por isso, não se pode negar que, de alguma forma, as medidas políticas adotadas por ele, durante o seu governo, - com a introdução do ensino técnico agrícola, a criação de bancos de crédito, o incentivo à criação de sindicatos e cooperativas, o empenho para melhorar as condições de transporte fluvial e marítimo, o apoio à instalação e modernização de usinas de açúcar, essas medidas atendiam, também, aos interesses da Sociedade Nacional de Agricultura, da Sociedade Bahiana de Agricultura, e não tenham alterado os pilares estruturais da economia baiana, representaram, uma visão política modernizante por parte daquele

---

<sup>77</sup> Se, necessariamente, a produção e o consumo se integram de modo dialético na produção como totalidade, resulta que as crises originárias das barreiras estruturais à acumulação podem se manifestar tanto na produção quanto no consumo, e em qualquer uma das fases de circulação e da produção de valor (HARVEY, 2006, p.45).

governador. Entretanto, as intervenções políticas na economia agrícola, não alteravam estruturalmente, os pilares da crise, que se manteve após 1908.

Havia de algum modo, uma campanha para melhoria da agricultura, por parte da Sociedade Nacional de Agricultura e da Sociedade Bahiana de Agricultura, para que se adotasse o crédito financeiro como forma de modernização da atividade. Como era natural, devido às dificuldades de comunicação, nessa forma de relacionamento entre o capital e o território, o desenvolvimento deste ocorria sempre de forma desigual, criando numa mesma região, desigualdades estruturais, porque o crédito não era acessível a maioria dos trabalhadores e produtores rurais. Dessa forma, entende-se que o espaço econômico costuma ser definido pelo âmbito da produção e da circulação de bens e, conseqüentemente, pelo conjunto de articulações econômicas intra e interregionais. Vista dessa forma, a modernização criaria os meios necessários para o capital transitar sobre o território e reproduzir-se de acordo com as condições objetivas proporcionadas pelo Estado e pelo desenvolvimento dos meios de produção locais.

Mesmo tendo beneficiado setores específicos da sociedade e da economia, as medidas políticas direcionadas pelo Governo bahiano a exemplo das usinas eram, também, começos da tentativa de aplicar os resultados das transformações industriais que se verificava, especialmente na Europa, naquele início de século XX. Mas é real que enquanto a Europa se expandia e, para isso, precisava de matéria prima e mercado consumidor, e iniciou o neocolonialismo europeu na África, na Índia, o Brasil continuou dependente da Europa, (situação interna) especialmente, das novas tecnologias, mão-de-obra, ciências e até moda. Internamente, aos poucos o progresso foi chegando, como bonde, trens, que permitiram, não só alargar os limites da cidade do Salvador, como integrar esta a diversas regiões, até então feita limitadamente através do mar e rios ou tropas de muares. Esse processo foi muito vagaroso, para alcançar as diversas regiões. O fato é que havia um mundo novo, impulsionado pelas demandas do capitalismo, que se expandia e se desenvolvia na Europa, e depois Estados Unidos, no começo do século XX. Essa expansão se fazia sentir em economia basicamente agrárias e assentadas em monoculturas e outras características herdadas do século XIX. Mesmo com os incentivos governamentais



oferecidos pelo Governo bahiano, a criação de sindicatos e bancos para financiar a lavoura, as transformações na estrutura agrícola, ocorria, muito lentamente.

Desse modo, enquanto no plano externo, o desenvolvimento industrial atrelado a interesses neocoloniais, se expandiam a partir da Europa ocidental, chegavam ao território nacional e penetrava o Recôncavo através da periferia da cidade do Salvador, impondo o início de um processo de industrialização, como analisado por Castellucci (2005, p. 135-152). A área do Recôncavo rural ainda estava se desfazendo de uma estrutura econômica fortemente dependente de estruturas básicas das relações mercantis de produção. A modernização da economia com a necessidade de se produzir com novos recursos tecnológicos pressionava o setor açucareiro do Recôncavo, desde o final do século XIX, impondo a transição entre engenhos e usinas de açúcar.

A partir da segunda metade do século XIX, a produção [é o caso do açúcar] e, depois, o território se mecanizam, mediante a instalação de usinas açucareiras e, mais tarde, da navegação a vapor e das estradas de ferro. Às técnicas da máquina circunscritas à produção se sucedem as técnicas da máquina incluídas no território (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 35).

Essa forma do desenvolvimento técnico-econômico do território do Recôncavo criou uma situação que pôs a economia agrícola baiana num patamar desfavorável à competição econômica no mercado externo, mercado ao qual essa economia sempre esteve direta ou indiretamente dependente. Neste trabalho, adota-se a perspectiva de que esses interesses de classe e no desenvolvimento das forças produtivas do Estado, por estarem conjugados, refletiam as alianças e disputas partidárias da elite intelectual da época, e não unicamente financeira, que inclusive eram donos ou escreviam para os jornais e que se podia reduzir aos componentes dos dois partidos que transitavam entre Salvador e a Capital Federal, e se articulavam com o interior através do mandonismo local que de alguma forma representavam também a elite local de cada vila ou cidade. A evidência de que havia interesses de classe na discussão das questões sobre a crise e como superar a crise, parte dos entendimentos de que os pontos centrais usados pelas imprensa como solução da crise eram, por exemplo: a criação de bancos para financiar a atividade agrícola, criação da Sociedade Nacional de Agricultura, Sociedade

Bahiana de Agricultura, Sindicatos Agrícolas, imigração de trabalhadores rurais para aumentar a oferta de mão-de-obra, e ensino agrícola para melhoramento da produção. Centrava-se a discussão em torno dos problemas produtivos agrários, daquele entendimento, a solução para a crise, estava em se modernizar a agricultura. Além disso, a crise era discutida pela imprensa, alinhada e porta voz dos interesses do Estado, a exemplo do Diário da Bahia; como a imprensa portadora dos interesses específicos de classe, o jornal Diário de Notícias, e Jornal de Notícias. Esses jornais estavam submetidos aos interesses dos grupos que disputavam o controle político do governo. O que se pode afirmar, efetivamente, é que a imprensa foi pródiga em falar sobre a Crise da Lavoura e, como eram os políticos bacharéis, donos do discurso e da escrita, ligados à imprensa, por isso mesmo falavam sobre o grande problema de sua época.

#### A Crise da Lavoura

A formidável crise econômica e financeira que tem zurzido o nosso país, há produzido neste Estado as mais dolorosas consequências [...] De todos os lados ouvem-se os brados de desespero, principalmente por parte dos lavradores, que exaustos e sem recursos para resistir aos efeitos prolongados da crise que os apavora, tudo esperam da intervenção benéfica do governo, a que cabe, em situações como a de que se trata, acudir com medidas administrativas de exceção ou não, que em tais casos se fazem necessárias [...]. Neste sentido, cogita-se a criação do Banco de Crédito da Lavoura, mas com tal morosidade disto se trata, que bem possível será, que a lavoura já esteja completamente aniquilada quando se chegar a instalar o projetado Banco (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 abr. 1903, p. 1).

Do ponto de vista dos produtores de açúcar, a crise tinha sua origem no processo que resultou no fim do trabalho escravo e na ausência de políticas governamentais que atendessem as demandas da agricultura canavieira. Falando ao parlamento brasileiro, em 5 de agosto de 1887, José Marcelino de Souza dizia, “com o desaparecimento do braço escravo, dizem os *emperrados*, homens que só vêm para cana o negro: *morreu a industria açucareira*” (SOUZA, 1948, p. 23). Com esse argumento os produtores cobravam dos governos Federal e Estadual medidas de auxílio financeiro a lavoura. Esses financiamentos, é importante destacar, eram vistos como medidas capazes de superar a crise em setores específicos da economia, mas os processos de modernização da produção, impostos pelo desenvolvimento industrial, impunha investimentos elevados para a capacidade

financeira, especialmente do Estado da Bahia. O governo baiano não dispunha de meios para atender ao conjunto da estrutura da produção rural, não se notou medidas específicas para amparo e modernização da economia de subsistência, exceto, incentivos isolados a cultivadores, por exemplo, de batata inglesa, por isso, poucos setores da economia foram beneficiados com financiamentos e maquinismos, a exemplo dos setores açucareiro e cacauero.

Faltava, no entanto, uma melhor avaliação de como enfrentar os novos interesses ditados pelo sistema capitalista em expansão, que exigia mudanças estruturais e não somente importação de técnicas e introdução de melhoramentos. Era preciso incrementar os meios de transporte para facilitar o escoamento da produção, revisar direcionamentos políticos e incentivar a formação de mentalidade empresarial, restrita a um segmento da classe dos senhores de engenho (ARAÚJO, 2002, p. 17).

Disto se pode concluir, que a destinação de recursos financeiros ao setor açucareiro, notadamente em crise, resultavam em constantes prejuízos para o cofre estadual, entendimento que se assenta também em nota do Diário da Bahia, na qual Severino dos Santos Vieira, discordava desse modelo de amparo a economia açucareira e dizia em 1903 que,

Usinas de Açúcar: Duas usinas concedidas pelo Estado com o auxílio de apólices da dívida pública, a de Terra Nova, mantida em boas condições, teve regular produção na última safra. A usina D. João, de menor capacidade montada [...] a safra desta usina foi quase nula por falta de fornecimento de cana.

A usina de Itapetingy, para a qual concorreu o Estado em 1.200 contos em apólices, apesar de inaugurada com toda solenidade na administração que me precedeu, não tem funcionado nem se acha em condições de o fazer - precisando ainda de 200 contos para poder entrar em trabalho regular - incorporá-la a administração pública é um alvitre que o bom senso repele ante a perspectiva de prejuízos maiores do que o resultante de um abandono completo desses interesses. Fôra melhor alvitre promover pela venda a liquidação deste estabelecimento [...] (DIÁRIO DA BAHIA, 10 abr. 1903, p.1).

A crise, sabidamente, afetava também as finanças do governo baiano. Sem meios financeiros para alterar profundamente a estrutura da economia agrícola, a crise atingia, ao mesmo tempo, o governo e a lavoura. Dependente da cobrança de impostos, especialmente da exportação de produtos agrícolas, como fonte geradora de receitas públicas e reservas de capital para investimentos, o governo se via

privado de recursos próprios e, portanto, desde Severino Vieira, que teve a coragem de declarar como estavam as finanças do Estado, este era incapaz de interferir profundamente na estrutura econômica do Recôncavo. Disto resultou na crise agrícola que privava o Estado de receitas. Sem receitas o Estado não podia fazer os investimentos necessários para modernizar a economia, criando um círculo vicioso, difícil de quebrar. Exceto, ampliando-se a outros setores e regiões do território, os processos de modernização que se verificou, por exemplo, na transição entre engenhos e usinas de açúcar, processo que foi acompanhado por transporte ferroviário e resultaram em alterações profundas na dinâmica canavieira nas regiões afetadas por essa transição iniciada entre o final do século XIX e início do século XX. Porém, restrita a essa região do Recôncavo.

Havia nas propostas de José Marcelino, uma preocupação com a modernização da atividade agrícola através do ensino, financiamento, sindicalização e transportes. Porém, sem recursos financeiros estaduais, havia a necessidade de se recorrer ao Governo federal para obter os meios necessários a dinamização da economia bahiana, mas para a obtenção desses recursos, era interessante ser aliado político dos interesses do Governo federal. Na busca de recursos para a melhoria do transporte ferroviário, José Marcelino de Souza havia solicitado ao ministro da viação, indústria e obras públicas em 1907, Miguel Calmon do Pin e Almeida, recursos para ampliação dos ramais ferroviários da Bahia, propondo o seguinte,

A ligação das três grandes estradas de ferro do Estado, a Bahia ao São Francisco, Central da Bahia, e a de Nazaré, que devem proceder do seguinte modo:

A do São Francisco com a Central, partindo de Vila Nova, passando por Jacobina, Mundo Novo e Orobó até Sítio Novo.

A central com a Nazaré, partindo do Sapé e passando nos municípios da Conceição do Almeida e São Felipe, até o Rio Fundo, e daí à Nazaré (SOUZA, 1948, p.187).

E o governo de José Marcelino de Souza sabia que as intervenções do Estado na estrutura da economia do Recôncavo era um dos caminhos para a superação da crise. Mas como já foi salientado, essa intervenção não se mostrava eficaz e o problema, intransponível. Tanto José Marcelino, quanto Araújo Pinho e Miguel Calmon, marcelinistas, foram governadores do Estado da Bahia e tinham suas

propriedades fundadas entre os interesses agrários e financeiros no Recôncavo, visto que eram proprietários ou herdeiros de terras em São Felipe, Mapele e Iguape, respectivamente, exemplar dos difíceis momentos de crise econômica nacional, estadual e regional, mesmo para os detentores do poder e proprietários rurais. Seja como for, José Marcelino não conseguiu superar a crise, apesar das iniciativas importantes que adotou com relação a introdução do gado nelore, incentivos a expansão e melhoramentos do cacau, café, incentivos à instalação de fábricas de processamentos de derivados agrícolas, ensino agrícola, o transporte ferroviário, a navegação fluvial, especialmente na região do São Francisco e marítima no Recôncavo, apoio a imigração de trabalhadores rurais<sup>78</sup>, empréstimos externos, etc.

Entende-se também, que é necessário um aprofundamento das análises no sentido de se localizar, quais instâncias da sociedade foram, objetivamente, afetadas pela crise. As finanças públicas, os trabalhadores, os pequenos proprietários, os brancos pobres, os negros, os comerciantes, então detentores do capital. Também é preciso saber quais regiões do território foram afetadas com maior ou menor intensidade pelas crise econômica e crise da lavoura a que se referem as fontes utilizadas neste trabalho. E ainda, especificamente, é preciso identificar até onde isto afetava os padrões de vida dos grupos sociais menos favorecidos, a exemplo dos proprietários da região de regiões mais afastadas do centro administrativo baiano. Havia assim, essa proximidade entre a defesa dos interesses agrícolas, e as pessoas que governavam a Bahia na década de 1900, isso mostra também, a complexidade de se analisar a crise agrícola no período específico do governo de José Marcelino de Souza, porque este trabalho analisa apenas algumas variáveis da crise e algumas ações desse governador. O não aprofundamento de outras variáveis dificulta, uma compreensão geral da questão, constituindo-se em um limite desta dissertação.

A respeito da economia agrícola bahiana, Pinho (1909, p. 51) comentava na mensagem que apresentou na abertura dos trabalhos legislativos em 1909:

---

<sup>78</sup>Só em 27 de março de 1907, foi que o Governo federal baixou o Decreto nº 6.437, estabelecendo as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional, em execução das leis nº 1.150, de 5 de janeiro de 1904, e nº 1.607, de 29 de dezembro de 1906, sendo então Ministro da Indústria, Viação e obras Públicas, o Dr. Miguel Calmon do Pin e Almeida, ex-deputado federal pela Bahia e Secretário de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas do referido Estado, até dezembro de 1905, tendo estado em missão no estrangeiro de junho de 1905 a março de 1906, tendo sido eleito deputado pela Bahia em janeiro desse ano (SOUZA, 1948, p. 68)

Alguns dos nossos produtos econômicos têm tido progressivo e rápido desenvolvimento, sobrelevando notar o da borracha, que no nosso movimento econômico já ocupa o quarto lugar. A produção do açúcar, além de melhorada consideradamente pelo aperfeiçoamento do seu fabrico, tem se desenvolvido nestes últimos anos, assim como a do cacau. O fumo, porém, e o café, pela crise da desvalorização deste, aquele por causa das más estações, têm se conservado estacionários. (PINHO, 1909, p. 51).

Avançava a década de 1900, e se verificava, nas mensagens dos Governadores ao Legislativo, e nos discursos da imprensa bahiana, que a crise financeira e agrícola se arrastavam. O governador, João Ferreira de Araújo Pinho comentava, em 1909, sobre a queda da receita e a crise, dizia que a deficiência dos cofres públicos, a escassez dos recursos públicos, poderia ser superada caso se investisse na exploração das riquezas naturais da Bahia, daí a necessidade de se investir na exploração de novas atividades agrícolas e industriais (PINHO, 1909, 74). Na mensagem do governo, apresentada ao legislativo de 1910, listavam-se os principais produtos, responsáveis pela renda de exportação da Bahia em 1909. Eram eles madeiras, areias minerais, piaçava, couros ou peles, ouro e prata em obras velhas, borracha, cocos ou coquinhos, cacau, café, fumo, ouro das minas, açúcar. Observa-se, ainda a ausência de bens industrializados exceto ao açúcar, demonstra a permanência do caráter agrícola da economia baiana no final da primeira década de 1900, exceto a indústria têxtil que produzia, basicamente, para o mercado interno, evidenciando o ritmo lento das mudanças econômicas (PINHO, 1910, p. 65) do Estado e do Recôncavo.

E, nessa mesma mensagem de 1910, ao se reportar à situação financeira do Estado, Araújo Pinho indicava alguma melhoria nos cofres do governo. Dizia que, aliviados os seus cofres da pressão dos compromissos de crescente dívida não consolidada, o desafogo em que agora mais livremente respiram, permitiu ao governo uma melhor distribuição da receita que se arrecada. Longe estava, porém, de haver conseguido a solução à temerosa crise que se atravessava (PINHO, 1910, p. 56). Pelo exposto, pode-se inclusive argumentar que a propagada crise agrícola e financeira, passa pela questão de periodização da história, visto que se trata, também, das contradições capitalistas no território rural bahiano, em um momento de expansão de novas formas e relações sociais e de produção inerentes à reprodução do capital que se verificavam naquele começo de século XX.

## Capítulo 3

### JOSE MARCELINO DE SOUZA E A ESCOLA AGRÍCOLA DA BAHIA

Durante toda a primeira década de 1900, a Sociedade Nacional de Agricultura, através de *A Lavoura*, continuava cobrando dos governos estadual e federal, novos direcionamentos para o ensino e práticas relacionadas à agricultura. Nos seus editoriais se discutia, constantemente, a necessidade que o País tinha de formar veterinários, engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas nas escolas e institutos agrônômicos, que surgiram em várias localidades, especialmente no Sul e Sudeste do Brasil. É nesse sentido que Araújo (2006, p. 126) afirmou que a Sociedade Nacional de Agricultura exercia um controle sobre as demandas das políticas de educação agrícola em todo o País. O Decreto nº 8.319 estabelecia o regulamento do ensino agrônômico, e foi emitido em outubro de 1910. No bojo desse Decreto, na Bahia, o Instituto Agrícola da Bahia foi transformado em Escola Média Teórico-Prática de Agricultura e, em 1913, a Escola Superior de Medicina Veterinária iniciava suas atividades no Rio de Janeiro.

Tomando-se como referência o boletim *A Lavoura*<sup>79</sup>, pode-se afirmar que durante a primeira década do século XX, a Sociedade Nacional de Agricultura, foi a instituição que mais se destacou na exigência de se investir no ensino agrícola no Brasil. Segundo Amaral (1958, p. 287), foi também de iniciativa dessa instituição a proposição de criação do Ministério da Agricultura no governo republicano.

A história do Ministério da Agricultura começou em 1860, durante o governo imperial de D. Pedro II (1840-1889). Originalmente, foi denominada Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, mas após 32 anos, foi extinta no início do regime republicano, e suas atribuições, sob a forma de diretoria,

---

<sup>79</sup> Órgão oficial de divulgação da Sociedade Nacional de Agricultura, criada em 1897, no Rio de Janeiro, com objetivos com base em três princípios: política a favor da agricultura, promoção do seu ensino e manter um órgão oficial de divulgação de seu trabalho, a citada revista *A Lavoura*.

passaram a ser incorporadas pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Em 1909, os assuntos referentes ao setor agrícola voltaram a ter destaque, com a recriação da pasta da Agricultura que passou, novamente, a integrar o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O referido Ministério tinha sido reformulado pelo Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, que autorizava a criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, sancionado pelo presidente da República, Affonso Penna. Através do Decreto nº 7.501, de 12 de agosto desse ano, se estabeleceram as medidas provisórias para a sua administração, e no governo do presidente Nilo Peçanha (1909 – 1910)<sup>80</sup>, que foi um grande impulsionador do ensino técnico-profissional, se concretizou a efetivação desse ministério da Agricultura, com o propósito, dentre outros, de dar o estímulo necessário ao desenvolvimento e prosperidade à agricultura (SOUZA, 1948, p. 3).

A Sociedade Nacional de Agricultura empenhou-se, também, na elaboração da legislação, que instituiu e regulamentou os sindicatos, cooperativas e instituições de crédito agrícola naquela primeira década do século passado. Segundo a mesma autora na mesma fonte (SOUZA, 1948, p. 3), não houve um setor da vida agrícola nacional na qual essa instituição, dos grandes agricultores, não estivesse presente.

Nos editoriais do boletim A Lavoura, na primeira década do século XX, se destaca a questão do ensino técnico, aplicado à agricultura. Alegava que, um dos motivos da situação difícil, em que se encontrava a lavoura brasileira, era sem dúvida, a preeminência de rotina sobre as práticas, não se adotando as novas técnicas, concebidas pela ciência moderna. Argumentava que a tradição havia se perpetuado nas práticas agrícolas, resultando infrutíferos os esforços da propaganda científica, obstinadamente defendidos pela Sociedade de Agricultura. Isso implicava, como consequência, no desastre da economia agrícola do Brasil em face dos concorrentes no mercado externo (A LAVOURA, set. 1897, p. 25)

A respeito do ensino agrícola, Amaral (1958, p. 262), ao escrever a história geral da agricultura brasileira, ressaltou que foi na Alemanha, onde surgiu a primeira escola de ensino agrícola, fato registrado, em 1807, em Möglin, vila rural perto de Berlim

---

<sup>80</sup> <http://www.brasil.gov.br/linhadotempo/epocas/1909/governo-de-nilo-pecanha>. (Acesso em 21 fev. 2013).



“sob a direção de Tair, agrônomo notável”. Ainda, de acordo com esse autor (AMARAL, 1958, p. 262), ao final daquele século, a Baviera já possuía vinte e cinco escolas de agricultura e, por toda a Europa, Japão e Estados Unidos se repetia essa atenção voltada ao ensino agrícola.

O início do ensino agrícola na Inglaterra se verificou em 1834, porém, “sem controle oficial, independente do Estado e sem homogeneidade” (AMARAL, 1958, 262). Na Bélgica esse ensino agrícola se oficializou em 1860. Enquanto a Dinamarca, antecedeu em muitos anos, pois desde 1801, já havia uma cadeira de ensino de técnicas e práticas agrícolas, na Universidade de Copenhague, ampliando-se estes estudos para a formação de veterinários, em 1858. Nessa mesma época, a Itália e a França instituíram, também, o ensino agrícola com o objetivo específico de ampliar a formação de agrônomos e veterinários (AMARAL, 1958, p. 263)

Do ponto de vista dos editorialistas e do conjunto dos artigos publicados em A Lavoura, a Europa se constituía no centro avançado da agricultura, e seus exemplos, deveriam ser seguidos no Brasil. Na edição de outubro de 1897, A Lavoura (out. 1897, p. 23) citava que, já em 1799, se fundara a primeira escola agrícola, em Hoffwil, na Suíça e, desde então, os estabelecimentos desse gênero se propagaram por toda a Europa.

A Lavoura, utilizando sempre como referência as experiências europeias, notadamente francesas e alemãs, então centros dinâmicos dos avanços do capitalismo naquele momento, denunciava constantemente a morosidade com que o ensino agrícola estava sendo implantado no Brasil. Nesse mesmo boletim defendia a proposta que urgia incitar em bases seguras a regeneração da lavoura nacional, sob o influxo do ensino agrícola, na certeza de que a perpetuação da rotina seria a morte da lavoura e a ruína do Brasil. E nessa mesma linha de argumentação, os articulistas do referido boletim alegavam que,

Quem pretendesse submeter a rigorosa análise a vida econômica da lavoura, chegaria a convicção desoladora que reprimida a febre da indústria extrativa a que se entregaram os primitivos colonizadores e iniciada a exploração do solo, não se operara até nossos dias, evolução sensível nas práticas de culturas então adotadas (A LAVOURA, set. 1897, p. 25).

E dessa forma, o boletim da Sociedade Nacional de Agricultura justificava, com veemência, a defesa da implantação do ensino agrícola. Defendia, inclusive, que na França, já se adotava aquela prática no ensino primário, secundário e superior, desde 1840. Dizia que o ensino agrícola não deveria ser ministrado aos jovens alunos em linguagem inacessível e difusa, mas sim, por meios indiretos e práticos. E enfatizava a necessidade de um ensino prático feito em campos de demonstração. Justificava que essa era a técnica agrícola, que devia ser aplicada em pequena escala, com vistas a oferecer evidências das condições práticas e econômicas de manejo e produção de uma determinada variedade agrícola. No entendimento da Sociedade Nacional de Agricultura, era a metodologia que se deveria adotar para se ministrar o ensino agrícola nacional. E não se pode negar a importância do ensino como meio de qualificar setores da produção e do conjunto da sociedade.

Com relação a essa questão, não se pode alegar falta de organização política dos proprietários de terras, já foi observado, que a Bahia se destacou nesse processo a partir da criação, em 1832, da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia e, mais tarde, culminando com a criação da Sociedade Bahiana de Agricultura, em 1903, filiada à Sociedade Nacional de Agricultura. Estas não foram, especificamente, instituições de ensino, possuíam um caráter mais político, no sentido da organização dos proprietários de terras em torno de interesses comuns, relacionados às suas demandas políticas, econômicas e, ao conjunto da economia agrícola local. Foi, ainda, Amaral (1958, p. 284) quem identificou, resumidamente, a criação de uma série de instituições surgidas na segunda metade do século XIX, destinadas a congregar os interesses agrícolas e dos agricultores.

Em 1854 foi criada a Sociedade Fluminense Agrícola. Em 1855 criou-se a Companhia Farol Agrícola e Industrial. Em 1863 a Sociedade Comercial Agrícola. Em 1876, a União dos Lavradores. Em 1877 o Montepio Agrícola. Também em 1877 a Sociedade Campista de Agricultores. Em 1878 a Companhia Zootécnica e Agrícola do Brasil. Em 1886 a Companhia Lavoura, Indústria e Colonização. É também desse mesmo ano a Companhia Agrícola de Pádua. Em 1887 a Companhia Agrícola de Sapucaia. E nesse mesmo ano criou-se o Instituto Agrícola da Bahia. Em seguida criou-se Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. E mais tarde a Sociedade Mineira de Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira, Confederação Rural Brasileira e a Sociedade Nacional de Agricultura (AMARAL, 1958, p. 284).

Visto assim, se observa que havia uma preocupação política, por parte dos grandes produtores rurais, em se organizarem e associarem politicamente, para defesa de interesses comuns e do Brasil. Foi nesse contexto de defesa dos interesses agrícolas que surgiu na Bahia, por sugestão de D. Pedro II, em 1859, o ensino de agronomia com sua sede no antigo convento de São Bento das Lages, no município de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano.

Em 1859, o Imperador D. Pedro II, empreendeu uma viagem pelas províncias do Norte do Brasil com o propósito, dentre outros, de averiguar a situação econômica de cada Província. Na sua passagem pela cidade do Salvador, foi recepcionado pelos principais produtores de açúcar do Recôncavo, com a finalidade de verificar uma forma de soerguimento da economia canavieira na Bahia. Foi recepcionado pelas autoridades da época, dentre os quais, João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe<sup>81</sup>, (A LAVOURA, out 1897, p. 23). Os produtores de açúcar alegavam que, dentre os motivos para a decadência da economia açucareira local, estava a deficiência de crédito rural, a falta de instrumentos políticos e jurídicos de proteção aos produtos agrícolas, a falta de técnicos e de professores capazes de instruir os trabalhadores com os métodos e técnicas agrícolas observadas em outros países, notadamente, nos Estados Unidos.

Miguel Ferreira Dutra (BAHIA, Secretaria, 1934, p. 9) que organizou e colaborou na publicação dos apontamentos históricos, sobre a Escola Agrícola da Bahia, comentou que, junto a essas reclamações, os donos de engenho apelaram para que se criasse uma instituição de ensino agrícola, voltada para a modernização da agricultura baiana. Dutra salientou que era provável, que além dos motivos citados, os senhores de engenho tivessem interesse em uma escola na qual se diplomassem seus filhos, evitando assim, a ida destes para Pernambuco onde buscavam obter o diploma de bacharel em Direito.

O Imperador, atendendo ao pleito dos senhores do açúcar, autorizou a criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, aprovando para isto, o Decreto Imperial nº

---

<sup>81</sup> Além de lutar para aprovação da Lei do Sexagenário e libertação dos escravos, escreveu obras sobre o Melhoramento do fabrico de açúcar, Bahia, 1867 e Informações sobre o estado da lavoura, Rio de Janeiro, 1874.

2.500 A, de 11 de novembro de 1859. Os 122 sócios fundadores elaboraram os estatutos da instituição, que foram aprovados pelo governo Imperial, em 13 de novembro de 1859. Em junho de 1860, o Instituto mandava ao Imperador uma mensagem solicitando a ampliação das finalidades da instituição de ensino com a criação de uma escola de agricultura (BAHIA, Secretaria, 1934, p. 10). Esta deveria ser mantida, pelas rendas geradas pela cobrança de cinco réis por arroba de gêneros exportados, até que pudesse ser mantido por subvenção estadual, dessa forma, cabia ao Governo Imperial arcar com os custos do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. Via-se nisso, uma medida que, de um lado, poderia trazer benefícios à agricultura local, com a modernização das técnicas agrícolas, por outro lado, a nova taxação onerava ainda mais os custos de exportação. Vê-se assim, o Estado interferindo no território e na conformação de novas relações sociais e de produção, no sentido de viabilizar, também, interesse da classe dos proprietários de terras.

Autorizou-se, enfim, a criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, composto por sócios efetivos, honorários e correspondentes, sendo subvencionado pelos governos geral e provincial (SOUZA, 1948, p. 55). Nesse processo, despenderam-se dois anos discutindo qual seria o melhor lugar para a instalação da escola. Criou-se, assim, um impasse entre os senhores de engenhos e o governo. Este sugeria que a escola se instalasse nas proximidades da cidade do Salvador enquanto isso, produtores de açúcar defendiam que a escola deveria se situar próxima a Santo Amaro, em virtude, inclusive, da grande concentração de engenhos e, do peso político que aquela localidade e senhores de engenho representavam junto a sociedade, a economia e governo baiano.

Outro impasse se relacionava à questão da cessão das terras para a instalação da escola e dos campos de experimentação. Em reunião, realizada no dia 14 de julho de 1863, ficou deliberada a categoria de escola para a instituição de ensino agrícola e o arrendamento do Convento de São Bento das Lages, situado no termo da vila de Cairu, e pertencente aos monges beneditinos, como local para o funcionamento da escola e dos campos de experimentação (BAHIA, Secretaria, 1934, p. 12). Muito se discutiu, da parte do governo, e dos proprietários, sobre a escolha daquela propriedade, os proprietários alegavam a seu favor, inclusive, o processo de inatividade pelo qual passava o Convento e suas terras.

De acordo com informes da Secretaria de Agricultura (BAHIA, Secretaria, 1934, p. 18) dos 122 sócios fundadores do Instituto Agrícola em 1859, já apontados, restavam 102, em 1865 e, 86 sócios em 1869. Mesmo em face da perda de sócios, a escola do Imperial Instituto Agrícola de São Bento das Lages foi provisoriamente aberta em 16 de julho de 1876, sob a direção de Arthur Cesar Rios que a dirigiu de 1875 a 1879. Mas, sua inauguração só ocorreu, efetivamente, em 15 de fevereiro de 1877, quando se iniciaram as atividades da primeira escola de ensino agrícola da Bahia, destinada à formação de engenheiros agrônomos e veterinários, além do curso de formação prática nas profissões de lavrador e agente florestal, com o nome de Imperial Escola de Agricultura da Bahia. Os trabalhos escolares iniciaram-se “com treze alunos matriculados no curso de agronomia, sendo necessário para atingir esse número a obtenção de quatro dos mais inteligentes meninos do orfanato de São Joaquim” (SOUZA, 1948, p. 55). Em janeiro de 1881 eram diplomados os dez primeiros agrônomos da referida escola.

Posta a funcionar, a instituição baiana passou posteriormente por várias fases. Na primeira fase, funcionou sob a proteção do governo imperial. Com o fim do Império, a instituição passou a ser denominada de Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, essa fase vai até 1904. Nesse período, registraram-se momentos de júbilo e também de agonia, onde a carência de recursos financeiros foi uma das principais alegações para sua pouca efetividade. Mas não se pode negar que a instalação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, que geriu a Escola Agrícola de São Bento das Lages, na sua primeira fase que foi de 1877 a 1904, representou um momento especial na história da educação na Bahia. Além do pioneirismo do ensino agrícola nessa região, a escola possuía uma característica peculiar, pois funcionava em regime de internato e aceitava “alunos de todas as índoles e classes maiores de 16 anos” (BAHIA, Secretaria, 1934, p. 18). Atente-se que a educação não era geral e obrigatória, mas é também inegável que a Bahia estava atrasada, nessa modalidade de educação, quando comparado a certas nações europeias, especialmente Alemanha e França, onde essa área de ensino já havia sido incorporada à educação formal há bastante tempo.

Com relação ao acesso e localização, considerava-se que a escola estava próxima a um ramal ferroviário que levava a Santo Amaro, mesmo assim, os caminhos e

estradas que ligavam a escola a esse ramal ferroviário se tornavam entraves, difíceis de serem superados, especialmente, nos períodos chuvosos. Esses foram, também, fatores determinantes para o esvaziamento da instituição em vários momentos dessa primeira fase, encontrando-se quase ao abandono às vésperas de 1904.

Segundo os mesmos informes da Secretaria da Agricultura (BAHIA, Secretaria, 1934, p. 21) “a eficiência do ensino, sobretudo prático, foi sempre objeto de dúvidas e não poucos foram os descrentes e demolidores que procuravam o seu ofuscamento e anunciavam a sua desvalia”. Mas, deve-se reconhecer, também, que a Escola Agrícola da Bahia, que ao longo da sua história recebeu varias denominações, a exemplo de Imperial Instituto de Agricultura da Bahia, Imperial Escola Agrícola da Bahia (1877); Instituto Agrícola da Bahia (1904); Escola Média-Teórico-Prática de Agricultura da Bahia (1911); Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (1916); Escola Agrícola da Bahia (1919); Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (1967) representou uma das primeiras referências aos estudos agrônômicos na Bahia e no Brasil<sup>82</sup>.

As fontes citadas neste trabalho apontam várias razões para o fracasso político e educacional da Escola Agrícola da Bahia nessa sua primeira fase. Dentre as várias razões indicadas, destaca-se a crítica à metodologia de ensino, aplicada na instituição. Afirma-se que a metodologia, priorizava o ensino teórico e não o teórico-prático, como se verificava em instituições congêneres existentes, no Brasil, e em outros países. E, no conjunto das disciplinas adotadas, exigia-se do alunado uma base teórica, especialmente de matemática, a qual o aluno tinha dificuldade de acompanhar e obter, assim, a aprovação nessa disciplina, questão que também contribuía para o abandono da instituição por parte da maioria dos alunos. Sobre essa questão, A Lavoura (out. 1897, p. 24) dizia o seguinte: “caracterizado pelo estudo demorado de matemática e pela exigência de defesa de teses como prova final, exprime a transcendência de seus estudos puramente teóricos”. No mesmo artigo, lê-se que os assuntos abordados na Escola não despertavam o interesse dos alunos.

---

<sup>82</sup> Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escagba.htm>. Acesso em 15 de jan. 2013.

Nessa discussão, a Escola alegava que essa ênfase ao aspecto teórico atendia, também, aos desejos dos grandes proprietários locais, que desejavam a formação de engenheiros e veterinários aos seus filhos, sem a necessidade de enviá-los para Salvador, Recife, Rio de Janeiro, onde estes costumavam ser mandados a estudar e se tornar bacharéis em Direito ou doutores em Medicina. Enquanto isso, no entendimento da Sociedade Nacional de Agricultura, esse ensino bacharelesco se contrapunha com uma visão formalista, visto que, para essa Sociedade, o propósito da Escola deveria ser o de formar um quadro técnico, que defendesse os processos de inovação, os interesses da produção e da produtividade agrícolas, visando o desenvolvimento das forças produtivas, a formação prática e ênfase nos campos de experimentação.

Dessa soma de fatores resultou o esvaziamento gradual da Escola Agrícola, que entre 1877 e 1904, “esteve sob a direção geral do Instituto Bahiano de Agricultura” (BAHIA, SECRETARIA, 1934, p. 18). Esse esvaziamento da Escola provocou, praticamente, o abandono dos 122 sócios fundadores de 1859. Em 1903 existiam apenas dois sócios. Assim, na primeira fase, a Imperial Escola Agrícola da Bahia esteve subordinada ao Governo Imperial e, posteriormente, ao Governo Federal.

Em 1904, ao tomar posse como Governador, José Marcelino de Souza procedeu a avocação da escola de São Bento das Lages e transferiu todo o acervo do Instituto Bahiano de Agricultura para o controle do governo baiano. Extinguiu-se, assim, o Instituto Bahiano de Agricultura. Extinto o Instituto, “terminava também, a primeira fase da sua Escola Agrícola” (BAHIA, SECRETARIA, 1934, p. 21). E criava-se o Instituto Agrícola do Estado da Bahia.

Do conjunto das informações, extraídas em A Lavoura, se conclui que a decadência da referida Escola, até as vésperas do governo de José Marcelino, foi consequência de variados fatores, aos quais se incluíam interesses políticos dos produtores locais, carência de recursos financeiros e metodologia de ensino. Havia um grande descompasso entre o ensino e pesquisa na área da agricultura, praticados em países como Alemanha, França, Japão, por exemplo, quando se comparava o da Bahia a eles.

Desde a época em que fora Deputado Geral pela Bahia, José Marcelino de Souza já discutia a crise da agricultura, em discurso proferido no Parlamento, durante a sessão em que se discutia o orçamento do Ministério da Agricultura, em 5 de agosto de 1887, para o exercício de 1888, José Marcelino de Souza, como se referiu acima, já dizia que “nosso país é agrícola, é exclusivamente agrícola, é eminentemente agrícola, tudo mais é secundário” (SOUZA, 1948, p. 28). E propunha, nesse mesmo discurso, que o Governo deveria fundar algumas fazendas e institutos agrícolas e ao lado do ensino agrícola, oferecesse o ensino prático, para servir de modelo ao agricultor e, através do ensino teórico e da prática, mostrar quais os melhores meios de trabalho.

Essa discussão levantada por José Marcelino de Souza em 1888, é retomada, em parte, em 1903, com a criação do Boletim da Secretaria da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas do Governo do Estado da Bahia, Boletim. Esse Boletim informativo, criado na gestão do Secretário Miguel Calmon do Pin e Almeida, de periodicidade mensal e distribuição gratuita, traduz as políticas públicas adotadas, e os interesses que gravitavam em torno das questões agrícolas na Bahia, e correspondia, em sua linha editorial, a outra publicação dos interesses agrícolas de circulação nacional que era A Lavoura. Apesar de não se ter tido acesso para este trabalho, soube-se, através do estudo de Nilton de Almeida Araújo (ARAÚJO, 2006), da existência de outro Boletim, denominado, O Agrônomo, publicado pela Sociedade Bahiana de Agricultura, também de circulação mensal, que circulou desde os primeiros anos da década de 1900, e corresponderia aos interesses agrícolas, vistos sob a ótica da Sociedade Bahiana de Agricultura.

As medidas adotadas por José Marcelino, para o ensino agrícola, estão expostas no Decreto nº. 291, de 17 de fevereiro de 1905, composto de 217 artigos. Esse decreto que trata da criação do Instituto Agrícola do Estado da Bahia, e definiu no Cap.1, Art. 1º que “O Instituto Agrícola do Estado da Bahia será mantido por intermédio da Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, que tinha como secretário Miguel Calmon do Pin e Almeida (BOLETIM, jan. a mar.1905, p. 1). Nesse Decreto nº. 291, de 17 de fevereiro de 1905, lê-se no Art. 2º que o ensino profissional agrícola será ministrado por meio de:



- a) Escolas Práticas de Agricultura direcionadas à formação de agricultores e criadores;
- b) Escolas Práticas Elementares de Agricultura, com o fim de preparar feitores e trabalhadores aptos a execução racional dos serviços rurais;
- c) formar professores itinerantes cuja formação consistia em propagar os métodos racionais de trabalho rural nos centros agrícolas e pastoris do estado, realizando para tal fim, conferências e demonstrações;
- d) criar estações ou laboratórios agronômicos, que tem por objetivo efetuar experiências e investigações acerca dos assuntos de interesse da lavoura;
- e) prepara boletins e publicações onde se consigam dados e observações concernentes à indústria agrícola e pecuária (BOLETIM, jan. a mar. 1905, p. 2).

As ações de José Marcelino de Souza, ao proceder à intervenção nesta instituição de São Bento das Lages, em 1904, se devem, muito, ao empenho de Miguel Calmon, então nomeado secretário de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Essas ações resultaram na renovação total do imóvel, incluindo-se reforma dos laboratórios com aquisição de novos instrumentos, reformas nas salas de aulas, dormitórios, refeitórios e áreas de experimentação, montagem dos gabinetes de química, construção de uma casa para o químico, reconstrução de três casas de professores e de dois galpões para depósitos de máquinas e materiais, construção do estábulo, restauração de uma estrada, tendo sido começadas algumas plantações e preparado terreno para o campo de experimentações. A essas reformas se somou a contratação de novos professores e funcionários, dentre os quais o suíço, Leo Zehntner, que se encontrava em Java, onde desenvolvia pesquisas com agricultura tropical, sendo um grande conhecedor da cultura do cacau. Esse contrato foi feito por indicação de M. Calmon, para que L. Zehntner dirigisse e coordenasse as pesquisas na Escola (BOLETIM, jan. 1903, p. 53).

Para o funcionamento do Instituto, foi importado da Europa grande quantidade de material técnico e bibliográfico para a Escola e para os gabinetes, e da Índia chegou o gado encomendado, composto de três touros, duas vacas, uma novilha, um bezerro, sendo, porém, todo da raça Nelore, o qual se achava em regulares condições. A esse estabelecimento foram anexados o Campo Prático de Vinicultura e a Fazenda Modelo. (MENSAGEM, 1907, p. 62).

No entendimento de José Marcelino, o Instituto Agrícola deveria ter dois propósitos básicos: elaborar pesquisas direcionadas à problemática agrícola e repassar os resultados dessas pesquisas aos lavradores, com vistas a dinamizar e modernizar a agricultura baiana. Sob direção de Leo Zehntner inaugurou-se o Instituto Agrícola da Bahia, em 6 de maio de 1907 (SOUZA, 1948, p. 57). Esse Instituto Agrícola iniciou suas atividades com a instalação dos laboratórios, da estação agrônômica, preparo do terreno para se efetuar o plantio, etc. As pesquisas de laboratório tinham, dentre outros propósitos, identificar causas de moléstias que atacavam plantas e animais. Ao final de 1907, totalizavam nove tarefas de terras cultivadas apenas com canas, nos campos de demonstração e viveiros, já se tinha feito experiências com cinquenta variedades de plantas, dentre estas, experiências com fumo e mandioca, batata doce, batata inglesa, inhame, milho, feijão, cânhamo, juta, linho, além de duzentos pés de coqueiros plantados e, variedades de árvores frutíferas provenientes de Java (Souza, 1948, p. 63). Visto assim, pode-se deduzir que o Instituto Agrícola atendia aos propósitos de José Marcelino de Souza, quando defendia que o ensino agrícola era um dos meios para a superação da modernização da agricultura e uma via para a superação da crise agrícola.

Apesar do empenho político com que José Marcelino tratou a questão do Instituto Agrícola, esse empenho não foi bastante para torná-la uma instituição de referência positiva e atraente para a permanência de professores, técnicos e alunos. Na mensagem apresentada ao legislativo estadual, na abertura da segunda sessão ordinária de 1908, encontra-se, por exemplo, a soma de recursos financeiros, despendidos pelo Governo em 1907, para manter o Instituto em funcionamento. Esses recursos totalizaram 142:614\$477 réis, sendo este valor repartido entre o pessoal nacional, que compreendia um gasto de 28:329\$657, ao pessoal estrangeiro o total de 34:576\$220; além de outras despesas (SOUZA, 1908, p. 47).

Dadas as diferentes dificuldades encontradas, o diretor do Instituto, Leo Zehntner não conseguiu conciliar seus interesses de pesquisador, professor, diretor juntamente com os interesses de José Marcelino em tornar o Instituto um centro de referências aos estudos agrícolas na Bahia. De acordo os documentos da Secretaria de Agricultura (BAHIA, Secretaria, 1934, p. 23 – 24), “o Dr. Zehntner não nutria interesses pelo ensino agrônômico”, Zehntner propunha limitar o Instituto a uma

estação experimental. Essa divergência de propósitos entre o Governo e a direção do Instituto pode ter contribuído para que, em 24 de fevereiro de 1907, Zehntner se dirigisse ao governo do Estado acusando-o dos motivos de sua inatividade e exigia 150:000\$000 réis, mínimo por ano, “ou então o Governo liquida este negócio no mais breve prazo, sobre a base do meu contrato, restituindo-me a liberdade de ação e aos meus auxiliares estrangeiros” (BAHIA, Secretaria, 1934, p. 25).

É ainda, nos apontamentos históricos sobre a Escola Agrícola da Bahia (BAHIA, Secretaria, 1934, p. 25), que se extrai a informação na qual, o aproveitamento dos poucos alunos, era motivo de constantes queixas nos registros e nos relatórios dos professores. Estes alegavam que o alunado, em geral, revelava pouco interesse ao lado de um preparo preliminar quase nulo. “Chegando o professor Silveira a dizer da impossibilidade de continuar o curso superior, que não teria razão de ser, com tais pretendentes a nobre classe”. Esclarecia ainda, João Silveira, que demonstrava ser pessoa conhecedora dos problemas técnicos, da agricultura baiana, haja vista que, durante o período do governo Severino Vieira, esse governador o encarregou de estudar a possibilidade de se implantar, no Vale do Rio São Francisco o cultivo da parreira e distribuição de mudas entre os plantadores. Silveira visitou os estados do Sul do País, especialmente São Paulo, com o objetivo de estudar as técnicas relacionadas ao cultivo da uva. Por essas razões, João Silveira demonstrava ser, além de conhecedor dos problemas técnicos da agricultura, um conhecedor, também, dos problemas técnicos e pedagógicos da Escola Agrícola da Bahia.

Muito se discutia a respeito da necessidade do ensino, do ponto de vista dos proprietários e do governo, o Decreto nº 293, de 23 de fevereiro de 1905, tratava do regulamento do Instituto Agrícola da Bahia, mas na leitura do Regimento do Instituto, observa-se o rigor com que era tratada a questão da disciplina do alunado. Lê-se no Art. 9º - Parágrafo único:

Os alunos são obrigados a todos os trabalhos manuais que hajam de efetuar-se nos campos, laboratórios, gabinetes, estábulos, oficinas e mais dependências do estabelecimento, conforme os regulamentos determinarem (SOUZA, 1948, p. 57).

Para se deduzir o perfil social desse alunado, pode-se observar, na mesma fonte, o

Art. 11º - O Instituto receberá alunos internos e externos, pensionistas e gratuitos.

João Silveira era conhecedor da vinicultura e defendia a importância de se desenvolver o cultivo da uva na região de Juazeiro, na Bahia, como se lê em artigo de sua autoria publicado no Boletim da Secretaria da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas do Governo do Estado da Bahia, Boletim, (jan. 1903, p. 15). João Silveira foi nomeado professor, ao mesmo tempo, secretário do Instituto Agrícola, no período de 1905 a 1907. Com a saída de Leo Zehntner, nesse ano, ocupou também a direção do Instituto até o final do governo de José Marcelino, em 1908. De acordo com o estudo histórico da Secretaria da Agricultura (BAHIA, Secretaria, 1934, p. 25), e Souza (1948, p. 62), o quadro de pessoal do Instituto, em 1907 era composto por Leo Zehntner, diretor; João Bião Cerqueira, professor, vice-diretor e médico; Victor Argolo Ferrão, João Silvério Guimarães e João Silveira, professores do curso agrônomo; Carlos Ernesto Julius Lohmann, químico, Edmundo Schubert, agrônomo e zelador zootécnico; José Joaquim de Aragão Bulcão, auxiliar agrônomo; professor Christino Neves, da Colônia Agrícola Educadora, além dos funcionários administrativos e diaristas.

Com o fim do governo de José Marcelino, não se deu continuidade ao processo de recuperação do ensino agrônomo e o Instituto Agrícola entrou novamente em declínio. O governador João Ferreira de Araújo Pinho (1908-1911), que sucedeu a José Marcelino de Souza, alegou não dispor de meios econômicos para manter a instituição. Após os trâmites burocráticos, o Instituto foi devolvido ao Governo Federal com todos os seus bens móveis, imóveis e semoventes. O Governo Federal, com o Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, criou em São Bento das Lages, a Escola Média Teórico-Prática de Agricultura da Bahia, ato regulamentado pelo Decreto nº 8.584, de 1º de março de 1911. Naquele momento, após três anos de estudos, mais um ano de estágio, o aluno receberia o diploma de agrônomo (AMARAL, 1958, p. 263). Um dos aspectos a se notar nessa transferência do Instituto Bahiano de Agricultura para o Governo Federal foi, a centralização da formação técnica e acadêmica, naquele momento setores ligados a Sociedade Nacional de Agricultura defendiam um controle maior do Governo Federal sobre essa questão. De acordo com Araujo (2006, p. 125).

A transferência do Instituto Agrícola da Bahia para o Governo Federal e sua transformação em Escola Teórico-Prática de Agricultura, constituiu um dos momentos de consolidação do movimento ruralista junto ao Estado brasileiro. Em torno do início da década de 1910 o movimento vivia um período relativamente exitoso. Em 1909 o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, reivindicado pela Sociedade Nacional de Agricultura se tornara realidade.

Situadas no âmbito da dialética entre infraestrutura e superestrutura, houve, portanto, durante a primeira década de 1900, muitas ações com vistas a modernizar a agricultura brasileira, através do ensino de novas práticas agrícolas. Não foi apenas a criação da Escola de Veterinária do Exército, pelo Decreto nº 2.232, de 6 de janeiro de 1910, e a criação da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária, esta última também criada pelo Decreto 8.319, de 20 de outubro de 1910, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, - vice-presidente em exercício, em virtude do falecimento do presidente eleito Afonso Pena -, vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Entende-se que o processo de renovação dos processos da produção não ocorria apenas no setor do ensino e das técnicas agrícolas, o setor financeiro caminhava ao lado desse processo de modernização, porque o que se observava era, nos editoriais de *A Lavoura*, a exigência de se modernizar a agricultura e se oferecer crédito financeiro para arcar com os custos (*A LAVOURA*, ano XII, nº 7, julho 1908, p. 291), que se pode entender também, como parte dos processos de financeirização que se defendia como processo de modernização da economia agrícola, no Brasil e na Bahia, naquele momento.

Nesse contexto, foi republicado, em 6 de novembro de 1912, o Decreto nº 9.857, que regulamentou a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, assinado pelo presidente da República, Hermes Rodrigues da Fonseca e pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Pedro de Toledo. Mas decorridos três anos, em 1914, o governo da União diante dos insucessos obtidos em São Bento das Lages, mandou suspender o Curso de Agronomia e manteve a Escola fechada até abril de 1917 (*BAHIA. Secretaria*, 1934, p. 28-29).

Nesse mesmo Decreto nº 9.857 de 1912 estavam estabelecidas as bases específicas para educação agrícola, entendida nos níveis de formação fundamental e especial. Com esse Decreto, o ensino superior deveria seguir as diretrizes e

programas de formação de acordo com a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, do Rio de Janeiro<sup>83</sup>. O ensino técnico fundamental seria ministrado por escolas teórico-práticas de agricultura, com ênfase na formação de técnicos, para atuação nas várias áreas da atividade rural, devendo ambas as instituições, dispor de campos de demonstração, práticas agrícolas, manejo do solo e terras áridas, escolas de laticínios, dentre outras atividades pertinentes ao ensino e atividade.

No propósito de organizar politicamente os grandes proprietários de terras, a Sociedade Nacional de Agricultura promoveu, regularmente, encontros, palestras e propaganda em jornais diários, defendendo o cultivo de novos gêneros agrícolas. O boletim *A Lavoura* e o *Diário da Bahia* publicaram, durante toda a primeira década do século XX, por exemplo, informações a respeito do cultivo do cacau e difusão de novos gêneros agrícolas. Com esse propósito de modernização da agricultura e organização dos proprietários de terras, efetuou-se em 1901, o 1º Congresso Brasileiro de Agricultura em Recife, Pernambuco (AMARAL, 1958, p. 286), a 1ª Conferência Açucareira da Bahia, em 1902 e, em 12 de março de 1905, a 2ª Conferência Açucareira, teve lugar em Recife, Pernambuco (SOUZA, 1948, p. 54)

Comparando-se as notícias, de *A Lavoura*, com aquelas publicadas nos jornais diários da cidade do Salvador, e que circularam na Bahia, na primeira década do século XX, conclui-se que a Sociedade Nacional de Agricultura fazia as proposições das políticas agrícolas ao governo e as defendia perante a sociedade. Duas dessas proposições eram defendidas com mais empenho: uma se relacionava ao ensino agrícola e, a outra, ao financiamento da produção agrícola, através de sindicatos, instituições bancárias, voltadas especificamente para atender os interesses agrários, a exemplo de banco da lavoura e/ou cooperativas de crédito agrícola.

No que diz respeito à contribuição efetiva da Escola Agrícola para a modernização da agricultura baiana, Araújo, (2006, p. 120) salientou que um balanço cobrindo o período que vai de 1875 a 1911, os 36 anos de maior atividade institucional da Escola Agrícola, sugeriu que a instituição produziu um acervo de conhecimentos

---

<sup>83</sup> Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9857-6-novembro-1912-504215-republicacao-99157-pe.html>. Acesso em 19 jan. 2013.

técnico-científicos, que contribuiu para a expansão e consolidação no Recôncavo Bahiano, das lavouras da cana-de-açúcar, fumo, café e algodão, tipicamente geradoras de mercadorias, que estavam nas bases da economia agrícola do Estado da Bahia, além de mandioca e outros tubérculos e raízes, legumes diversos, bem como de atividades de produção animal, voltadas, majoritariamente, para o mercado interno. Entende-se que, mesmo sendo uma medida acertada por parte de Miguel Calmon du Pin e Almeida, e José Marcelino de Souza, houve desencontros entre os interesses do Governo e interesses dos produtores agrícolas, porque findo o período do governo José Marcelino de Souza, incentivador da difusão de novas técnicas agrícolas, o Instituto Bahiano de Agricultura entrou em crise financeira e de gestão, inclusive com a decisão de Leo Zehntner em não continuar dirigindo a instituição.

Na mensagem legislativa, de 1910, o governador João Ferreira de Araújo Pinho dizia que o Instituto Agrícola, mantido pelo Estado com os maiores sacrifícios, não correspondia plenamente aos seus fins. A não ser o pequeno resultado de alguns ensaios feitos tinha sido inteiramente negativo o resultado obtido, com os dois cursos criados, tendendo o superior a extinguir-se por falta de alunos, o que deixava transparecer claramente não ser possível, por este meio, desenvolver-se o ensino profissional agrícola no Estado (PINHO, 1910, p. 48). O governador alegava que, com os serviços do Instituto, foram despendidos o ano findo de 1909, a quantia 172:107\$000 (cento e setenta e dois contos, cento e sete mil réis), sendo preciso, usando de autorização ao governo, abrir um crédito suplementar de 22:107\$060, por ter sido de 150:000\$000 a dotação orçamentária (PINHO, 1910, p. 49).

O Instituto Bahiano de Agricultura, e o empenho de José Marcelino de Souza, para efetivá-lo e torná-lo uma instituição de referência nos estudos, ensino e prática de novas técnicas agrícolas, foi, do ponto de vista das ações com vistas a modernização da agricultura, um momento importante. Entretanto, deve-se ponderar que, ao defender e implantar essa Instituição de ensino, José Marcelino, atendia também aos reclames da Sociedade Bahiana de Agricultura e da Sociedade Nacional de Agricultura, como se observou em notas de periódicos acima citados.

## Capítulo 4

### 1. SOCIEDADE BAHIANA DE AGRICULTURA, O CRÉDITO AGRÍCOLA E O SINDICATO DE AGRICULTORES

#### 1.1 Banco de Crédito Agrícola

Entre o final do século XIX e o início do século XX, como já salientado, a economia baiana se debatia entre a modernização dos meios técnicos e financeiros e a permanência de práticas herdadas do modelo mercantil escravista. As porta-vozes dos interesses agrícolas eram, enfatizando, a Sociedade Nacional de Agricultura e sua filiada, na Bahia, a Sociedade Bahiana de Agricultura, instituição criada na cidade do Salvador, em 1902.

De acordo com Araujo (2006, p. 93) a primeira década do século XX representou um momento de rearticulação das elites agrárias do Estado da Bahia. Em 1902, após o 1º Congresso Brasileiro do Açúcar, foi criada em Salvador a Sociedade Bahiana de Agricultura. Esta defendia a ideia de que o problema da agricultura era a ausência de crédito financeiro, proposição constantemente repercutida pela A Lavoura, integrando este Estado na crise nacional. Ennes de Souza, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, em 1897, tomava como exemplo a difusão do crédito agrícola na Europa e defendia a importância de se implantar no País os bancos agrícolas. Com esse objetivo insistia e argumentava

Tomemos para prova um simples exemplo, dentre os milhares e milhares de instituições de idênticos intuitos que felicitaram a Alemanha, a França, a Itália, a Bélgica, a Áustria, a Escócia e outros países.

Esses bancos agrícolas tem sua origem na primitiva caixa de empréstimo rural, depois tornada no Banco Popular de Berna, que foi fundado em 2 de abril de 1869 pelo Dr. J. Stoisel e pelo Coronel Feis. Esse instituto que estreou em 1º de junho de 1869 se tornou, posteriormente, o Banco Popular Suíço (A LAVOURA, dez. 1897, p. 22).



As propostas de criação de banco para financiar os negócios agrícolas no Brasil, se apoiava em experiências semelhantes que ocorriam em toda a Europa. De um lado, se buscava em experiências externas as saídas para a modernização da lavoura e superação da crise agrícola e, por outro lado, atender às demandas de expansão do capital financeiro sobre o território brasileiro.

O fim do banco popular é, portanto, o seguinte: como diz A. Cartois, aproximar o empregador de fundos do possuidor de capital, é essa a obra útil. Cada um deles empregador e possuidor (ou devedor e credor) perderia tempo (pelo menos) sem um intermediário, isto é, o dinheiro pois “time is money” para achar a sua contra parte. Esse intermediário é o banco (A LAVOURA, jan. 1898, p. 21).

Passados três anos desse pronunciamento, Eannes de Souza, ao defender o financiamento bancário, como medida importante para a atividade agrícola, afirmava, em janeiro de 1900: “não nos move o amor-próprio na campanha que sustentamos, mas somente o sincero desejo de servir ao país” (A LAVOURA, jan.1900, p. 3).

Assim, Ribeiro (1982, p. XIV), afirmava que a província baiana já dispunha de instituições creditícias, a exemplo da Caixa de Reserva Mercantil, a Caixa de Economias e a Caixa Hipotecária<sup>84</sup>. E, até nas cidades do interior, elas se fizeram presentes com suas instalações, como ocorrido em Santo Amaro e Cachoeira, desde o ano de 1856. A criação do Banco da Bahia, em 1858, mostra a presença do capital financeiro na economia urbana baiana, incluindo o Recôncavo<sup>85</sup>. Desse modo, a presença do crédito, em região de agricultura de exportação do Recôncavo, remonta a período anterior a 1856. As diferenças entre essas primeiras instituições e as ações empreendidas pela Sociedade Nacional da Agricultura eram, justamente,

---

<sup>84</sup> O livro é de autoria de AZEVEDO, Thales de; LINS, Edilberto Quintela Vieira. História do Banco da Bahia, 1858-1958. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1969.

<sup>85</sup> A Casa de Descontos pode ser considerada o primeiro banco criado na Bahia, datando de 1817-1818. Com facilidade emissora, tinha entre seus acionistas duas figuras do comércio e do capital financeiro na Província baiana, Pedro Rodrigues Bandeira e Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, visconde e depois marquês de Barbacena. Um hiato de timidez retardou a criação de outros bancos, pois a Caixa Econômica, depois Banco Econômico, surgiu em 1834, o Banco Comercial da Bahia em 1845, a Sociedade Comércio, depois Banco Emissor, e o Banco da Lavoura em 1848. Seguiram-se outros em 1853. Em 1856 abriram-se as “Caixas Comerciais”, em Cachoeira e em Santo Amaro (CARDOSO, 1997, v. 4, t. 2, p. 289).

esse caráter abrangente das regiões economicamente dinâmicas do território baiano, abarcando, inclusive essas áreas de pouca expressividade econômica, por atender a uma dinâmica mais local, que era o caso, por exemplo, de São Felipe.

No caso específico, em estudo, para tentar sanar a crise agrícola que dominava o território baiano, e atender aos insistentes pedidos, em setembro de 1902, o governador Severino Vieira deu início ao processo da criação do Banco Agrícola da Bahia, através da Lei nº 474 de 5 de Setembro de 1902, inaugurado em novembro de 1905. Essa lei instituiu as bases jurídicas do banco, inicialmente lastreado num capital de cinco mil contos de réis.

Em novembro de 1905, José Marcelino de Souza nomeou Araújo Pinho, genro de João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, para presidir o Banco de Crédito da Lavoura da Bahia, recém-fundado e instalado na Bahia (SOUZA, 1950, p. 159). A criação desse banco remonta a 5 de setembro de 1902, quando o governador Severino dos Santos Vieira sancionou a Lei nº 474, concedendo favores e estabelecendo as bases para a fundação de um banco de crédito territorial e agrícola, no Estado da Bahia, para cuja constituição, o § 23 do art. 6º, da lei orçamentária nº 45, de 9 de setembro de 1901, havia determinado a cobrança do imposto de 1% sobre o valor oficial, na exportação de todos os produtos agrícolas. Entretanto, apenas em 1º de janeiro de 1905, durante o governo de José Marcelino de Souza, abriu-se, efetivamente, a subscrição pública do seu capital; e em 16 de outubro de 1905, foi instalado esse Banco de Crédito da Lavoura da Bahia, e em 14 de novembro daquele mesmo ano, começou a funcionar, autorizado pelo Decreto do Governo Federal nº 5.652, de 26 de agosto de 1905.

#### DECRETO Nº 5.652 - DE 26 DE AGOSTO DE 1905

Concede autorização para funcionar ao Banco de Crédito da Lavoura da Bahia e aprova os respectivos estatutos.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, atendendo ao que requereu o Dr. Joaquim Ignacio Tosta, agricultor, residente no Estado da Bahia:

Resolve conceder ao Banco de Crédito da Lavoura da Bahia a necessária autorização para funcionar e aprovar os estatutos que a este acompanham, pelos quais rege-se o mesmo banco.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1905, 17º da Republica.

Francisco de Paula Rodrigues Aves

Leopoldo de Bulhões.

## ESTATUTOS DO BANCO DE CREDITO DA LAVOURA DA BAHIA

### Capitulo I

#### Organização, Sede, Duração e Fins do Banco

Art. 1º - É constituída com a denominação de Banco de Crédito da Lavoura da Bahia uma associação anônima, de conformidade com as leis federais que regem a matéria e a lei estadual n. 474, de 5 de setembro de 1902, para operar em empréstimos à lavoura e às indústrias conexas, neste Estado.

Art. 2º - A sede do banco será nesta cidade do Salvador para todos os efeitos jurídicos, e a sua duração de 35 anos, a contar da data de sua instalação; podendo o prazo ser prorrogado por deliberação da assembléia geral.

Art. 3º - O banco tem por fim:

a) Emprestar, sob hipoteca, penhor agrícola ou caução:

1º. aos agricultores, criadores ou profissionais das indústrias conexas;

2º. aos sindicatos agrícolas, organizados de acordo com a lei n. 979, de 6 de janeiro de 1903, e as cooperativas agrícolas de todo gênero, nas quais se compreendem especialmente as caixas rurais do tipo Raiffeisen<sup>86</sup>.

b) Servir de intermediário, em beneficio dos profissionais da agricultura e das indústrias conexas, quer individualmente, quer coletivamente, agremiadas em associações agrícolas, não só para a compra de animais reprodutores de raça, máquinas agrárias, aparelhos e utensílios destinados á profissão de seus competentes, como também para a venda de seus produtos; podendo emitir warrants, nos termos das leis federais. A comissão por estas operações será estabelecida pela diretoria, não podendo exceder de 2 1/2 %<sup>87</sup>.

.....

A criação de um banco, para cuidar especificamente dos negócios da lavoura, não foi uma ação isolada do governo baiano. A lei mostrava uma preocupação maior do Estado, em termos nacionais, em criar meios capazes de fomentar o financiamento

<sup>86</sup> As caixas rurais do tipo Raiffeisen, tiveram inicio na Suíça entre o final do século XVIII e inicio do século XIX, deram origem, posteriormente a Banco Nacional Suíço.

<sup>87</sup> Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=42933>. (Acesso em 19 jan. 1913).

da atividade agrícola. O boletim A Lavoura discutia, também em âmbito nacional, entre seus associados e leitores, a sua visão a respeito dos propósitos de se ter bancos de crédito agrícola, enquanto na Bahia, essa discussão cabia a Sociedade Bahiana de Agricultura, como se lê em nota do Diário da Bahia.

Sociedade Bahiana de Agricultura: Entre nós, - o governador, a Assembléia Geral Legislativa e a Sociedade Bahiana de Agricultura, isto é, o Estado, representado pelos seus poderes constituídos e a lavoura representada pelo seu órgão legítimo, compreendendo a gravidade da situação econômica e a necessidade de criar o crédito agrícola, lançaram as bases legais de um banco com a denominação de "Banco de Crédito da Lavoura" que pela sua estrutura, mostra ser uma verdadeira transição do oficialismo bancário, para o regime de liberdade individual, fortificada pelo espírito associativo (DIÁRIO DA BAHIA, 24 fev. 1903, p. 1).

A ação do Governo da Bahia, na figura de José Marcelino de Souza, foi um dos fatores determinantes para que o Banco de Crédito da Lavoura se concretizasse. A isto, deve-se considerar dois casos centrais: o interesse do Governo em que a Bahia contasse com a casa bancária, pelo fato de ser uma demanda de setor econômico mais importante da sociedade, que era a agricultura, e o fato do Governador ter, entre seus colaboradores políticos, Miguel Calmon du Pin e Almeida e José Marcelino de Souza, representantes da Sociedade Bahiana de Agricultura.

Banco de Crédito da Lavoura: Para a criação do banco de Crédito da Lavoura, o Estado entra com quatro mil contos que será constituído pela renda do imposto módico de 1% adicional a exportação dos produtos agrícolas (DIÁRIO DA BAHIA, 24 fev. 1903, p. 2).

Essa conjunção de interesses políticos, - entre a Sociedade Bahiana de Agricultura e o governo do Estado -, se observa, por exemplo, em 1903, época de implantação do banco citado. Severino Vieira governava a Bahia, José Marcelino, presidente da Sociedade Bahiana de Agricultura, solicitou ao governador o apoio político para que Araújo Pinho fosse eleito senador estadual. Eleito senador, Araújo Pinho não terminou o mandato, renunciando-o para presidir o Banco de Crédito da Lavoura da Bahia, em 1905, donde saiu para ocupar o cargo de Governador do Estado em maio de 1908 (ARAGÃO, 1923, p. 256). A isto, some-se esta nota do Diário da Bahia, na qual se verifica que José Marcelino, efetivamente era liderança importante junto a Sociedade Bahiana de Agricultura. A nota tem o propósito de indicar as

proximidades entre interesses dos donos de propriedades agrícolas e do governo no período em apreço.

Sociedade Bahiana de Agricultura: efetivou-se ontem, conforme fora convocada, a sessão extraordinária de assembleia geral da Sociedade Bahiana de Agricultura presidida pelo Dr. José Marcelino. (DIÁRIO DA BAHIA, 26 jun. 1903, p. 1).

Em 30 de junho de 1902, a Sociedade Bahiana de Agricultura concedeu a José Marcelino de Souza o diploma de sócio fundador e, no dia 6 de janeiro de 1907, a Sociedade Nacional de Agricultura, em reunião solene, conferia o diploma de sócio honorário ao vice-presidente da República, Nilo Peçanha e ao governador da Bahia, José Marcelino de Souza (SOUZA, 1948, p. 82). A isto, some-se a nota, já citada acima, do Diário da Bahia, na qual se indicava que José Marcelino de Souza presidia a Sociedade Bahiana de Agricultura, e que atuavam conjuntamente na defesa de interesses comuns e busca de soluções para a modernização da agricultura e superação da crise agrícola. Note-se que, na figura de membro efetivo da Sociedade Bahiana de Agricultura, José Marcelino, ao mesmo tempo em que governava a Bahia, ao proporcionar a criação da casa bancária, fortificava a instituição e ampliava sua participação nas decisões dos negócios agrícolas. Concretizar a proposta de criação da casa bancária dos produtores rurais se apresentava, também, como uma das alternativas a superação da crise agrícola.

Banco de Crédito Agrícola: O deputado Ignácio Tosta concluiu os estudos do Banco de Crédito Agrícola da Bahia. A fundação desse banco é aqui [na Bahia] reputada de grande alcance para esse Estado (DIÁRIO DA BAHIA, 12 jan. 1904, p. 1).

Nesse processo de criação do Banco de Crédito Agrícola muito se empenhou o deputado, pelo 2º Distrito da Bahia, Joaquim Ignácio Tosta, homem de prestígio político, presidente da Assembleia Geral, no Congresso Nacional, signatário da elaboração da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, e um dos principais representantes dos interesses agrícolas na Bahia, na época do Governo de José Marcelino de Souza. Cuidava-se pois, nesse ano de 1904, da busca de subscritores do capital para constituir o banco, como se observa em nota do Diário da Bahia (27 dez. 1904, p. 1).

Sociedade Bahiana de Agricultura: Realizou-se ontem na sala das sessões do Senado, a reunião dos membros da Sociedade Bahiana de Agricultura [...] o objetivo da reunião foi a verificação das listas dos subscritores do capital para o banco de Crédito Agrícola e a discussão do projeto de estatuto em reunião a realizar-se em dia que for marcado.

Cabe lembrar que Araújo Pinho (advogado), Severino Vieira (advogado), José Marcelino (advogado), Miguel Calmon (engenheiro), etc. eram todos profissionais liberais, além disso, representantes de interesses comuns ao governo e à Sociedade Bahiana de Agricultura, imbuídos no propósito de criação do Banco Agrícola como meio de modernizar a agricultura bahiana. E desde o princípio do governo de José Marcelino e as iniciativas políticas de seu secretário Miguel Calmon, mostravam, que o crédito era uma das preocupações centrais tanto do governo, como dos produtores rurais, com vistas a superação da crise agrícola. Posto a funcionar o banco, finalmente se efetivava uma das bases de apoio à tentativa de superação da crise. Na mensagem apresentada ao legislativo, em 1907, referente ao ano anterior, José Marcelino de Souza, fez o seguinte esclarecimento,

Em janeiro do ano passado [1905] iniciou o Banco da Lavoura as suas transações, que, embora sem o desenvolvimento a que pode atingir, devido ao capital ainda insuficiente de que dispõe, alcançaram, entretanto, ao encerrar-se o ano, a importância de 980:200\$00 sendo 956:200\$000 em hipotecas de propriedades rurais e acessoriamente de prédios urbanos, avaliados com segurança em 2.239:500\$000 e 24:000\$000 em penhor de móveis e semoventes avaliados em 49:000\$000 (SOUZA, 1907, p. 89).

Observe-se as referências a hipotecas de propriedades rurais indicadas na nota acima, e se constata que, naquele momento, a propriedade da terra, já se constituía, efetivamente, um bem de capital e o principal elemento garantidor de transações de empréstimos entre o banco e os detentores de documentos de propriedade de terras. Observe-se também, já na nota a seguir, evidências dessa atuação conjunta em torno dos interesses do governo e dos agricultores, relacionados ao crédito bancário, como se tem discutido neste texto. Atente-se, também, à própria fala do governador, José Marcelino de Souza, contida na mensagem, apresentada na abertura dos trabalhos legislativos, em 1908, ao se reportar à questão do Banco de Crédito da Lavoura.

Fundado em 1º de março de 1905 e instalado a 24 de Novembro desse ano, e contando, pouco mais de dois anos de funcionamento, vai o banco de Crédito da Lavoura dia a dia inspirando a confiança à lavoura e espalhando os benefícios do crédito por essa importante classe, que a falta deste recurso, estava lutando com os mais sérios embaraços e dificuldades (SOUZA, 1908, p. 68).

Do ponto de vista da ampliação dos domínios sobre o território, e da penetração do capital financeiro na economia agrícola na Bahia, no começo do século XX, a criação do Banco da Lavoura, em 1º de março de 1905, é uma referência importante no conjunto de medidas com vistas a superação da crise agrícola. Denota também, um momento importante da presença do capital financeiro nas atividades agrícolas em território bahiano. Visto que o banco passaria a servir de intermediário em benefício dos profissionais da agricultura e das indústrias conexas, quer individualmente, quer coletivamente, agremiados em associações agrícolas, para comprar animais reprodutores de raça, utensílios destinados à profissão (SOUZA, 1948, p. 67)

Instalado o Banco da Lavoura na Bahia, as propostas da Sociedade Nacional de Agricultura, na segunda metade da década de 1900, se dirigiam para a criação do Banco Central Agrícola. Então, em 9 de julho de 1908, pelo Decreto 7.010<sup>88</sup>, Affonso Augusto Moreira Penna autorizou a criação da instituição destinada a fornecer à lavoura o auxílio de capitais e de crédito. Nascia o Banco Central Agrícola, instituição centralizadora dos negócios econômicos e financeiros da agricultura brasileira. Pode-se ler no exemplar de A Lavoura, em nota abaixo, alguns dos artigos do documento de aprovação do Banco por parte do Governo Federal. A Lavoura (ano XIII, nºs 4-6, abr.- jun.1909, p. 105), publicou o projeto no qual se definiam os estatutos de funcionamento do Banco Central Agrícola, composto por 69 artigos, destes, destacam-se os que se seguem:

#### Projeto dos Estatutos do Banco Central Agrícola do Brasil

##### Título I

---

<sup>88</sup> Decreto nº 7.010, de 9 de Julho de 1908. Dava regulamento para execução do Decreto nº 1.782, de 28 de novembro de 1907, que autorizava o governo a promover a fundação de um Banco Central Agrícola, destinado a fornecer o auxílio de capitais e de crédito à lavoura. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7010-9-julho-1908-523263-publicacaooriginal-1-pe.html>. (Acesso 19 jan. 2013).

### Organização Prazo e Sede

Art. 1º - O Banco Central Agrícola do Brasil, organizado na conformidade da lei nº 1782 de 28 de novembro de 1907, será regido pelos presentes estatutos, formulados de acordo com o decreto nº 7.010 de 9 de julho de 1908, e mais legislação em vigor, relativa às sociedades anônimas.

Art. 2º - O prazo de sua duração será de 30 anos, contados a partir da data do decreto que definitivamente validou os presentes estatutos.

Art. 3º - A sede e o foro jurídico do banco serão a cidade do Rio de Janeiro.

Art. 4º - O capital social é de 30.000:000\$ dividido em 150.000ações de 200\$ cada uma.

.....  
Art. 33º - O Banco Central será administrado por três diretores, sendo um eleito pelos acionistas e dois de nomeação e demissão livre do governo.

Art. 34º - O mandato da diretoria durará quatro anos (A LAVOURA, ano XIII, nºs 4-6, abr.- jun. 1909, p. 105).

O governador Araújo Pinho, que sucedeu José Marcelino, destacou, na mensagem, apresentada ao Legislativo, em 1909, que o Banco de Credito da Lavoura já atestava prosperidade, como se verificava na progressão crescente das receitas apuradas. Isto indica, também, que efetivamente, havia, por parte de uma parcela dos proprietários rurais, uma demanda efetiva pelo crédito agrícola. Nota-se, que houve maior movimentação financeira, maior concentração de fundos em 1907, não se analisou as causas da queda de fundos em 1908. Também não se buscou analisar porque havia essa disponibilidade de capital para investimento, como demonstra o movimento das operações bancárias, enquanto se alegava que a economia agrícola atravessava uma conjuntura de crise financeira.

1906 - 39:445\$540 (trinta e nove contos, quatrocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta réis); 1907 - 103:695\$258 (cento e três contos, seiscentos e noventa e cinco mil, duzentos e cinquenta e oito réis); e, 1908 - 84:530\$537 (oitenta e quatro contos, quinhentos e trinta mil, quinhentos e trinta e sete réis) (PINHO, 1909, p. 12).

Desta forma, se concretizava um dos quatro pilares da plataforma política de José Marcelino de Souza, com vistas a modernizar a agricultura bahiana, como notados anteriormente, quais foram: um melhor aproveitamento do solo, que poderia ser obtido através do ensino de novas técnicas agrícolas, a mão de obra através da imigração, esta não se efetivou, os maquinismos, incluindo-se aí, também, os meios de transporte, e o capital, fornecido através de casas bancárias.



## **Sindicatos agrícolas**

Em consonância com as proposições defendidas pela Sociedade Nacional de Agricultura, além de cuidar do ensino agrícola, e da busca de recursos para a criação de um banco que financiasse a agricultura, deu-se também ênfase à criação de sindicatos e cooperativas agrícolas. As organizações classistas já eram antigas, mas no Brasil foram precedidas pelas irmandades, sociedades de socorro mútuo, círculos operários, etc., organizações que foram fortificadas a partir da realização do I Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, em plena época do governo de José Marcelino. Esse evento contou com participantes, majoritariamente do Rio de Janeiro e São Paulo, em atenção às primeiras instalações industriais e da soberania econômica e política dos cafeicultores daquela região e no contexto da substituição do trabalho escravo pelo assalariado, mas refletiu-se por todo o território, especialmente através da imprensa.

Havia, portanto, uma demanda dos setores organizados da produção agrícola, pela criação de sindicatos de agricultores, a leitura dos principais jornais, que circulavam na cidade do Salvador, e na Bahia, na primeira década do século XX, observa-se que, no conjunto das questões, relacionadas à economia agrícola baiana, a crise da lavoura era um tema recorrente. Dentre várias alternativas, discutia-se também, meios para superação da crise e, com a colaboração da Sociedade Bahiana de Agricultura, era defendida a ideia, de que a criação de sindicatos, cooperativas e bancos de crédito, voltados ao financiamento de atividades pertinentes à lavoura, seriam meios eficazes para a superação dos problemas agrícolas. E conseqüentemente, manter a hegemonia dos proprietários rurais no controle das políticas destinadas à lavoura e aos lavradores. Essas proposições, entendidas como modernizadoras, já estavam presentes desde 1897, nos editoriais de *A Lavoura*, como se viu, órgão oficial da Sociedade Nacional da Agricultura. Com o título “A pequena lavoura e as sociedades de crédito”, *A Lavoura* (dez. 1897, p. 21), em longo artigo defendia a importância de se organizar os sindicatos agrícolas no Brasil. Assim, desde seus primeiros exemplares, de 1897 e até a primeira década de 1900, praticamente todos os meses *A Lavoura* publicava informações a respeito da importância de se organizar os sindicatos dos profissionais da agricultura.

Tal como existe na Europa, o sindicato agrícola é uma associação livre de lavradores a que se agrupa toda a sorte de aderentes a essa profissão para o fim exclusivo de tratarem dos interesses coletivos (A LAVOURA, jul.1900, p. 252).

Discutia-se também, que o sindicato, além de congregar os profissionais da agricultura e indústrias afins, deveria constituir cooperativa de crédito e armazém próprio onde os trabalhadores pudessem comprar tudo de que precisassem, a preços mais baixos, visto que eram adquiridos por atacado. Havia assim, propósitos comuns entre os interesses públicos e privados, em organizar o setor produtivo agrícola, através de sindicatos de agricultores, porque em 6 de janeiro de 1903, o governo do presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves fez publicar o Decreto nº 979, que facultava, especificamente aos profissionais da agricultura e indústrias rurais, a criação de sindicatos. Medida que, certamente, representava um avanço nas formas de se organizar os produtores e a produção agrícolas no país.

#### Decreto nº 979, de 6 de Janeiro de 1903

Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de Sindicatos para defesa de seus interesses.

Art. 1º - É facultado aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem-se entre si sindicatos para estudo, custeio e defesa de suas terras.

.....  
Art. 9º - É facultado ao Sindicato exercer a função de intermediário de crédito a favor dos sócios.

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1903

Francisco de Paula Rodrigues Alves

Lauro S. Muller (DIÁRIO DA BAHIA, 24 jan. 1903, p. 2).

A Sociedade Bahiana de Agricultura, como se viu, foi fundada em 24 de fevereiro de 1902. Em 1904, era representada na Bahia por Joaquim Ignácio Tosta, homem político, deputado federal, proprietário de terras e engenho, situados na região do Iguape/Curralinho, na desembocadura do rio Paraguassú, no município de Cachoeira. Não se sabe se por influência ou interesse direto do seu proprietário, foi no Engenho Calembá, onde se deu uma das primeiras iniciativas, ao permitir aos agricultores a formação do Sindicato do Iguape, como se lê nesta nota: “Domingo, no Engenho do Calembá, de propriedade de Dr. Ignácio Tosta, situado em São Tiago do Iguape, foi efetivada a criação do Sindicato Agrícola do Iguape” (DIÁRIO DA BAHIA 11 mar. 1903, p. 1). Sobre este Sindicato do Iguape é interessante

observar que, em 1904, se constituiu a partir dele, uma cooperativa de crédito com o propósito de intermediar a compra e venda de produtos de uso pessoal ou doméstico, a preços menores. Lendo-se alguns artigos do seu estatuto, é possível se extrair algumas das finalidades da cooperativa de crédito do Sindicato do Iguape, onde os agricultores se associavam, subscrevendo ações da cooperativa, como está estipulado nos seus estatutos no Art. 3º, como se vê abaixo.

Cooperativa de Consumo do Sindicato Agrícola do Iguape  
Estatutos

Título I - Da fundação, fim e duração:

Art. 1º É constituída no município de Cachoeira, no Estado da Bahia, uma Sociedade Anônima Cooperativa de capital variável e ilimitado, denominada Cooperativa de Consumo do Iguape, com sede na freguesia de São Tiago do Iguape.

Art. 2º O fim da sociedade é comprar gêneros alimentícios, combustíveis, roupas e outros objetos de consumo doméstico para ceder aos sócios pelo custo e mais uma porcentagem mínima correspondente as despesas de transporte, administração, etc., e vender a pessoas estranhas com lucro limitado não superior a 20%.

Art. 3º As ações são de 20\$000 cada uma e os sócios poderão subscrever quantas quiserem sem limitação alguma.

.....  
Art. 6º. Só podem fazer parte da cooperativa os societários do Sindicato Agrícola da Iguape (DIÁRIO DA BAHIA, 7 mai. 1904, p. 2).

Observe-se que apenas os sócios do sindicato poderiam fazer parte da cooperativa. Cabe enfatizar que, nesta questão da organização dos sindicatos agrícolas, se destacava, como já indicado, a atuação de Ignácio Tosta, presença constante no noticiário dos jornais baianos, por defender a necessidade de se organizar os lavradores e a agricultura a partir de sindicatos agrícolas. Com esse propósito Ignácio Tosta organizou, em 1903, uma excursão agrícola, que teve início em Castro Alves, passou pelo Sapé, Conceição do Almeida e finalizou em São Felipe, onde presidiu a instalação do sindicato agrícola local. No momento em que iniciava a excursão agrícola, conforme notificou a imprensa, Joaquim Ignácio Tosta ocupava as funções de vice-presidente e presidente honorário do Congresso Nacional de Agricultura, da 1ª Conferência Açucareira da Bahia e Presidente da Sociedade Bahiana de Agricultura, denotando a importância que lhe atribuíam os setores politicamente organizados da produção agrícola bahiana e nacional.

Excursão Agrícola: O Dr. Joaquim Ignácio Tosta abre a Primeira Conferência projetada pela Sociedade Baiana de Agricultura na cidade de Castro Alves onde se discutira o Decreto de 6 de janeiro de 1903 sobre a criação de Sindicatos Agrícolas e tratará da organização do Banco de Crédito da Lavoura (DIÁRIO DA BAHIA, 10 fev. 1903, p. 1).

De acordo com os relatos de Henrique Cancio, jornalista encarregado pelo do Diário da Bahia para acompanhar a excursão agrícola, a primeira conferência, proferida por Ignácio Tosta, ocorreu em Castro Alves, no dia 14 de fevereiro de 1903, num sábado, às duas horas da tarde. Após a conferência partiu de trem para Sapé. Na estação ferroviária de Sapé, os excursionistas trocaram o transporte para cavalo e, às seis horas da tarde, entravam na Vila de Conceição do Almeida, onde foi proferida a segunda conferência agrícola e a instalação do sindicato local.

Excursão Agrícola: A Intendência Municipal da Vila de Conceição do Almeida, 5 de fevereiro de 1903

Ilmo. Sr. – deve chegar a esta Vila, no dia 9 do corrente mês, o estimado chefe político e operoso deputado federal, o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Ignácio Tosta, o qual pretende, no dia 10, fazer uma conferência no Paço Municipal, no sentido da organização de um sindicato agrícola, que é modernamente o meio de reformar e regenerar a lavoura em nosso país. Acompanham s. ex. os exmos. srs. Dr. Reis Magalhães, digno senador estadual e secretário da Sociedade Bahiana de Agricultura e o provecto jornalista Henrique Cancio, que vem representando o Diário da Bahia (DIÁRIO DA BAHIA, 14 fev. 1903. p. 2).

Nessa informação jornalística consta também, que Conceição do Almeida exportava fumo, o qual era reputado como o melhor nos mercados europeus. Produzia em média, 50 mil fardos, de 5 arrobas cada um, além de cultivar café, numa proporção de 30 mil sacas, na média. Conceição do Almeida ficava num centro agrícola, numa equidistância de, mais ou menos, 6 léguas de Curralinho posteriormente, município de Castro Alves, e a mesma distância, aproximada de, Santo Antônio de Jesus, Maragogipe e Cachoeira, havendo necessidade de uma estrada de ferro, com percurso de 86 quilômetros, que ligasse Maragogipe a essa Vila. Assim fosse, "... a Vila de Conceição do Almeida, tornar-se-ia um empório de primeira ordem para a economia dessa região" (DIÁRIO DA BAHIA, 14 fev. 1903. p. 1), a construção desse ramal ferroviário foi uma das reivindicações nessa ocasião. Naquela mesma época, a Estrada de Ferro de Nazareth se expandia em direção a Jequié e Vitória da Conquista. E já havia esse meio de transporte em cachoeira, Cruz das Almas, Sapé,

Santo Antônio de Jesus, Nazaré e São Roque de Maragogipe. Não havia, porém, esse meio de transporte em Conceição do Almeida e São Felipe.

O fato de Conceição do Almeida e São Felipe não terem sido contempladas com o transporte ferroviário, pode também, estar relacionado à própria estrutura da produção agrícola local, caracterizada com o que se denomina de economia de subsistência que, como mostrou Fraga Filho (2006, p. 253), “era uma região caracterizada por formas complexas de relações de produção, posse e uso da terra que abrangia o grande proprietário e o pequeno proprietário ou roceiro”, aqueles que, juntamente com o pequeno proprietário, compunham a categoria de trabalhadores rurais que, com enxada, foice e facão, limpavam a terra, faziam a coivara, queimavam o roçado, sulcavam a terra com sua enxada, semeavam, limpavam, colhiam e entregavam ao proprietário da terra ou o comerciante, o produto do seu trabalho. A estes, especificamente, não se pode afirmar que o Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903, tenha alterado seu padrão de vida.

Desse modo, e de acordo com o texto do Decreto, se entende que, para a Sociedade Nacional da Agricultura, todos eram lavradores ou trabalhadores rurais, não havia, especificamente uma distinção entre pequenos e grandes proprietários de terras. Participava do sindicato e/ou cooperativa quem pudesse se associar e que possuíssem recursos para comprar suas ações. Denotando a condição de classe dos proprietários rurais e membros do sindicato. Sendo assim, após os discursos de praxe e agradecimentos, encerrou-se a conferência e instalação do sindicato agrícola de Conceição do Almeida, e a excursão agrícola seguiu para a cidade de São Felipe, com o mesmo propósito de criação do sindicato agrícola local. Cabe observar os lugares sociais ocupados pelos representantes da economia agrícola local, destacando-se o reverendo e as patentes militares, veja-se a nota a seguir.

As 4 horas da tarde, o revd. Padre José Lourenço presidente do Conselho, assumiu a presidência e explicou o objetivo da reunião que era a posse da comissão municipal da Sociedade Baiana de Agricultura e a conferência do Dr. Ignácio Tosta.

Tomaram lugar a mesa os membros da comissão, sendo escolhidos presidente o Sr. Coronel Ceciliano Silva Gusmão e secretário o Sr. Reynaldo José Pereira, intendente do município, tendo como subscritores da Cooperativa de Beneficiamento Agrícola de São Felipe

os senhores: Coronel Florentino Borges da Ressurreição, Reynaldo José de Oliveira, Coronel Ceciliano Silva Gusmão, Dr. José Marcelino de Souza, Manoel Justiniano Moura Medrado, Vigário José Lourenço, Manoel Francisco dos Prazeres, Dr. Joaquim Rosendo Pinto (DIÁRIO DA BAHIA, 15 fev.1903, p. 2).

O nome de José Marcelino de Souza estava incluído nessa notícia, como subscritor da Cooperativa de Beneficiamento Agrícola de São Felipe, entretanto não se pode afirmar que ele, estivesse fisicamente presente à reunião. Sabe-se, como já fora salientado, que José Marcelino de Souza era proprietário de terras em São Felipe, e nesse ano de 1903, era membro destacado da Sociedade Bahiana de Agricultura, razão para que seu nome constasse como membro da referida comissão municipal. Esclareça-se, que na mesa, estavam os membros da comissão, José Marcelino e os outros foram apontados, também, como subscritores das ações da cooperativa. Apesar de constar o nome, a fonte não indica se José Marcelino de Souza, efetivamente, esteve presente a essa reunião da criação do sindicato agrícola de São Felipe. Seja como for, esta foi a única referência que se encontrou da presença de José Marcelino de Souza em um evento em São Felipe.

Se observa que a maioria das pessoas indicadas como fundadores do sindicato agrícola de Conceição do Almeida, e São Felipe, possuíam designação de uma determinada patente militar, juntamente com médico e religioso, setores que dominaram a política bahiana durante o período em apreço. Evidencia também, que nessa região prevalecia, de alguma forma, as práticas políticas do que se denominou coronelismo, relacionado ao mandonismo local. Queiroz, (1997, p. 46) indicou que o coronelismo foi um sistema de poder político e econômico presente nas práticas políticas do mundo rural, especialmente no Nordeste do Brasil, na época da República Velha (1889-1930). Uma das características do coronelismo era o enorme poder político e econômico concentrado em mãos de um poderoso proprietário de terra, um fazendeiro ou um senhor de engenho próspero.

Neste caso específico das relações entre sindicato e coronelismo, isto incida duas questões interessantes: de certo modo, sindicatos e cooperativas agrícolas representavam iniciativas modernizantes impostas de fora; de outro modo, o coronelismo representava uma visão mais tradicional herdeiras das relações

socioeconômicas locais. Dessa forma, do ponto de vista da Sociedade Bahiana da Agricultura, o sindicato representava um modo avançado e modernizante de organização dos proprietários, com tendências a transformar as relações socioeconômicas que se operavam no território. Mas essa ação modernizadora representada na figura do sindicato, poderia também, confrontar com o perfil historicamente considerado tradicional, atribuído a maioria das pessoas detentoras dessas patentes militares, e controladoras do poder local. Seja como for, dentro dos marcos temporários desta pesquisa, não se pôde averiguar, se os sindicatos efetivamente, contribuíram para modernizar a economia e as práticas agrícolas nessa região de São Felipe no período em questão. Observou-se, porém, que encerrada a excursão agrícola, continuou, Ignácio Tosta, sua campanha em defesa da propagação do crédito bancário junto aos produtores rurais. Porque o Diário da Bahia de 24 de fevereiro de 1903 reproduzia, pronunciamento de Ignácio Tosta, onde esclarecia algumas das realizações da Sociedade Bahiana de Agricultura.

A realização da Conferência Açucareira, a propagação dos princípios básicos do Banco de Crédito da Lavoura e da lei orgânica dos Sindicatos Agrícolas – tais são, senhores consórcios, os principais esforços tentados pela Sociedade Baiana de Agricultura em prol da lavoura no primeiro ano de sua existência (DIÁRIO DA BAHIA, 24 fev. 1903, p. 2).

A nota acima sintetiza os esforços da Sociedade Bahiana de Agricultura para modernizar as atividades agrícolas e superar a conjuntura de crise. Mas permite pensar, também, que havia uma articulação entre o Banco Central Agrícola, o Banco de Crédito da Lavoura, os sindicatos e as cooperativas de crédito. Essas instituições surgiram a partir de proposições da Sociedade Nacional de Agricultura, representante dos interesses agrícolas, e inspirada no que se praticava em algumas regiões e países da Europa Ocidental naquele momento, então centro de produção e reprodução de novas relações capitalistas, entendidas, por certos setores da sociedade bahiana, como relações modernizadoras. Ao propor essa modernização, a Sociedade Bahiana de Agricultura, inseria alguns setores da economia agrícola, nos processos de reprodução financeira do capital, ao tempo em que, estabelecia vínculos diretos e indiretos, por exemplo, entre proprietários de terras da Vila de São Felipe e esses processos de modernização, na medida em que havia um sindicato, a cooperativa de crédito, o banco bahiano, e este se reportava ao Banco Central

Agrícola, organizados a partir do Governo Federal (Decreto federal, nº 6.532 de 20 de junho de 1907), tentava-se assim, estabelecer novos vínculos, outras formas de dependência entre produtores, capital e o território, desde a economia de subsistência de São Felipe à Usina de Açúcar do Recôncavo.

Interesses Agrícolas: O Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado recebeu esta comunicação:

Sindicato Agrícola de Cotegipe e Matoim, na Usina São João, no distrito de São Miguel de Cotegipe.

Ilmo. E Exmo Senhor – Temos a sabida honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que hoje teve lugar, neste distrito a reunião de proprietários e agricultores de grande e pequena lavoura, bem como de pessoas interessadas na cultura do campo e indústria pastoril resolvendo definitivamente a organização do Sindicato Agrícola de Cotegipe e Matoim tendo sido aprovados os respectivos estatutos (DIÁRIO DA BAHIA, 18 jun. 1904, p. 1).

Além de Ignácio Tosta, retratado na imprensa bahiana, como o principal propagador das idéias de se constituírem sindicatos e cooperativas de crédito agrícola, note-se que, Miguel Calmon du Pin e Almeida, responsável pela administração da agricultura nos governos de Severino Vieira (1900-1904), e José Marcelino de Souza (1904-1908), eleito deputado federal pela Bahia em 1906, assumiu, no governo do presidente Affonso Augusto Moreira Pena (1906 - 1909), o cargo de Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, como foi referido no Boletim da Sociedade Nacional da Agricultura (A LAVOURA, jan. fev. 1908, p. 34-37). Nesse processo de modernização da agricultura através do crédito bancário, sindicatos e ensino de novas técnicas agrícolas, Miguel Calmon foi um dos homens que mais se destacaram na busca de novas saídas para a crise agrícola, ocupou os principais postos, ou pastas, responsáveis pelas questões da economia agrícola na Bahia, e em seguida, no Governo Federal, seu nome pouco aparece nos jornais, mas foi dele, por exemplo, a iniciativa de criar o Boletim da Secretaria de Agricultura Viação e Obras Públicas, e através desse Boletim, difundir suas idéias sobre a economia agrícola naquela primeira década de 1900.

Pela propaganda, boletins, excursão, visitas, e todos os esforços no sentido de sindicalizar os agricultores, permite verificar que o agricultor sindicalizado tinha maior possibilidade de acesso ao crédito agrícola. Porém, pelos balanços do Banco de Crédito Agrícola, verifica-se que o capital declarado, na maioria dos casos, eram



hipotecas de propriedades. Assim, o lavrador que solicitasse crédito tinha que oferecer garantias ao banco de que a dívida seria paga. Precisava, portanto possuir bens, especialmente os de raiz para tanto. Por outro lado, ao contrair o crédito, precisava, também, produzir para manter-se e gerar um excedente para cobrir os custos dos empréstimos ou financiamentos da produção contraídos junto a cooperativa. Nada de novo nisto, obviamente, a novidade estava no fato de tanto as regiões que possuíam equipamentos mais modernos, como as usinas, quanto aquelas de menos expressão, tiveram acesso ao sindicalismo e cooperativismo.

É neste sentido, as afirmações de que a Sociedade Nacional de Agricultura e a Sociedade Bahiana de Agricultura, ao buscarem saídas para a crise agrícola, tomando como referências experiências europeias, criaram, também, oportunidades para a penetração do capital no território, com tendências a alterar as relações sociais de produção circulação e consumo: modernizavam-se a agricultura, abria-se espaços ao capital. Assim, observou-se na década de 1900, a publicação de boletins, a criação dos sindicatos agrícolas, cooperativas de crédito agrícola, do Sindicato Agrícola Central da Bahia, Banco de Crédito da Lavoura, Banco Central Agrícola. Pelas notícias, como a apresentada abaixo, denota-se outra vez, que os sindicatos, organizados nos municípios do interior, estavam, também, articulados ao Sindicato Central Agrícola da Bahia. Este tinha os mesmos propósitos, que os sindicatos, como também, incentivarem a propagação do crédito junto aos agricultores e apoiar a educação agrícola. Deduz-se que havia propósitos específicos em se organizar os produtores e a produção agrícola.

Aos Senhores Agricultores Bahianos: na reunião extraordinária da assembleia geral da Sociedade Bahiana de Agricultura, foram discutidos e aprovados os Estatutos do Sindicato Agrícola Central da Bahia, cujo objetivo central consiste em:

- a) constituir uma cooperativa de consumo;
- b) organizar uma caixa de crédito central;
- c) formar um campo de demonstração onde os agricultores aprendam a cultura racional, científica, que com menos dispêndio, produz maior resultado (DIÁRIO DA BAHIA, 15 mai.1904, p. 2).

A criação de sindicatos agrícolas regulamentada pelo Decreto, já citado, em 1903, pode, também, ser entendido como uma conquista importante para a união e

fortalecimento político dos proprietários de terras e lavradores, entendidos como profissionais da agricultura e indústrias rurais. Foi um instrumento a mais no conjunto das intervenções do Estado no território e um meio de se tentar superar a crise da lavoura. A partir desse Decreto, nota-se, nos jornais e Boletins que circulavam em Salvador, constantes referências a criação de sindicatos agrícolas nas regiões da Bahia, foi o caso de Curaçá, onde também se organizou sindicato. Nota-se a presença de sindicatos agrícolas em outras regiões, além do Recôncavo.

Interesses Agrícolas: Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, foi dirigida, em data do dia 10 do mês passado, a seguinte comunicação: Exmo. Sr. Comunico a V. Ex. que acha-se definitivamente instalado o Sindicato Industrial Agrícola do Curaçá, devido aos esforços do nosso consórcio Dr. Plínio de Magalhães Costa, que inspirou-se nos nobilíssimos intuitos da propaganda em boa hora levantada pela Sociedade Nacional de Agricultura (DIÁRIO DA BAHIA, 7 jun. 1904, p. 1).

Os jornais baianos reproduziam as proposições da Sociedade Nacional de Agricultura que, por sua vez, repetia as práticas europeias e americanas. Apoiada em Decreto federal, nº 6.532 de 20 de junho de 1907, já citado, lutava-se pela implantação dos sindicatos agrícolas como forma de organizar os proprietários rurais. Para ilustrar a questão, desse Decreto federal, se destaca o seguinte:

Decreto nº 6.532 de 20 de junho de 1907.

Aprova o regulamento para a execução do decreto legislativo nº 979 de 6 de janeiro de 1903.

Art. Único. - Fica aprovado o regulamento que com este baixa, assinado pelo ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, para execução do decreto legislativo nº 979, de 6 de janeiro de 1903.

Rio de janeiro, 20 de junho de 1907, 19º da República.

Affonso Augusto Moreira Pena.

Miguel Calmon Du Pin e Almeida

(A LAVOURA, jan. fev. 1908, p. 34-37).

O Decreto 979, de 6 de janeiro de 1903, a presença do Instituto Agrícola da Bahia, o Banco de Crédito Agrícola, sindicatos, cooperativas, o aumento da rede ferroviária e navegação marítima, estímulos à imigração, e a instalações industriais, etc., tudo isso se somava aos esforços do governo Bahiano e da Sociedade Bahiana de Agricultura com vistas a modernizar a agricultura e superar, a conjuntura de crise, que afetava a economia rural, especialmente do Recôncavo naquele momento.

José Marcelino de Souza, Araújo Pinho, Miguel Calmon, Ignácio Tosta, como já notados, esses homens que conduziam os interesses da Sociedade Bahiana de Agricultura e do governo agiram como defensores da modernidade, imposta pelos avanços do capital financeiro sobre o território, estimulando a agricultura e renovação das relações sociais e de produção no mundo rural. É certo que o capital financeiro se expandiu e se consolidou em outras regiões do País, em virtude da forte campanha desenvolvida, a partir dos editoriais d'A Lavoura, dos subsídios e patrocínios para as lavouras do café no Sudeste e do cacau no Sul da Bahia, entre outras iniciativas na zona rural. Essas foram medidas importantes para se modernizar as relações sociais e de produção agrícolas, ante uma conjuntura de crise econômica, embora esta não tenha sido então sanada.

A Lavoura (mar.1909, p.1) afirmava que o sindicalismo e cooperativismo estavam se impondo, cada vez mais, como medida urgente e de maior alcance para os interesses da lavoura. Decorrida, pois, uma década, a campanha em prol da criação de sindicatos agrícolas continuava, ainda, nesse mesmo exemplar, se pode ler que: “a Sociedade Nacional de Agricultura tem procurado sempre demonstrar que ante a crise agrícola que nos oprime, impõe-se a necessidade de diminuir o custo da produção” (A LAVOURA, mar. 1909, p. 8). E para diminuir o custo da produção, além de sindicatos e crédito, cobrava do governo o incentivo à atração de imigrantes estrangeiros para suprir a carência de mão-de-obra na agricultura.

Sabe-se que a mão-de-obra imigrante se destinou primeiramente aos centros urbanos mais dinâmicos e as áreas de cafezais no Sudeste. Do mesmo modo, não houve homogeneidade, na oferta de capitais, e nos melhoramentos das diferentes regiões do Recôncavo, devido a várias causas, esse é um fator importante para se discutir sobre as desigualdades econômicas e técnicas, territoriais ou regionais. Essa falta de homogeneidade, interesses locais, características econômicas particulares de cada região, são fatores que ajudam a explicar, também, porque regiões distantes de grandes centros urbanos absorveram mais lentamente a penetração do capital financeiro no seu território, e entender que a presença dos sindicatos e cooperativas não alteraram, substancialmente, a estrutura econômica de São Felipe no período analisado.

## CONCLUSÕES

Os jornais que circulavam na cidade do Salvador na primeira década do século XX, juntamente com as mensagens legislativas dos governadores desse mesmo período, denunciavam que a economia agrícola atravessava uma profunda crise. Alegava-se, que a crise afetava as finanças do governo e o privava de investimentos, sem esses investimentos não se tinha como superar a crise agrícola e financeira. Nesse mesmo período, os principais dirigentes governamentais e de secretaria de governo, a exemplo de José Marcelino de Souza, natural de São Felipe e, Miguel Calmon du Pin e Almeida, eram, também, membros e dirigentes da Sociedade Bahiana de Agricultura, que através do seu presidente, Joaquim Ignácio Tosta, deputado federal pela Bahia, ocupava nesses jornais diários, espaço considerável, onde se defendia os melhoramentos necessários à agricultura baiana.

A Sociedade Nacional de Agricultura, criada no Rio de Janeiro em 1897, era a instituição da sociedade civil, que propunha as medidas para modernizar a agricultura brasileira e, através da Sociedade Bahiana de Agricultura, criada na cidade do Salvador, no início da década de 1900, indicavam que a modernização da economia agrícola passava, necessariamente, pela oferta de mão-de-obra imigrante, ensino de novas técnicas agrícolas, organização política dos proprietários de terras através de sindicatos agrícolas e, oferta de crédito, por meio de cooperativas de crédito, constituídas a partir dos sindicatos agrícolas, banco agrícola estadual e, banco central agrícola. Os defensores dessa modernização se espelhavam em exemplos buscados na Europa Ocidental, especialmente, França, Suíça, Alemanha e Inglaterra, sabidamente, naquele momento, centros dinâmicos dos avanços do capitalismo e, conseqüentemente, de novas relações sociais de produção, circulação e consumo, que se operavam naqueles territórios.

A essa teia de relações entre interesses agrícolas, de governo, e de instituições privadas, propondo oferta de crédito, para se melhorar a estrutura da economia agrícola baiana, através de experiências européias, resultou em que se extraíssem entendimentos a respeito dessas proposições, como influxo da presença do capital financeiro sobre o território, neste caso específico, o Recôncavo baiano.

Como São Felipe é parte integrante desse Recôncavo baiano, dirigiu-se este estudo, no sentido de averiguar de que modo esses processos de modernização, interferiu e alterou a estrutura socioeconômica dessa região, historicamente caracterizada por possuir economia de subsistência. Nessa averiguação, priorizaram-se, componentes empíricos e teóricos, referentes às dinâmicas socioeconômicas de São Felipe, com foco na economia agrícola. E, utilizando-se como fonte de pesquisa, dentre outros, inventários de bens, verificou-se, de que forma, a crise econômico-financeira, que afetava a economia agrícola do Recôncavo da Baía de Todos os Santos, na primeira década do século XX, afetou essa região estudada.

Uma das constatações que se obteve, é que não se observou nenhuma ação direta do Estado, com vistas a alterar a estrutura socioeconômica, quer na sede urbana ou na zona rural de São Felipe, durante o governo do sanfilipense José Marcelino de Souza. Essa aparente ausência da ação do Estado, fez com que, São Felipe se mantivesse, até o período estudado, com uma característica de “economia familiar”, articulada com a dinâmica de pequeno comércio urbano ou, diretamente dependente de Maragogipe e Nazaré, como espaços de escoamento da sua produção econômica ou de aquisição de produtos básicos de uso cotidiano. Esses municípios se constituíram, juntamente com a cidade do Salvador e, São Felipe, centros interdependentes, alimentadores e escoadores de alguns produtos básicos da economia dessa região.

Além de analisar a dinâmica econômica da região de São Felipe, um dos propósitos era averiguar, também, se José Marcelino de Souza teria usado, de alguma forma, os recursos do Estado, para beneficiar economicamente, essa região de São Felipe, o que resultou num reconhecimento negativo, mesmo sendo ele natural dessa vila do Recôncavo baiano, moveu ideias para empreender a abertura de um ramal ferroviário para São Felipe, mas isto não se concretizou.

Com o uso de inventários como fontes de dados, nas análises da estrutura socioeconômica se verificaram duas realidades empíricas, inicialmente interessantes, como a rusticidade dos meios de produção, através da manutenção de uma antiga tradição e, a convivência dessa tradição com o capital financeiro, sinônimo da modernidade. Por um lado, relações sociais de produção, circulação e

consumo, refletiam uma sociedade caracteristicamente rural, possuidora de instrumentos de trabalho artesanais: pilões de pilar café e escaraçadores de moer cana, tachos, engrenagens movidas a manivela, canga de bois, animais do trabalho e lavouras sazonais, mantendo, como pilares da economia agrícola local, o cultivo de produtos tradicionais, como a mandioca, a cana de açúcar e o café.

As fontes indicaram que a estrutura produtiva, no seu aspecto técnico, funcionava com o uso de poucos instrumentos da modernidade industrial. Constatou-se que, a criação da Cooperativa de Crédito Agrícola de São Felipe em 1903, do Sindicato Agrícola de São Felipe e estes, ao Banco de Crédito Agrícola da Bahia e, à Sociedade Bahiana de Agricultura, todos articulados, de algum modo, as proposições defendidas pela Sociedade Nacional de Agricultura. Isto não alterou, significativamente, a base técnica ou as relações sociais de produção, tecnicamente, mantiveram a tradição de lavrar a terra e processar seus produtos, com muitos dos instrumentos elaborados artesanalmente em madeira e, operados através dos familiares dos proprietários da terra, seus rendeiros, agregados e animais do trabalho.

Mesmo se levando em consideração as características históricas dessa região de São Felipe que, pela tradição do cultivo da mandioca, cana e café, era considerada uma região periférica, no conjunto da economia do Recôncavo baiano, mesmo assim, não estava isolada ou imune a essa penetração do capital financeiro no território rural. Visto o empenho de Joaquim Ignácio Tosta, presidente da Sociedade Bahiana de Agricultura, que em visita a São Felipe em 1903, defendia que os proprietários de terras locais, aderissem a idéia do sindicato e cooperativa de crédito agrícolas. Faltou, porém, em Ignácio Tosta, conhecer melhor as demandas dos produtores locais, antes de importar uma idéia europeia e tentar implantá-la, numa vila, ainda não totalmente integrada às modernas relações sociais e de produção, como se verificava na Europa, local de origem dessa forma de organização rural.

Em São Felipe, observou-se relações sociais de dominação com base na propriedade da terra, essas relações sociais e de produção se definiam a partir da condição de proprietários e não-proprietários da terra e instrumentos da produção. Produziam-se mercadorias para serem comercializadas, havia um mercado que

absorvia o excedente da produção e seus derivados. Existia, portanto, uma produção socialmente determinada com base nas condições sociais de proprietários e não-proprietários de terras, e relações de parentesco simbólico, entre lavradores-proprietários e seus respectivos agregados e rendeiros que, mesmo nessas circunstâncias, estavam presentes, também, mecanismos políticos de cooptação e dependência, entre trabalhadores proprietários e não-proprietários de terras.

Havia, portanto, uma região, uma sociedade, uma produção socialmente determinada e, um sistema jurídico e político que garantia a propriedade privada da terra e normatizava as relações socioeconômicas. Nessa perspectiva, priorizou-se algumas terminologias ou categorias de análises, a exemplo de lavrador-proprietário, situado como proprietário da terra e dos instrumentos da produção. Além disso, subsistiam os rendeiros e agregados os trabalhadores, situados na condição política e social de não-proprietários, nem da terra, nem, muitas vezes, dos instrumentos da produção. Observou-se também que a posse e uso da terra para atividade agrícola, se constituíam no componente centralizador da reserva de valor dessa região, no período analisado. A terra era, também, um bem de capital, porque podia ser penhorada ou hipotecada, como garantia de empréstimos bancários.

A posse da terra era obtida por variados meios, através da compra, doação ou herança. Como herança, podia ser repassada de geração em geração, através de laços de parentescos em linha direta, simbólicos ou rituais, a exemplo da endogamia e apadrinhamentos. Observou-se a fragmentação da propriedade em terrenos em comum ou terras em comum, com a divisão feita em vida, mas mantendo-os dentro da família. Atribuiu-se a essa prática, uma estratégia política com vistas a manter a coesão familiar e patrimonial das propriedades. Assim, a posse e uso da terra tinham, portanto, esse caráter de determinar como se articulavam as redes sociais, na medida em que, com a obtenção de um quinhão de terras, o indivíduo alçava à condição de lavrador-proprietário. Isso pressupunha uma elevação do seu *status* social, econômico, por vezes também, político.

A análise dos inventários possibilitou exemplificar mais um germe do capitalismo como se configurou no campo baiano, o germe da questão agrária nas relações sociais de produção, em que a presença de rendeiros, agregados, e a repartição da

propriedade como “terras em comum” dissimulavam a concentração aspectos da concentração fundiária no Recôncavo da Bahia, mesmo se considerando a região analisada, caracterizada como economia de subsistência.

A base da produção agrícola estava centrada no cultivo da cana-de-açúcar; mandioca e café, com excedente comercializável. Esse excedente se direcionava ao mercado da região do Recôncavo, especialmente Maragogipe e Nazaré, localidades portuárias às quais, São Felipe estava dependente, por não dispor de vias férreas, rios navegáveis ou estradas de rodagem, mas apenas caminhos de tropeiros. Esses eram fatores que reforçam as hipóteses de que o comércio desses municípios se articulava através desses tropeiros, com o Sertão, entendendo-se o Sertão, como a região, que naquela época, estava localizada em áreas mais distantes do litoral a exemplo da Região de Feira de Santana, que por esses caminhos de tropeiros, se ligavam com Cachoeira situada como região limítrofe à São Felipe e Maragogipe.

A matriz da produção agrícola em São Felipe estava centrada, na agricultura de caráter doméstico e, com relação ao consumo, se observou, a partir da declaração dos valores patrimoniais, das dívidas contraídas em armazéns e, da demanda pela produção regional no mercado da cidade do Salvador, que havia uma intencionalidade na produção em gerar excedentes comercializáveis com o mercado regional e, quando muito, com a capital. Havia, portanto, uma produção regional para suprir uma demanda de consumo de produção, que tinha na agricultura, nos trabalhadores agregados e rendeiros e nos animais de trabalho, a exemplo de bois, cavalos e burros, e que formavam um dos pilares centrais da infraestrutura local, caracterizada, historicamente, como economia de subsistência.

Da comparação dos valores declarados das propriedades rurais e suas respectivas benfeitorias, se verificou, entre 65 documentos de inventários, que a propriedade, de maior valor patrimonial e financeiro declarado, estava avaliada em torno de quarenta contos de réis. E estimou-se, entre seis e oito contos de réis, o valor médio das propriedades locais, resultando dessa média de valores, se definir a estrutura fundiária de São Felipe, como região de pequenas e médias propriedades rurais.

Os inventários, como base empírica privilegiada, não fazem referências à crise agrícola. A partir disso, é coerente se afirmar que São Felipe, possuía



características, o que hoje se denomina economia familiar ou de subsistência, sendo essa uma das razões para se afirmar que a noção de crise agrícola não se aplica integralmente a essa região. Por outro lado, nas análises da pauta de exportação de produtos agrícolas, durante o governo de José Marcelino de Souza, não se observou variações acentuadas que indicassem que o conjunto da economia agrícola baiana estivesse em crise. Havia naquele momento, inclusive, expansão da atividade cafeeira e cacauera, este é um dado importante para se indicar que a crise era primeiramente do setor açucareiro, também um setor politicamente organizado na defesa de seus interesses específicos junto aos governantes daquela época. E certamente por isso, seus reclames repercutiam com mais intensidade junto aos meios de comunicação da época.

Pode-se aceitar que a crise econômica privava o Governo de recursos, e limitava sua capacidade de investimentos, apesar de certas vantagens fiscais e prêmios oferecidos pelo governo de José Marcelino de Souza, a quem se dispusesse a instalar indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas em território bahiano. Não se pode, porém, estender a noção de crise para o conjunto da economia agrícola baiana, porque naquele momento havia setores em expansão, a exemplo de cacau e café; e um setor específico em alegada crise, que era o setor açucareiro.

Apesar de inventários, testamentos e partilhas de bens, serem instrumentos jurídicos que não fala de outra coisa a não ser dos herdeiros, bens, ou eventuais brigas judiciais por causa deles, e por se referirem apenas a pessoas proprietárias de terras, configuram-se também, como fonte reveladora da formação da classe social dos proprietários de terras. E mesmo sendo o inventário um documento jurídico, mesmo assim, as avaliações e declarações de bens de raiz e bens semoventes, bem como objetos e móveis residenciais, a exemplo de mesas, cadeiras e nichos com imagens de santos católicos, foram consideradas referências importantes para se entender aspectos das relações sociais da produção circulação e consumo, e se afirmar que, por possuir esse caráter de economia de subsistência e ter uma produção socialmente dirigida para o consumo regional e centrada na produção de três gêneros agrícolas: mandioca, cana e café, por esse caráter, essa área não foi afetada pela crise agrícola, na forma como mencionada pelas fontes, ao se referirem à economia açucareira destinada à exportação. Observou-se também, que essa

região caracteristicamente rural, longe, portanto, de meios de comunicação e instrumentação mais modernas, ao se observar a rusticidade dos instrumentos de trabalho e declaração de bens e móveis de uso domésticos, se extrai que os processos de modernização foram iniciados tardiamente.

Das ações do Governo José Marcelino de Souza, dirigidas pela busca de aumento de produtividade e difusão de novos gêneros agrícolas, a exemplo do cacau, entendeu-se que, na escala regional, embora não fosse o caso específico de São Felipe, a crise pode ser entendida, também, como crise de reprodução ampliada do capital, inerente ao desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. Porque, tinha-se uma estrutura produtiva em crise, o caso do açúcar; e buscava-se, implementar no território, novas formas de reprodução do capital a exemplo do cacau, café, dentre outros, indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas.

Da análise das ações do governo, é explicitado que essas ações atendiam primeiramente a interesses da classe dos proprietários de terras, que se mantinham subsumidos à crise geral do Recôncavo. Essa afirmação parte da constatação de não se ter notado ações específicas destinadas a beneficiar os não-proprietários. Nesse período de alegada crise agrícola e financeira, se investiu muito na crença de que o Instituto Agrícola da Bahia seria capaz de criar condições para a modernização da agricultura baiana. Não se nega, que o ensino agrícola, já era adotado em países que experimentavam desenvolvimento técnico e da produção agrícolas superiores ao Brasil e a Bahia, em particular, exceto no que se refere ao cultivo do café. Portanto, a criação do Instituto Agrícola da Bahia foi medida acertada, careceu apenas de continuidade administrativa, visto o fato de que, no momento em que se pôs em prática as experiências e o cultivo das plantas adaptadas ao solo e clima regionais, o instituto entrou em crise, especialmente devido a questões políticas e financeiras, visto que Wanderley de Pinho, o governador que sucedeu a José Marcelino de Souza, alegou que não havia recursos disponíveis para arcar com os custos de manutenção do Instituto Bahiano de Agricultura, além disso, no entendimento de Wanderley de Pinho, os resultados práticos apresentados por aquela instituição, não justificavam o dispêndio de tais recursos financeiros.

Ficou demonstrado como a estrutura produtiva desenvolvia as ações do Estado, pelo duplo papel que seus representantes desempenhavam na base produtiva e nos aparelhos de Estado. Conclui-se, como já notado, com relação ao ensino agrônomo na Bahia na primeira década do século XX, que a educação agrícola não contribuiu diretamente para alterar as características da economia de São Felipe, características que podem ser definidas como pequena lavoura.

Com relação ao Decreto, nº 9.857 de 6 de novembro de 1912, apesar da expressão “profissional”, contida, reconhecendo no trabalhador rural um profissional, um indivíduo pertencente a uma classe laboral, isso não o colocava no âmbito de relações sociais e de produção específicas. A profissionalização ficou apenas na expressão do Decreto, porque não se notou ações direcionadas à profissionalização efetiva do trabalhador rural, especialmente o pequeno agricultor dessa região. Do mesmo modo, considerando-se especificamente a região de São Felipe, também não se conseguiu obter informações acerca da presença de profissionais formados pelo Instituto Bahiano de Agricultura, no período abordado, e não se tem notícias, da mesma forma, de processo consistente de profissionalização da atividade agrícola ou do trabalhador rural no período em apreço, visto que a industrialização do fumo, em Maragogipe e Cruz das Almas, se deveu mais às iniciativas do capital privado, que do investimento público.

No conjunto, o propósito deste trabalho foi buscar, de uma forma analítica, como se teciam os complexos vínculos que caracterizavam as relações entre território, Estado, sociedade e políticas agrícolas, num determinado espaço e tempo. Fez-se isto priorizando, especialmente, a análise aproximada do cotidiano e as respectivas relações sociais, de produção, distribuição e consumo na perspectiva das análises do funcionamento de infraestruturas locais. Fica explicitado, de alguma forma, que a estrutura produtiva desenhou as ações do Estado pelo duplo papel que seus representantes desempenhavam na base produtiva e no aparelho de Estado, a exemplo de José Marcelino de Souza, Miguel Calmon du Pin e Almeida e, Joaquim Ignácio Tosta. Explicita-se também que o desenvolvimento territorial do Recôncavo expressou o ritmo com que as frações do capital penetraram nas relações sociais de

produção desenvolvendo as forças produtivas<sup>89</sup>. Os inventários, por se referirem apenas a quem possuía terras, configuram-se como fonte histórica da formação da classe social dos proprietários de terras e dos instrumentos da produção.

Não obstante as lacunas, este estudo contém subsídios iniciais para uma análise da problemática das relações sociais e de produção nessa região de São Felipe e suas relações com o território mais extenso do Recôncavo baiano. Apesar disso, se soma aos estudos que defendem a necessidade de se discutir a importância histórica da agricultura e do mundo rural baianos, em diversas dimensões mas, sobretudo, mostrando a importância das médias e pequenas propriedades, dos grupos reduzidos de agricultores e da forma de exploração da terra que deu origem, hoje, ao que se denomina de agricultura familiar e se possa entender melhor, as formas de intervenção política e econômica que se operavam no território, especialmente quando se propunham ações visando alterar as configurações socioeconômicas locais, a exemplo, da organização de sindicatos e cooperativas de crédito agrícolas, pensadas não do ponto de vista da luta social dos trabalhadores, mas pensadas, do ponto de vista do Estado e de grupos hegemônicos que direcionavam a economia agrícola naquela primeira década do século XX.

Esta ação de grupos hegemônicos atuando na defesa de interesses da classe dos proprietários de terras é, uma das possibilidades de se pensar o aparente fracasso daquelas iniciativas pensadas pela Sociedade Nacional de Agricultura, e da Sociedade Bahiana de Agricultura, não se nega louvor às iniciativas propostas visando modernizar as práticas, técnicas e economia agrícolas; faltou, certamente, entender-se o funcionamento das dinâmicas socioeconômicas locais para que as iniciativas tivessem êxito.

---

<sup>89</sup> Neste tópico, especificamente, cabem reiterados agradecimentos a Professora Dr<sup>a</sup>. Cristina Maria Macêdo de Alencar, que em conversas informais e em sala de aula, ao longo do curso desse mestrado e, em observações feitas por escrito, em banca de defesa dessa dissertação, indicou, passagens do texto, que deveriam receber ajustes e complementos, especialmente quanto a noções e outras questões teóricas.

## REFERÊNCIAS

### Fontes eletrônicas

ARAÚJO, Nilton de Almeida. A escola agrícola da Bahia e a institucionalização da agronomia no Brasil (1870-1930). Disponível em: <[http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_II/nilton\\_de\\_almeida\\_araujo.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/nilton_de_almeida_araujo.pdf)>. Acesso em: 22 de jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura. História. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/ministerio/historia>>. Acesso em: 17 de jan. 2013.

BRASIL. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) *Disponível em:* <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escagba.htm>>. Acesso em: 15 de jan. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-10402-20-agosto-1913-517379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 de jan. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9857-6-novembro-1912-504215-republicacao-99157-pe.html>>. Acesso em: 19 de jan. 2013.

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Legislação. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=42933>>. Acesso em: 19 de jan. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/Legislacao/Republica/Leis/Ocerizadas/Leis1907vll.exe.pdf>>. Acesso em: 20 de jan. 2013.

BRASIL. Linha do Tempo. Governo Nilo Peçanha. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/linhadotempo/epocas/1909/governo-de-nilo-pecanha>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

GENERALL. Fórum de Genealogia. Idade mínima para casamento no século XIX. Disponível em: <[http://www.geneall.net/P/forum\\_msg.php?id=166277](http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=166277)>. Acesso em: 18 jan. 2013.

LEME, Hugo de Almeida. A evolução das máquinas de beneficiar café no Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aesalq/v10/01.pdf>>. Acesso em: 22 de jan. 2013.

### Fontes manuscritas

APEB. 2.480.924. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1904. Inventário de Adolfina Pinto de Souza, 17 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7/3200. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1886-1888. Inventário de Amâncio Pereira do Lago, 101 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.483.928. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1901 - 1902. Inventário de Amélia Cândido do Amparo Lobo, 56 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 3171. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1894-1896. Inventário de Ana Rosa de Jesus, 66 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2. 474.917.4. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1900 - 1902. Inventário de Antônio Carlos Ferreira Torres, 36 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.480.925. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1911 – 1911. Inventário de Antônio Pereira do Nascimento, 11 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 3200. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário 1892-1894. Inventário de Antônio Francisco Pinheiro, 55 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.475. 919. 8 Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1899. Inventário de Apolinário José da Rocha, 41 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2. 484 929. Núcleo Tribunal de Apelação e Revista . Seção Judiciária. Série Inventário, 1897. Inventário de Augusto de Moura e Albuquerque, 19 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 2878. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1894-1895. Inventário de Bento José de Oliveira, 72 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.474.928. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1902 - 1904. Inventário de Bernardo José de Almeida, 45 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2/474.917.03. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1900-1900. Inventário de Carolina Maria da Conceição, 41 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7.3273.07. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1888. Inventário de Cristina Maria da Conceição, 63 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 3065. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1888-1889. Inventário de Donata Maria da Conceição, 37 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.481.926. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1899 - 1902. Inventário de Epifanio Pereira do Sacramento, 46 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.484.929. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1909 - 1910. Inventário de Escolástica Maria de Jesus, 15 fl, ms. São Felipe.

APEB. 01/475.918. Núcleo Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventários 1907-1907. Inventário de Fausta Maria de Jesus, 11 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 2878. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1894-1897. Inventário de Felix de Souza Lemos 109 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7/3065.19. Núcleo Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventários. 1893. Inventário de Francelina Correia Dias, 141 fl. ms. São Felipe.

APEB. 02 /480.925.12 . Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário 1899-1899. Inventário de Francisco Antônio de Andrade, 92 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.481.926. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1905 - 1909. Inventário de Francisco Antônio de Andrade, 38 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2. 518.963.13. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1908 - 1911. Inventário de Francisco Antônio de Andrade, 43 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.474.917. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1904. Inventário de Francisco de Souza Lima, 37 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 2878.04 Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1888-1889. Inventário de Francisco de Souza Pithon, 27 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 3200. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1886-1892. Inventário de Gregório Rodrigues da Silva, 47 fl. ms. São Felipe.

APEB. 04/479.923.21. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário 1907-1907. Inventário de Inácio da Costa Pinheiro, 14 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.480.925. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1910 - 1910. Inventário de Inocência José de Souza, 9 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 3065. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1889-1892. Inventário de Januário Nunes da Silva , 72 fl. ms. São Felipe.

APEB. 2. 482.927.4. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1896. Inventário de Joana Maria de Cerqueira, 55 fl, ms. São Felipe.

APEB. 02/475.919.7. Núcleo Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário. 1890-1899. Inventário de João Batista da Costa Villas Boas, 72 fl. ms. São Felipe.

APEB. 2.480.925. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1910. Inventário de João Batista Pereira da Costa, 14 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7/ 2878. Núcleo Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventários. 1894 Inventário de João José Alves, 42 fl. ms. São Felipe.

APEB. 2. 515 960. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1898. Inventário de João José Nunes, 37 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.485.930. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1901. Inventário de José Malaquias dos Reis, 48 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 3171. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1889-1890. Inventário de Joaquim José dos Santos, 61 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2. 485.930.08. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1899 - 1908. Inventário de Joaquim dos Passos Silva, 79 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2 / 2878. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário 1894-1895. Inventário de José Feliciano de Miranda, 93 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2/5105. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1889-1890. Inventário de Lauriano da Costa Barreto, 72 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.475.919. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1905 - 1907. Inventário de Manoel Alves do Nascimento Cruz, 49 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7. 3200. 10. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1892 -1894. Inventário de Manoel Antônio de Queiroz 57 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 2878. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário 1894, Inventário de Manoel Atanázio de Souza, 45 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.479.923. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1905 - 1905. Inventário de Manoel Joaquim da Anunciação Silva, 27 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.483.928. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1901 - 1907. Inventário de Manoel Correia Dias, 140 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 3065. Núcleo, Tribunal da Apelação. Seção Judiciária. Série Arrolamento 1888, Inventário de Manoel José da Cunha, 7 fl, ms. São Felipe



APEB. 7 / 3200. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1890-1894. Inventário de Manoel José Gonçalves, 41 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 3200. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1892-1893. Inventário de Manoel José de Oliveira, 41 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 3065. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1888-1892. Inventário de Manoel José de Souza Lemos, 67 fl. ms. São Felipe.

APEB. 2. 475.918.4. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1900. Inventário de Manoel Pedro de Lemos Júnior, 43 fl, ms. São Felipe.

APEB. 02. 483. 928. 23, Núcleo Tribunal de Apelação e Revista. Série. Inventário, 1901-1903. Inventário de Maria Alexandrina Lopes da Silveira fl.65, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 3065. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1888-1889. Inventário de Maria Angélica de Jesus, 29 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.475.918.05. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1900 - 1904. Inventário de Maria Emília da Conceição, 46 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.479.923. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1905. Inventário de Maria Florinda da Conceição, 10 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.480.924. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1905 - 1905. Inventário de Maria Inácia de Cerqueira, 42 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7/3171. Núcleo Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série. Inventário Amigável. 1908. Inventário de Maria Joaquina de Jesus, 15 fls. ms. São Felipe.

APEB. 7 / 3065. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1890-1890. Inventário de Maria José de Santana, 31 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.479.923. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1905 - 1907. Inventário de Maria Rita do Sacramento, 28 fl, ms. São Felipe.

APEB. 7 / 3171. Núcleo, Tribunal da Relação. Seção Judiciária. Série Inventário 1889-1890. Inventário de Maria Rosa de Jesus, 46 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.479.923. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1905. Inventário de Olímpio Dias da Rocha, 15 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2/515.960. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário 1898-1912. Inventário de Pedro Antônio dos Reis Lessa, 87 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.480.925. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1910 - 1911. Inventário de Porfírio José de Souza, 17 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2. 515.960.6. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1899. Inventário de Reinalda Francisca de Jesus, 60 fl, ms. São Felipe.

APEB. 02/474.916.3. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Série Inventário, 1907-1907. Inventário de Rosa Maria da Encarnação, 45 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2/474. 916.9. Núcleo Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série. Arrolamento. 1908. Inventário de Serafim de Souza Santos, 21 fls. ms. São Felipe.

APEB. 01/475.918. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária, Série Inventário 1901-1902. Inventário de Silvério José de Oliveira, 57 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.480.924. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1903 - 1904. Inventário de Torquata Maria da Conceição 26 fl, ms. São Felipe.

APEB. 2.480.926. Núcleo, Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Série Inventário, 1903 - 1904. Inventário de Vitor José Ferreira, 61 fl, ms. São Felipe.

### Fontes impressas

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos da história colonial: 1500 – 1800 & Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. **Cidades. Revista Científica do Grupo de Estudos Urbanos**, São Paulo, v. 1, n.1. p. (p. 540-568), 2004.

AMARAL, Braz do. **História da Bahia; do Império à República.** Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1929.

AMARAL, Luis. **História geral da agricultura brasileira no tríplice aspecto: político, social e econômico.** 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1958. 2v.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.** São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1967. (Texto da edição de 1711).

APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia. Fundação Pedro Calmon. Seção Judiciária. Série: Inventários, Testamentos e Inventários Amigáveis do Juízo de Órfãos da Vila de São Felipe, comarca de Maragogipe referentes ao período de 1880 à 1920. ms.

ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. **A Bahia e seus governadores na República,** Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

ARAUJO, Nilton de Almeida. **A escola Agrícola de São Bento das Lages e a Institucionalização da Agronomia no Brasil – 1877 – 1930**. UEFES/UFBA, 2006.

ARAÚJO, Tatiana Brito. **Engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano: 1875-1909**. Salvador: FIEB, 2002.

AZEVEDO, Esterzilda Berenestein de. **Arquitetura do açúcar**. 1993. 150 fl. Dissertação Apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador, 1993.

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor; um estudo de ascensão social**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1955.

\_\_\_\_\_. **O Povoamento da Cidade do Salvador**. Salvador. Itapuã. (Coleção Baiana). 1969.

RARRETO, Lima. **O triste fim de Policarpo Quaresma**. Santa Catarina. Avenida-gráfica e editora, 2005.

BAHIA. CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da **Bahia Estudos básicos para o Projeto Agropecuário do Recôncavo**, Bahia, 1974. 7v.).

BAHIA. Secretaria de Agricultura. **Apontamentos históricos sobre a Escola Agrícola da Bahia**. Salvador: Tipografia do Comercio, 1932.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas do Governo do Estado da Bahia, Boletim, 1903 a 1908.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas do Governo do Estado da Bahia, Seção Republicana, Série Relatórios, cx. 17. nº 22-291, 1898. APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas do Governo do Estado da Bahia. Seção Republicana. Série Relatórios, cx. 17. Nº 22 – 291, 1902. APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas do Governo do Estado da Bahia, Seção Republicana, Série Relatórios, cx. 17. Nº 22 – 291, 1903, APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia.

BAHIA. SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatísticas dos municípios baianos**. Salvador: SEI, 2010.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 7ª legislatura**, pelo Dr. Severino dos Santos Vieira, Governador do Estado da Bahia. Diário da Bahia, 1901.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª Legislatura**, pelo Dr. Severino dos Santos Vieira, Governador do Estado da Bahia. Diário da Bahia, 1902.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 8ª**

**legislatura**, pelo Dr. José Marcelino de Souza, Governador do Estado da Bahia. Diário da Bahia, 1905

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura**, pelo Dr. José Marcelino de Souza, Governador do Estado da Bahia. Diário da Bahia, 1906.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 9ª legislatura**, pelo Dr. José Marcelino de Souza, Governador do Estado da Bahia. Diário da Bahia, 1907.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª sessão ordinária da 9ª Legislatura**, pelo Dr. José Marcelino de Souza, Governador do Estado da Bahia. Diário da Bahia, 1908.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 9ª legislatura**, pelo Dr. João Ferreira de Araújo Pinho, Governador do Estado da Bahia. Diário da Bahia, 1909

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura**, pelo Dr. João Ferreira de Araújo Pinho, Governador do Estado da Bahia. Diário da Bahia, 1910.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**, as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, São Paulo, UNICAMP, 2007.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 21, p. 321- 324.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 4ªed. Brasília: UnB, 1998.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2ªed. Tradução Sérgio Góes de Paulo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CALMON, Francisco Marques de Goes. **Vida econômico-financeira da Bahia**, elementos para a História, 1808/1899. Salvador: CPE, 1979.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10ª ed. São Paulo: Edições 34, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis. Vozes, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique...[et al.]. Orgs. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico, vol. 2 tomo II: Dispersão e unidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

CARLETTO, Cássia Maria Muniz. **A Estrada de Ferro de Nazaré no contexto da política nacional de viação férrea**. 1979. 359 fl. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFBA, 1979. (Datilog.).

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 25, nº. 50, p. 135-152, jul-dez. 2005.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa. CORREIA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CUNHA, Mário Pinto da. **História de Cruz das Almas: monografia histórica e informativa do município de Cruz das Almas**. Cruz das Almas/BA: s.ed., 1959.

DIARIO DA BAHIA, Bahia, jan, 1903 - dez, 1904.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Bahia, mar.- abr.1903.

BAHIA. Secretaria de Agricultura. **Apontamentos históricos sobre a Escola Agrícola da Bahia**. Salvador: Tipografia do Comercio, 1934.

ESCUDO SOCIAL, São Felipe, fev. 1929 a jul., 1931.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas/SP: UNICAMP, 2006.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Evolução histórica do Baixo Sul na formação da economia do Recôncavo Sul da Bahia. In: ODEBRECHT, Norberto. **Desenvolvimento sustentável, a visão e a ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2004, parte 1, cap. 1, p. 31-69. (Série Construindo os Recursos de Amanhã, 5).

FLEXOR, Maria Helena Ochi, SCHWEIZER, Peter José. (Orgs.) **Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural**. Salvador: EDUFBA, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organizada por Liv Sovik. Tradução de Adelaide La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília/DF: UNESCO, 2003.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro, 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

JORNAL DE NOTÍCIAS, Bahia, mar. 1899 a abr. 1900.

LEME, Hugo de Almeida. **A evolução das máquinas de beneficiar café no Brasil**. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" Universidade de S. Paulo — Piracicaba, s/d .

LINHARES, Maria Yedda. História agrária. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 165 – 184.

MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto; 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política; Tradução de Reginaldo Sant'Anna, 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Lº 1, 2v.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1997. v. 1.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia, século XIX**: uma província no Império. Tradução de Yedda Macedo Soares. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**, pequena história crítica. 5ªed. São Paulo: Hucitec. 1991.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**, pequena história crítica. 21ªed. São Paulo: Annablume, 2007.

NUNES, Antonieta d'Aguiar. As 59 freguesias do Recôncavo baiano antes da República. In: Congresso de História da Bahia, 5, **Anais**, Salvador, Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Bahiatursa; Fundação Gregório de Matos 2004. v. 1, p. 280-295.

OLIVEIRA, **Francisco de. Elegia Para Uma Re-Ligião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

OTT, Carlos. **OTT, Carlos. O Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos**. Salvador. Centro de Estudos Baianos. Bigraf. 1996.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. A Baía de Todos os Santos na realidade do imaginário da sociedade baiana. In: Congresso de História da Bahia, 5, **Anais**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Bahiatursa; Fundação Gregório de Matos, 2004. v. 1, p. 170-182,

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**; Colônia. 23ªed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**; República. 16ªed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

\_\_\_\_\_. **O coronelismo numa interpretação sociológica**. In: CARDOSO, Fernando Henrique...[et al.]. Orgs. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano, Tomo III: estrutura de poder e economia (1889 – 1930). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 155 - 190

\_\_\_\_\_. **Uma categoria rural esquecida**. In: WELCH, Clifford Andrew. Orgs. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: UNESP; Brasília/DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.117 - 133.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** (4ª reimpressão) São Paulo. Companhia das Letras, 2004.

REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio: história dos quilombos no Brasil** (2ª reimpressão) São Paulo. Comp. Das Letras, 2000.

RIBEIRO, Ellen Melo dos Santos. **O abastecimento de farinha na cidade de Salvador;** aspectos históricos. 1982. 164 f. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982. (datilog.).

SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, Felix Souza. **A construção de espaços sociais e de produção no Recôncavo Sul baiano: 1880-1920.** 2009, 46 f. Monografia apresentada ao Curso de História Social e Econômica do Brasil. Faculdade São Bento da Bahia. Salvador, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004a.

#### **Trabalhos de um mesmo autor, ordenar em ordem cronológica inversa.**

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **O centro da cidade do Salvador:** estudo de geografia urbana. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: EDUFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova:** da crítica a geografia a uma geografia crítica. 6ª ed. São Paulo, EDUSP. 2004b.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Tradução de Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

SCHWEIZER, Peter José. Patrimônio histórico: quando a cidade vira mercadoria. In. FLEXOR, Maria Helena Ochi, SCHWEIZER, Peter José. (Orgs.) **Península de Itapagipe:** patrimônio industrial e natural. Salvador: EDUFBA, 2011.p. 135-141.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança;** a África antes dos portugueses. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1996.

\_\_\_\_\_. **A manilha e o libambo;** a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2002.

\_\_\_\_\_. **Francisco Félix de Souza;** mercador de escravos. 2ª ed. Rio de Janeiro. UERJ, 2004.

SILVA, Bárbara Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. **Informação geodemográfica on-line:** o passo a passo do SIDRA/IBGE. João Pessoa/PB: Grafset, 2011.

SILVA, Sylvio Bandeira de Melo; SILVA, Barbara Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização**; território e Bahia. 2ªed. Salvador: UFBA; Mestrado em Geografia; Departamento de Geografia, 2006.

SILVA, Sylvio Bandeira de Melo e CARVALHO, Silvana Sá de. Vende-se uma região: o marketing territorial público e privado do Litoral Norte da Bahia. **Revista Desenharia**, Salvador, v. 8, nº. 14, p. 99-114, mar. 2011. (fora de ordem alfabética).

SILVA, Cândido da Costa e. **Os segadores e a messe**; o clero oitocentista na Bahia. Salvador; EDUFBA, 2000.

SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **História da república brasileira**. São Paulo: Editora Três, 1975.

SILVA, Marcos A. Org. **A república em migalhas : história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **A Lavoura**. Rio de Janeiro, 1897-1910. (Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura. Imprensa Nacional).

SOUZA, Maria Mercedes Lopes de. **José Marcelino de Souza e sua obra administrativa no São Francisco**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1958.

\_\_\_\_\_. **Rui Barbosa e José Marcelino**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1950.

\_\_\_\_\_. **Um estadista quase desconhecido**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1948.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Baía de Todos os Santos. In: Congresso de História da Bahia, 5, **Anais**, 2001. 2 vol. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Mattos Salvador, 2004.v.1, p. 185-198.

VASQUES, Adolfo Sanches. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos**: dos séculos XVII a XIX. 4ª ed. Tradução de Tasso Gadzanis, Salvador: Corrupio, 2002.

VIANNA FILHO, Luiz. **O negro na Bahia**, um ensaio clássico sobre a escravidão. 4ª ed. Salvador: EDUFBA; Fundação Gregório de Mattos, 2008.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. Org. **A pesquisa em História**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

WELCH, Clifford Andrew. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: UNESP; Brasília/DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.



## APÊNDICE

### Fumo

No conjunto dos 65 inventários analisados não se notou referências ao cultivo do fumo na região de São Felipe Entretanto, o fumo foi produto fundamental da economia da região de Maragogipe em dois momentos específicos do desenvolvimento socioeconômico do Recôncavo: a primeira fase quando atendia à dinâmica mercantil do comércio entre a África e a Bahia. Naquela época o produto era comercializado com a denominação de fumo de corda ou fumo de rolo. “A maior parte do fumo baiano era em corda, formando rolos de oito arrobas (120 kg), para o comércio co Lisboa, e de três arrobas (45 kg), com a Costa da África” SCHWARTZ, 1988, p. 85) A forma como as folhas do fumo eram enroladas para o consumo, resultava em um formato de corda. Por isso, a denominação fumo de corda. Essa corda de fumo era enrolada em uma haste de madeira, - o pau de fumo -, resultando em um formato cilíndrico, daí a expressão fumo de rolo.

No segundo momento da agricultura fumageira, quando o fumo foi industrializado sob a forma de charutos. Isto se verificou, especialmente, após a instalação das fábricas de charutos Suerdieck em Maragogipe e, Dannermann em São Félix, no final do século XIX e início do século XX respectivamente. O fumo foi produto importante da economia agrícola dessa região, especialmente em Maragogipe, Cruz das Almas e Conceição do Almeida.

Em nota o boletim A Lavoura (jul, 1898, p.17), afirmava que o franciscano, Antônio de Thevet, que esteve no Brasil em 1555 e 1556, relatou ter encontrado tabaco de diferentes espécies. Ainda, segundo a mesma nota o primeiro país europeu, que cultivou o fumo, como planta de adorno de jardim, foi Portugal. Daí foram remetidas sementes para a Espanha e Roma e, em 1565, Portugal teria enviado sementes, também, para França e Alemanha.

Os primeiros que aprenderam a fumar, isto é, a aspirarem a fumaça do fumo foram os ingleses em 1585, quando chegou a primeira remessa de fumo da Virgínia e daí se espalhou pela Europa. No Brasil o cultivo comercial do fumo teve início em 1612 (A LAVOURA, jul. 1898, p. 17).

A lavoura fumageira, que tem como época propícia à produção, os meses de janeiro a maio, teve seu início nessa região do Recôncavo, nos meados do século XVI, e ganhou importância econômica, na medida em que foi se tornando moeda de troca, nas transações comerciais entre a Bahia e a Costa da África, no período de vigência escravista. Se trocava o fumo em rolo ou fumo de corda por escravos, ouro, marfim e com o que mais pudesse ser convertido em moeda no âmbito das trocas.

Verger (VERGER, 2002, p. 38) fotógrafo e cronista, que escreveu a respeito das trocas comerciais e culturais entre a Bahia e a Costa da África, mostrou a importância do tabaco para nas transações comerciais entre a Bahia e a África Ocidental, durante a vigência do comércio de pessoas escravizadas. Segundo esse mesmo autor o progresso da cultura do tabaco na Bahia, durante o século XVIII, foi o principal fator para o estabelecimento do ciclo do tráfico na Costa da Mina (VERGER, 2002, p. 38). Ainda afirmou que, o tabaco produzido na Bahia, era reputado de muito boa qualidade, semelhante ao que se produzia na Virgínia e Maryland, nos Estados Unidos. O produto despertava por isso, rivalidades comerciais com os franceses, e com os próprios ingleses, em virtude da presença do fumo baiano no comércio com a costa africana. Note-se que o comércio do fumo da Bahia com a África no período citado por Verger se dava por intermediários, normalmente caboverdenses. Isto, porém, não oculta a importância econômica que representou o cultivo do fumo naquele momento específico discutido por Verger.

Verger (2002, p. 39) comentou, também, que, apesar da boa aceitação do tabaco baiano na Costa da África, esse tabaco, utilizado no comércio africano, era de qualidade muito ruim. A Bahia mandava para a África apenas a “soca” que se entende como a segunda colheita, um subproduto do fumo, o refugo. As folhas da primeira colheita, e de boa qualidade, serviam ao comércio com a Europa. As folhas de baixa qualidade, julgadas indignas de serem consumidas em Portugal, serviam ao comércio africano. (VERGER, 2002, p. 39).

Essas informações vão de encontro ao afirmado por Schwartz (1988, p. 85), que também analisou a economia baiana no período da cultura do fumo. Segundo ele, o fumo era um produto de menor prestígio e menos dispendioso (SCHWARTZ, 1988, p. 85), por isso seu cultivo era praticado tanto em pequenas como em grandes

propriedades. Mas o cultivo do fumo não prescindiu da mão-de-obra do escravo. Pode-se afirmar que nessa fase de cultivo mercantil o fumo sempre esteve relacionado, mais à pequena agricultura de quintal ou sítios de pequenas dimensões, e assim permaneceu até meados do século XX.

A fumicultura e a lavoura canavieira, no período da formação econômica do Recôncavo bahiano, analisados por Verger (2002, p. 38), e Schwartz (1988, p. 85) que corresponde ao período da colonização, século XVI a XIX, funcionaram como referências econômicas importante da agricultura dessa região onde se localizam Maragogipe, São Felix, Nazaré, São Felipe Cruz das Almas e assentava-se nas relações comerciais mercantis e escravocratas. Por isso, em razão do fim do comércio escravista, houve um declínio do seu cultivo nessa área.

São Felipe passou sua história desprovida dos melhoramentos de transporte ou indústrias que processassem seus produtos. Prevaleceram, sobretudo, a grande e pequena propriedades, produzindo cana, café, e mandioca. O cultivo do fumo teve maior relevância nas regiões limítrofes com Cruz das Almas e Conceição do Almeida. E, apesar de persistirem galpões identificados na memória popular como armazéns de fumo e outras evidências de que se praticou a fumicultura como atividade econômica o fumo não ocupou um lugar de destaque na economia sanfilipense no período estudado.